

Diário do Legislativo de 29/12/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Solene da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4 - RELATÓRIO

4.1 - Relatório de Atividades da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 2005

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 21/12/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as seguintes Deputadas e os seguintes os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 23h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião ao encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 1 minuto para que seja ultimada a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião.

Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata desta reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 18ª reunião Extraordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 29/12/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/12/2005

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queridos trabalhadores e trabalhadoras que, ao longo destes últimos dias, fazem uma vigília cívica - pelo significado, já que não interessa apenas à categoria, mas sobretudo à sociedade a melhoria da qualidade dos serviços públicos que esses trabalhadores desejam prestar ao Estado, e pela sobrevivência, para criar condições de enfrentar a vida. Preocupo-me com a extensão da pauta e com o tempo curto. Há alguns problemas fundamentais que têm de ser resolvidos. Em primeiro lugar, temos de aprovar as tabelas salariais integradas com aquilo que é essencial para a sua melhoria. Todos nós, incluindo os servidores e as servidoras, sabemos que essa tabela não corresponde às necessidades previstas. Até tiveram atitude de compreensão das dificuldades para maior elevação, mas há dois aspectos absolutamente inaceitáveis. Espero que o governo atenda a questões tão elementares. Em primeiro lugar, a retroatividade da remuneração já alcançada. Caros Deputados e Deputadas, elas foram alcançadas no nível dos demais servidores públicos. Se a categoria dos educadores e dos trabalhadores da saúde têm sua remuneração estabelecida para setembro, por que não nivelar para os demais?

O segundo aspecto toca-nos muito. O governo do Estado diz que deseja uma máquina pública, moderna, aperfeiçoada e adequada. Ao fazer suas tabelas de enquadramento, deixou de considerar algo que é da essência do trabalho: levar em conta o tempo de serviço e a qualificação que os trabalhadores do Estado de Minas Gerais buscam ao longo do exercício de suas atividades. O que isso representa? Não é possível que um trabalhador que já acumulou 15, 20 anos de dedicação, nas condições mais adversas, não seja reconhecido em seu enquadramento.

Enfrentamos e apresentamos uma solução, e o governo argumentou que não tinha os dados. É evidente que estabelecemos um prazo para as tabelas da educação e da saúde; entretanto, as categorias cujas tabelas estão em apreciação são muito menores, são de órgãos que podem realizar o levantamento da situação em tempo bem inferior a 36 meses. Sem dúvida alguma estamos, aqui, somando a esta vigília, para que possamos, na última hora, assegurar o reconhecimento e sobretudo a isonomia devida aos trabalhadores dos três Poderes.

Abrirei um parêntese a respeito de algumas preocupações. Está em pauta um projeto que discute a dívida da previdência. O Bloco PT-PCdoB considera absolutamente inoportuno incluir em pauta esse tema no final do exercício. Estou surpresa. Agora, o Presidente da Ascom ligou-me, lembrando que há um relatório final de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas e pela Secretaria de Fazenda da época, 2002. O governo do Estado apelou para o Supremo para que os dados não fossem liberados, mas a orientação foi para a realização do encontro de contas. No relatório oficial, que está na 1ª Vara da Fazenda do Fórum Lafayette, não é verdade que sejam R\$600.000.000,00. O relatório mostra que são mais de R\$2.000.000.000,00. Se existem dois dados, e esse é um relatório oficial realizado numa auditoria com a participação do Tribunal de Contas e da Fazenda e temos o dado de R\$600.000.000,00, não podemos sequer apreciar um projeto de tamanha responsabilidade. Isso é o mínimo.

Quem mora no interior, quem é servidor público, sabe quanto são precários os serviços prestados pelo Ipsemg.

Basta ir a uma cidadezinha, como Joáima, Unaí ou Araçuaí, para verificar que o instituto, apesar dos problemas por que passa, responde às necessidades. Por isso reafirmo que temos de adequar as tabelas salariais. Faremos isso, insistiremos até o último momento. Mas, diante do Ipsemg, temos o compromisso de ter responsabilidade administrativa, funcional e jurídica de não apreciar esse projeto.

Tenho uma preocupação: estamos discutindo a situação salarial da Defensoria Pública, cujos servidores públicos, tão dedicados, que têm, no exercício cotidiano da sua profissão, o sofrimento do povo que desconhece muitas vezes seus direitos, o exercício da cidadania, recebem uma proposta absolutamente inaceitável do ponto de vista salarial.

Deputado Rogério Correia, estava revendo a Constituição Federal, que assemelha as funções do Ministério Público e da Defensoria Pública: "A Defensoria Pública é instituição essencial à jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, inciso 74". O art. 127 diz, a respeito do Ministério Público: "O Ministério Público é instituição essencial à jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Por que há diferença salarial em funções absolutamente semelhantes na assistência que a sociedade precisa ter?

Deputado Rogério Correia, estou pasma. V. Exa. pode me explicar por que há um projeto do Ministério Público, que dá um subsídio em torno de R\$19.000,00, com aumento de 66%, e ao Defensor Público do Estado, um salário de R\$6.000,00, sem qualquer repercussão para os Defensores do interior? Não podemos fazer isso com a Justiça mais democrática e acessível ao cidadão, porque estamos numa sociedade em que os direitos mais elementares da vida humana, como comer, sobreviver e ter acesso à saúde, são desrespeitados. Por que colocar uma instância judicial em nível inferior? Por que não valorizá-los, principalmente se são os Defensores que tratam, não das grandes causas, mas de atender cotidianamente ao sofrimento do povo?

Deputados e Deputadas, não consigo entender. Deputados Marlos Fernandes, Zé Maia, Deputados da base de governo presentes, o Estado tem oportunidade, de hoje para amanhã, de trazer uma solução, não um favor, e ser justo ao dar retroatividade aos salários de todos os servidores.

Quanto à Polícia Militar, o governo deve dar também os 10% de periculosidade, mesmo que seja um processo mais lento construído dentro da perspectiva orçamentária. E, sobretudo, deve assegurar à Defensoria Pública essas questões elementares, pois ela procura fazer justiça a quem não pode pagar advogado próprio.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Jô Moraes, quero concordar com V. Exa. e dizer que a injustiça, além das apontadas por V. Exa., inclui também a questão dos servidores. Por exemplo, no caso dos funcionários do Ministério Público e da Justiça, o aumento proposto pela Procuradoria-Geral e pelos Desembargadores foi de 15%, a partir de janeiro. Isso não ocorreu com os Promotores e Procuradores, como foi bem dito, pois tiveram aumento de 66%, retroativo a janeiro deste ano. Portanto, é evidente que aplicam-se lá dois pesos e duas medidas entre os que ocupam a função de Procurador ou Promotor e os servidores públicos. Parece que o Tribunal de Justiça vai pelo mesmo caminho, embora o projeto não tenha chegado a esta Casa. Há indícios de que os Desembargadores encaminhariam um projeto de lei dispondo sobre aumento de cerca de 60% retroativo a janeiro deste ano. Por outro lado, os servidores teriam 15% a partir de janeiro. Há, portanto, uma evidente incompreensão de nossa parte, por haver dois pesos e duas medidas na política salarial aplicada no Ministério Público e no Tribunal de Justiça.

Com relação aos servidores públicos civis do Estado, o aumento será apenas para março, e, no caso da segurança pública, para fevereiro. Enquanto isso, houve aprovação de tabelas salariais, merecidamente, para os servidores da educação e da saúde, cujo reajuste se deu a partir da aprovação da lei, em setembro. Achávamos que essa data - agosto e setembro -, deveria ser, de fato, o período da retroatividade de todos os servidores: do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público. Deveria haver retroatividade, e essas foram as emendas que apresentamos, procurando fazer justiça, pelo menos no que diz respeito à data em que se concede o reajuste, já que todos os servidores públicos lutam há muito tempo para terem uma única data-bases. Dessa forma, está-se dividindo o servidor público, com várias datas-bases e reajustes diferenciados.

Quería parabenizar V. Exa. Acho que o governo tem a oportunidade de, até amanhã, chegar a um consenso a esse respeito e apresentar uma proposta justa aos servidores públicos.

A Deputada Jô Moraes - Quería concluir dizendo que, nesta tarde, estamos aguardando - não apenas os Deputados da Oposição, mas vários do governo - uma posição do Governador Aécio Neves, que autoriza o processo acerca dessas questões. Houve propaganda dizendo que a indústria de Minas Gerais cresceu assustadoramente, que o ICMS do Estado cresceu 15% este ano, que o déficit zero fez com que Minas investisse mais e mais. Vamos fazer propaganda justa e verdadeira de conceder aos servidores, hoje, a retroatividade e a adequação do enquadramento dos seus salários nas suas tabelas!

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, imprensa, telespectadores da TV Assembleia e funcionários do nosso Estado presentes nas galerias, que lutam constantemente por justa remuneração, sabemos, reconhecemos e temos trabalhado para que, o mais rápido possível, essas questões de reajuste se resolvam com justiça. Estamos chegando ao final de mais um ano e temos a certeza de que, nos três dias que nos restam, concluiremos a votação dos demais planos de carreira e das demais necessidades dos funcionários de nosso Estado.

Inicialmente, gostaria de falar sobre o assunto das BRs, que nos preocupa cada dia mais. Há três que mais nos preocupam, porque estão ceifando vidas. Além de Deputado também sou médico e afirmo que temos de zelar pela vida e pela segurança das pessoas que trafegam nas estradas. A BR-135 está sendo considerada a pior de Minas Gerais. Está interrompida em um trecho antes da cidade de Curvelo, exatamente por apresentar alterações na estrutura da ponte sobre o Córrego do Leitão. Por isso, está sendo feito um desvio pela MG-259, trecho de Curvelo a Felixlândia, que não estava preparado para suportar o tráfego pesado e, em quatro dias, praticamente acabou. Não sabemos de quem cobrar a recuperação. É uma estrada estadual que, com o desvio do tráfego pesado, está sendo degradada. E o percurso ainda aumentou 100km, encarecendo o frete. Com uma BR estragada, os prejuízos são incalculáveis o que implica desgaste, estrago e prejuízo aos proprietários de veículos, risco de acidentes com traumas, seqüelas e mortes, assaltos aos motoristas que, às vezes, ao trocar um pneu são abordados por ladrões que os colocam em péssimas situações. Surge a pergunta: Vamos culpar quem? Cobrar de quem?

Sabemos que existe um recurso votado, por meio de um projeto de emenda constitucional, que criou a CIDE, com dinheiro próprio para a recuperação de estradas. Estamos vendo uma parte desse dinheiro ser desviada para superávit primário. Estão sendo pagos antecipadamente recursos para o FMI.

Volto a insistir em que as estradas sejam olhadas e continuo cobrando segurança. Na BR-365, que vai de Patos de Minas a Pirapora, passando pela entrada de Patrocínio, do entroncamento até o cruzamento da BR-040, a estrada está em situação de calamidade pública.

Assim, muitas outras estradas necessitam da intervenção do DNIT, do governo federal, a fim de garantir trafegabilidade com segurança.

O Deputado Marlos Fernandes (em aparte) - Elogio as palavras de V. Exa. Ouvimos muito falar da situação das estradas. No tocante à região do Triângulo Mineiro, acrescento outros trechos que se encontram em situação de calamidade pública. É o caso, por exemplo, da BR-050, que liga Araguari a Uberlândia. Ressalto o tráfego pesado na estrada que liga São Paulo a Brasília, na qual não se permite o tráfego normal, tendo em vista o grande fluxo de veículos. O mesmo se diz da 365, que liga Patrocínio a Uberlândia. Há muito tempo, estamos pleiteando, fazendo denúncias, mas não recebemos recursos necessários para proceder à sua recuperação.

Então, aproveito para informar os outros trechos que estão necessitando de atenção. Estamos aguardando uma audiência em Brasília, não mais para pedir, mas para reclamar com veemência, e implorar por uma decisão quanto ao investimento nas BRs do Estado de Minas Gerais. Parabenizo-o, Deputado. Obrigada.

O Deputado Doutor Viana - O Presidente Lula estará em Montes Claros na próxima quinta-feira. Entre as reivindicações que todos os mineiros farão - principalmente os do Centro e do Norte de Minas -, está a solicitação para que autorize o DNIT e o Ministério dos Transportes a cumprirem sua missão, ou seja, procedam à recuperação e à restauração das estradas mineiras com segurança e qualidade.

O segundo assunto que tenho a tratar diz respeito a uma questão que tomei conhecimento hoje e se refere à Ademg. Refiro-me à situação de 150 famílias que, aos domingos, por ocasião da feira de carros no Mineirão, trabalham vendendo lanches e refrigerantes em barracas no local. Eles foram surpreendidos com o edital de licitação lançado pela Ademg recentemente. De acordo com esse edital, somente entidades jurídicas, e não mais pessoas físicas, podem participar do processo. Essa medida causou grande transtorno às famílias, uma vez que são pessoas humildes, que, há tempos, praticam essa atividade no entorno do Mineirão, na feira de carros que acontece todos os domingos. É dessa atividade que elas retiram seu sustento, sua sobrevivência. Agora, foram surpreendidos com esse edital.

Recebemos uma comissão representativa dessas pessoas. Em seguida, estivemos com o Subsecretário Wander Borges, que se mostrou extremamente sensível ao problema. Recebeu-nos e nos deu boa acolhida. Imediatamente ligou para o Dirceu Pereira, atual Presidente da Ademg, que também se mostrou sensível. Ontem, os representantes dessas famílias reuniram-se com o Cel. Natal, Diretor da Ademg. Todos mostraram-se sensíveis ao problema. Esperamos que essas dificuldades sejam solucionadas, para que as famílias continuem trabalhando no entorno do Mineirão durante os jogos e as feiras dominicais de carros. Tornamos público esse fato, porque precisamos contar com o apoio; continuaremos atentos a essa questão. Certamente contaremos com a acolhida do governo, que é sensível às questões sociais. Não podemos prejudicar as famílias que lá trabalham.

Alguns já trabalham, até por mais de 15 anos, com essas barracas, vendendo lanches aos domingos no entorno do Mineirão, onde acontece a feira de carros.

Sugerimos que se dê um tempo maior para que eles possam reorganizar-se e formar uma associação, que permitirá que se coordenem e possam continuar nessa difícil missão de buscar o sustento de cada dia. Não podemos dificultar a situação social dessas pessoas que já vivem momentos difíceis. Temos de ter sensibilidade suficiente para não estragar o já difícil Natal dessas famílias e suas escassas esperanças para o ano de 2006.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Parabenizo o Deputado Doutor Viana, que traz para a tribuna desta Casa dois assuntos muito importantes. Um dos assuntos refere-se às estradas, um problema sério que temos a enfrentar. Sucessivos governos, infelizmente, não investiram na infra-estrutura, sem a qual é difícil escoar a produção e gerar emprego e renda. É muito difícil a situação de várias estradas de nosso Estado. Vimos, com muita tristeza, o que ocorreu em governos anteriores, quando houve grande desvio de recursos, enviados ao Estado para recuperação das estradas, mas que foram encaminhados para outras áreas.

O Deputado Doutor Viana, parlamentar muito competente, sempre esteve ao lado dos servidores públicos, e é fundamental que continue nessa linha. Além disso, é Presidente da Comissão de Educação. Nesse momento, na Assembléia, temos de unir esforços e deixar as picuinhas partidárias, a política, as divergências, de lado e fazer uma grande união em defesa dos servidores públicos. Está na pauta do dia. Os servidores estão mobilizados há vários e vários dias. Os servidores da saúde estão totalmente articulados, assim como os servidores da segurança pública e os de suas entidades representativas, os do Judiciário e os de outros setores. Essa ação é muito importante, pois faz parte da democracia.

Devemos cobrar soluções do governo. Ouvi ontem uma entrevista muito contraditória do Secretário de Saúde, quando disse que anunciaria, em Minas Gerais, no dia de hoje, um programa histórico, jamais visto neste Estado, relacionado à distribuição de medicamentos. Recebi uma ligação do Sr. Vicente, que foi Secretário Municipal em Uberlândia, denunciando que há falta de medicamentos essenciais, para doenças crônicas, inflamação intestinal. Por exemplo, falta o remédio Melasanina e vários outros.

Faz-se propaganda enganosa. Anuncia-se um programa histórico, quando faltam medicamentos nas regionais de todo o Estado. Da mesma forma age-se em relação aos servidores. Divulga-se que concedeu reajuste de tantos por cento, que faz e acontece, o que não é verdade. O povo não é bobo. Os servidores sabem muito bem que sofreram perdas salariais, que o salário está defasado, não tendo mais condições de sobrevivência da maneira como se encontram. Necessitam de uma ação afirmativa e imediata por parte do governo do Estado para recompor suas perdas salariais.

Assim, parabenizo o Deputado Doutor Viana. Que façamos essa grande junção, essa grande união na Casa, para votar e garantir, no final de ano, dignidade aos servidores, com os retroativos.

Aproveito para solicitar que o Governador reflita mais um pouco e garanta o auxílio-periculosidade para os policiais civis e militares e para o Corpo de Bombeiros.

O Deputado Doutor Viana - Perfeitamente, Deputado Weliton Prado. Queremos também levar nossa solidariedade aos Defensores Públicos e a todas as demais categorias. A luta é justa, todos têm de continuar organizados para conseguir sensibilizar o Executivo.

Outro assunto que gostaria de comunicar - e que é bom - interessa aos funcionários da Casa. Terminamos os estudos e estamos com a ata da comissão permanente de licitação para o novo plano de saúde da Casa - também temos o relatório final. Foi uma luta de quase um ano, tempo em que a Previminas tem prestado serviço de saúde à Casa. O processo de licitação está pronto e deverá ser aberto o mais rápido possível.

Nosso contrato com a Previminas terminará em dois meses. Assim, poderemos ter uma empresa que dê uma assistência melhor e também uma presença maior não só nas cidades de Minas Gerais, mas também em todo o País.

É uma notícia auspiciosa a abertura da nova licitação, uma vez que os trabalhos da comissão permanente de licitação terminaram, com a Presidência competente do Deputado Fábio Avelar. Foi um trabalho em que participaram todos os Consultores e também aqueles nominados pelo Presidente para compor essa comissão.

Parabenizo todos pela nova licitação para um plano de saúde mais digno, que poderá dar melhor assistência e ser mais completo para os Deputados, funcionários e seus dependentes aqui, na Assembléia Legislativa.

Outro assunto que quero tratar é o tema principal da minha fala na tarde de hoje, aqui, nesta tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e é sobre os trabalhos da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, a qual presido. Na Comissão, neste ano de 2005, obtivemos grandes resultados, muito produtivos e que atingiram vários dos objetivos propostos.

Com referência ao funcionalismo público estadual, esta classe tão trabalhadora, porém sofrida e calejada, solicitei a realização de uma audiência pública para discutir a situação dos Diretores de escolas estaduais de Minas Gerais, que, ao assumirem a direção dessas escolas, perdem direitos anteriormente conquistados, por exemplo, de quando estavam em exercício de dois cargos efetivos, e também o direito ao apostilamento. Isso aumenta consideravelmente o tempo de serviço para fins de aposentadoria, sem contar que os mesmos Diretores e Diretoras haviam sido preteridos e preteridas nas tabelas.

A referida audiência foi realizada no início deste mês. Em decorrência dela, apresentamos o Projeto de Lei Complementar nº 76/2005, de minha autoria, visando solucionar a situação dos dois cargos. Também sensibilizado com a situação, após a audiência o governo enviou a esta Casa a tabela salarial dos Diretores de escolas estaduais, tudo indicando que a mesma atenderá tanto os Diretores quanto ao governo.

Outro ponto que gostaria de destacar é que a Comissão participou ativamente do fórum técnico, realizado em setembro último, para discutir a situação do ensino superior em nosso Estado, cujas sugestões e propostas, ao final desse fórum, foram enviadas a Brasília visando contribuir para a reforma universitária do País.

Não concordamos com essa proliferação indiscriminada de faculdades, principalmente em nível particular. Escolas sem qualificação, numa comercialização do ensino superior e trazendo problemas, os mais variados possíveis, principalmente em relação à qualidade dos profissionais que estão sendo formados por essas faculdades, não reconhecidas e até não recomendadas.

No ano que vem, continuaremos com essa luta, que deve ser constante para que possamos melhorar a qualificação dessas escolas superiores e, em consequência disso, termos uma melhor qualidade dos profissionais formados nessas escolas.

A nossa Comissão também recebeu, em audiência pública, a Sra. Idania Arteaga, representando o Ministério de Educação Pública da Costa Rica, que visitou nosso Estado com a finalidade especial de conhecer o funcionamento do processo legislativo mineiro e da Comissão de Educação.

Foram realizadas 69 audiências públicas e reuniões da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática no ano de 2005. Debates também, em audiência pública, a alteração do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef - para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Ainda temos de trabalhar muito em relação ao Fundeb, porque há necessidade de assumir as responsabilidades financeiras de uma assistência melhor ao segundo grau, o que hoje não é feito. Ainda assim, teremos uma sobrecarga dos Municípios, pois haverá ajuda substancial do governo federal, mais de R\$4.000.000.000,00 por ano. Isso ocorrerá ao final de quatro anos. Nesse período, quem bancará essa diferença? Quem assumirá essa responsabilidade? Lutaremos para que o Fundeb seja bem amparado, bem protegido e que funcione plenamente para valorizar o ensino fundamental, principalmente no 2º grau e nas creches que serão absorvidas pelo programa. Esse projeto ainda foi votado. Está em tramitação no Congresso Nacional.

Também realizamos audiências para debater e propor ações referentes à violência e à criminalidade nas escolas públicas. As audiências foram realizadas nesta Casa e fora dela, quando a Comissão e os Deputados foram até o cidadão, quer seja em escolas, quer seja em Câmaras Municipais, quer em outros locais. Contamos com a participação maciça da sociedade. Algumas foram realizadas em cidades do interior de Minas, outras na Grande BH, duas em Venda Nova, sendo uma delas na Escola Estadual Padre Lebrez, que já tinha sido assaltada 42 vezes em seis anos. A partir dessa reunião, ficou constatada a necessidade urgente da construção de uma nova escola. Para nossa alegria, os funcionários do Deop já desenvolveram um projeto novo para, a partir de fevereiro, dar início à construção de um prédio mais seguro para os alunos da Escola Padre Lebrez, em Venda Nova, que se encontra em estado precaríssimo, sem a mínima condição de ser reformada. Fiz um pedido ao governo de Minas, por meio da Secretaria de Educação, e tenho a certeza de que tudo ocorrerá o mais rápido possível devido à urgente necessidade em solucionar o problema. Foi realizada uma reunião muito frutífera na Escola Estadual Caetano Azeredo, no Barro Preto, com um resultado satisfatório para aquela comunidade.

Gostaria de encerrar este pronunciamento falando sobre a nossa intenção e a nossa efetiva determinação em continuar o trabalho na defesa das causas justas do nosso funcionalismo. É uma obrigação nossa, e não um favor, reconhecer a importância, o trabalho e o valor não somente verbal e afetivo, mas efetivo, transformando isso numa compensação justa do trabalho desses abnegados funcionários do Estado.

Sr. Presidente, encerro desde já, aproveitando a aproximação dos festejos de fim de ano. Desejo a todos os que nos assistem pela TV Assembléia e aos presentes um feliz Natal e um feliz 2006. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, todos os momentos de nossas reuniões, principalmente os de votação, são sérios. Não há tanto rigor em relação à presença de pessoas no Plenário. Às vezes algum Deputado está fazendo o uso da tribuna, e somente um Deputado presta atenção. Não temos a tradição do respeito aos oradores inscritos. Fiquei surpreso com esse procedimento.

Sr. Presidente, saudando a todos das galerias, o dia de ontem foi importante, até certo ponto, para o Estado de Minas Gerais, apesar de alguns episódios desagradáveis ocorridos neste Plenário. Mas possibilitamos alguns avanços para o Estado de Minas Gerais. Votamos ontem, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.028, possibilitando que o Estado de Minas Gerais tenha uma lei orgânica de segurança alimentar. Votamos também, em 1º turno, o projeto de lei da agricultura urbana, de minha autoria. No que tange à segurança alimentar, tudo sempre foi feito como uma expressão de caridade, de filantropia, não como política pública. Nos 500 anos de história do Brasil, nunca tivemos isso. Agora nasce a política pública de segurança alimentar, a qual vem sendo construída desde o companheiro Betinho - que, se estivesse vivo, faria 70 anos -, dos comitês de cidadania, desde D. Luciano, D. Mauro Morelli, várias lideranças que vêm trabalhando para garantir que todos os cidadãos tenham acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade, sem ferir sua dignidade. Apesar de avançarmos nesse aspecto, não foi assim em relação ao respeito aos servidores públicos, sobretudo nessa área. Se olharmos os servidores da Secretaria de Agricultura, há um disparate. No próprio órgão, alguns servidores têm reajuste cinco vezes maior que aqueles que têm ensino médio. Só consigo ver injustiça. Na Secretaria de Agricultura, o alto escalão está tendo um reajuste cinco vezes maior que aqueles que têm ensino médio. Temos de valorizar essas pessoas que estão no campo, que têm um trabalho fundamental para garantir, sobretudo, a saúde do povo. Se comparamos a Secretaria de Agricultura com a Secretaria de Obras, também há um disparate no reajuste. Nosso apelo, em sintonia com todos os companheiros do Bloco PT-PCdoB é a retroatividade. Essa é uma maneira de amenizar o disparate. Creio que, por maior que seja o esforço de todos, não conseguiremos avançar para uma tabela que corresponda ao que de fato o servidor precisa, mas a retroatividade pode amenizar isso e deve ser um consenso entre todos os Deputados desta Casa. Assim avançaremos, com coerência, na parte da legislação que visa à garantia da dignidade do ser humano. Esse é o trabalho que procurei fazer como Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Realizamos inúmeras audiências públicas neste semestre. Houve semana em que fizemos quatro audiências em razão da demanda advinda do interior, como a qualidade do café, a febre aftosa, a varíola bovina, a gripe aviária e também o acesso ao crédito. Mas os impasses existem.

O governo do Estado não disponibiliza quase nenhum crédito para a agricultura, sobretudo para a agricultura familiar, que sobrevive de recursos oriundos do governo federal.

A disponibilidade de recursos este ano é de até R\$9.000.000.000,00 apenas para Minas Gerais, podendo chegar a R\$1.000.000.000,00 no caso da agricultura familiar.

Na parte de assistência técnica também houve discussão. Mas, na parte da pesquisa, não avançamos muito.

É importante o trabalho conjunto da Epamig e da Embrapa, pois 55% dos recursos da Epamig são provenientes do governo federal.

Foram essas as discussões feitas neste semestre.

Também discutimos sobre a qualidade do café, aprimorando alguns projetos de leis relativos ao café e também à segurança alimentar. Trabalhamos muito.

Agradeço a toda a equipe da Consultoria e da assessoria, que nos ajudaram ao longo deste semestre. Foi um trabalho sério de muitas pessoas, incluindo outros Deputados da base do governo, que sempre foram presença nas reuniões. Saliento a presença dos Deputados Doutor Viana e Marlos Fernandes, Vice-Presidente da Comissão. Eles participaram de quase todas as reuniões. Também contamos com a presença de outros Deputados, mas esses a que me referi estiveram presentes em quase todas as reuniões, garantindo quórum e possibilitando apresentação de requerimentos. Ou seja, essas pessoas contribuíram para o desdobramento concreto das nossas reuniões.

Posso dizer que avançamos na reflexão e nos encaminhamentos nas áreas da agricultura e pecuária. Mas é preciso que o Executivo também corresponda a esses avanços, como, por exemplo, valorizando os servidores do Estado.

As empresas vinculadas às secretarias não têm amparo, como é o caso da Epamig e da Emater. A importância da Emater para o povo mineiro é muito grande. Todos têm essa consciência, menos o governo. Apesar do empenho de algumas Lideranças, o governo não consegue arcar com a parte de estrutura e com o suporte técnico dos servidores da Emater, o qual está aquém. Além disso, a Emater só se faz presente quando se celebra um convênio entre o Município e a Emater. Um técnico custa hoje para o Município mais de R\$1.000,00. Então, não apenas o Estado e a Emater estão garantindo assistência técnica em 700 Municípios. O Município tem um papel importante a partir desse convênio, pois arcará com grande parte das despesas.

Temos que avançar mais. Se a Assembléia avançou na reflexão e no debate, o Executivo também tem de fazer a sua parte e entrar em sintonia com esses avanços, para garantirmos assistência em todas as áreas, como é o caso do IMA, órgão de grande importância.

Deputado Paulo Piau, V. Exa., que sempre se vem empenhando como engenheiro-agrônomo e funcionário de carreira da Epamig, conhece as dificuldades desses servidores. É necessário haver uma estrutura para servir melhor o povo mineiro. Embora estejamos discutindo uma questão da agricultura, sabemos que todos ganham com isso, independentemente se moram na zona rural, no interior ou no grande centro. Precisamos ter segurança de, ao comprarmos carne, saber se é de qualidade. O mesmo ocorre com as verduras, os legumes, enfim, com todo alimento que chega à nossa mesa. É necessário haver garantia de que são de qualidade, não são contaminados, não tenham agrotóxicos em excesso, embora sem agrotóxico seja o ideal. Esse controle é fundamental, e existem órgãos do Estado responsáveis por isso.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço ao Deputado Padre João. Queria apenas ressaltar a importância do pronunciamento de V. Exa. e do trabalho da Comissão durante este ano, muito bem conduzida sob sua Presidência.

V. Exa. faz referência ao IMA, à Emater, à Ruralminas, à Epamig e ao trabalho em prol do desenvolvimento do Estado. Na verdade, a remuneração desses técnicos, como ocorre também no IEF, no Igam e na Feam, não é satisfatória. O Estado, de maneira geral, paga-lhes muito mal, assim como o faz com os professores e os médicos. Essa é uma tônica.

O poder público deveria ter suas atividades priorizadas, e os funcionários públicos deveriam ser bem remunerados tanto na esfera municipal quanto na estadual e na federal. A história do Estado mínimo é uma grande falácia. Precisamos ter um Estado eficiente e competente. Ele deve deixar de fazer tudo o que puder para que a sociedade assuma, mas precisa ser atuante.

Cumprimento-o por evidenciar esse trabalho importante que fazem os órgãos públicos de Minas Gerais ligados à Secretaria de Agricultura. Cumprimento também o Deputado Silas Brasileiro, no comando da Secretaria, pois tem realmente trabalhado muito.

Estendi-me um pouco para parabenizá-lo pela condução dos trabalhos na Comissão de Agropecuária neste ano.

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Paulo Piau, que também se tem empenhado na área da agricultura e na do cooperativismo, como Presidente da Comissão Especial.

Ainda é tempo de repararmos os erros. Ainda não votamos o Orçamento. Há muitas emendas importantes visando a fortalecer a agricultura do Estado. São emendas da Comissão que garantem, de fato, recursos para que as empresas vinculadas à Secretaria de Agricultura funcionem bem.

É impossível qualquer Secretaria funcionar bem se a chave desses órgãos são as pessoas, os recursos humanos. Se não se investe nas pessoas, com que motivação elas trabalharão? Um dos pontos fundamentais de investimento na pessoa humana é a remuneração justa.

Independentemente de partido, todos somos responsáveis pelo serviço público e pelas pessoas humanas, que têm de ser valorizadas. Muitas se dedicam ao Estado por vocação e por amor, sem levarem em conta o salário, porque, se dependesse disso, teriam procurado outro emprego em que fossem mais valorizadas. Creio que muitos se dedicam a esse trabalho por amor à profissão. Ainda é tempo de nós, Deputados e Deputadas, fazermos justiça aos servidores públicos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Padre João. Em primeiro lugar, congratulo-me com V. Exa. pelo pronunciamento e pelo trabalho que desempenha na Comissão de Política Agropecuária desta Casa. Essa Comissão, como ocorre nas outras Casas Legislativas e no Congresso Nacional, em geral, tratam esse tema do ponto de vista dos grandes fazendeiros e dos latifundiários, tendo o domínio da

chamada bancada ruralista, no Brasil todo. Portanto, levam mais em conta a abrangência do agronegócio do que as potencialidades da terra, do ponto de vista da segurança alimentar, da agricultura familiar e da luta pela reforma agrária.

V. Exa., Deputado Padre João, deu a essa Comissão uma nova característica de se preocupar, sem se esquecer das outras atividades, fundamentalmente, com os aspectos que julgo fundamentais ao campo, ou seja, a agricultura familiar, a luta pela reforma agrária pelo fim das grilagens e da formação de milícias armadas no campo; além de defender os mais despossuídos do Estado, que trabalham e procuram condições de trabalho em um pedaço de terra. Assim, a Comissão acompanhou de perto a agricultura familiar e a luta dos trabalhadores rurais vinculados aos sindicatos e ao MST. Ela passou a ter uma nova face, abrigando os interesses daqueles que mais sofrem e que têm menor condição no campo do ponto de vista de acúmulo de riquezas, mas que são tão necessários para a produção.

Acompanhei o trabalho de V. Exa. em prol dos prejudicados pelas barragens e pela falta de terra. Em Minas Gerais, há 11.000.000ha de terras devolutas, segundo o Iter. Tive a oportunidade de propor um seminário, que foi realizado, sobre a questão da terra em Minas Gerais. As terras devolutas estavam sendo dominadas, devido a décadas de política equivocada, por empresas agrícolas que, na maioria das vezes, sequer produzem. Plantaram eucalipto, derrubaram o cerrado e acabaram com as nascentes. Foram, pelo menos, três décadas de incompreensão em relação às nossas terras, especialmente o cerrado. Isso causou prejuízo, pois essas terras deveriam estar produzindo. Essas terras deveriam voltar para as mãos do Estado, mas essas empresas dão entrada ações e barram o acesso a elas para a realização da reforma agrária. São 11.000.000ha de terras, o que daria para realizar a reforma agrária em todo o Estado sem que nenhuma família ficasse impossibilitada de trabalhar. Esses aspectos que passaram a integrar a Comissão de Agropecuária devem estar cada vez mais presentes. Essa luta avançou muito e é importante; avançou também a concepção do governo federal, pois a agricultura familiar passou a ser prioridade do governo.

O Pronaf já não se destina apenas ao Sul do País, hoje abrange os demais Estados. Muitas famílias foram beneficiadas. Em Minas Gerais - os Deputados, que andam muito pelo interior sabem disso -, o programa passou a ser realidade no Sul de Minas, com o plantio de café, e no Norte de Minas, voltado para a agricultura familiar de qualquer tipo. Trata-se, enfim, de uma realidade. Esse programa tem feito com que as pessoas permaneçam no campo e significa uma parcela significativa na geração de renda e emprego. Significa injetar no Brasil, ao lado da política de microcrédito e do Bolsa-Família, uma quantidade muito razoável de bilhões de reais no incentivo à produção e à geração de emprego e renda. Apesar da política de juros altos, essa estratégia assegurou o crescimento do País. O microcrédito, o Pronaf e o Bolsa-Família foram instrumentos fundamentais para proporcionar condições de crescimento ao País a partir de sua base de sustentação, a partir dos mais pobres.

Padre João, a Comissão tem essa característica de compreender e ajudar. Acompanhei a luta pela instalação do Conselho de Segurança Alimentar. Sei que foram em todo o Estado para falar de sua importância e do encontro realizado no Mineirinho, com a participação de representantes de todas as regiões de Minas, graças ao trabalho da Comissão. Parabênize-o pelo trabalho e pelo pronunciamento, por não esquecer que isso só pôde ser feito graças ao trabalho dos servidores públicos da área. Sem eles, programas essenciais, geralmente feitos com verbas do governo federal e com servidores estaduais, não seriam desenvolvidos. Hoje esses servidores estão incluídos na tabela salarial que pretendemos seja para valer a partir de setembro, e não apenas em março do ano que vem, o que seria uma injustiça. Padre João, parabéns pelo pronunciamento!

O Deputado Padre João* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. O impacto dos investimentos do governo federal na agricultura de fato possibilitou que os Estados avançassem. Essa evolução chega à mesa de todos os cidadãos das zonas urbana e rural. Até o ano passado, um pacote de 5kg de arroz tipo 1 custava de R\$15,00 a R\$17,00. Hoje, o mesmo produto é vendido por R\$5,00, R\$6,00. A política do governo federal possibilitou que o alimento chegasse à mesa. O mesmo ocorreu com a carne do frango. O impacto do investimento na agricultura familiar é muito positivo e chega, de fato, aos mais pobres. Saúdo a todos. Que nossos trabalhos possam garantir não só um 2006 abençoado, mas também os próximos anos; que isso seja a expressão de nosso trabalho, coerência, compromisso e respeito em relação aos servidores do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente a esse requerimento, respeitando evidentemente o Deputado que o apresentou.

Trata-se de um projeto que dispõe sobre a política estadual de apoio à agricultura urbana, política fundamental no combate à fome. Não vejo motivos para essa inversão, pois o projeto é tranqüilo, foi votado por unanimidade no 1º turno.

Esse projeto do Deputado Padre João é muito importante e solicito que seja analisado na ordem em que se encontra. Por tradição, nesta Casa, deixamos para o final os projetos mais polêmicos, e, a meu ver, esse não é o caso.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, trata-se do Projeto de Lei nº 2.854, já em votação, que dispõe sobre o reajuste de 15%, a partir do mês de janeiro, no salário dos servidores do Tribunal de Justiça. Esse aumento tem sido reivindicado há muito pelos sindicatos - Serjusmig e Sinjus -, que, unificadamente, passaram a lutar pelo reajuste.

É claro que o nosso posicionamento, e falo aqui em nome do Bloco PT-PCdoB, a pedido do Líder, Deputado André Quintão, é favorável à aprovação do projeto. Apresentamos uma emenda para que essa lei produzisse os efeitos a partir de 1º/8/2005, e não a partir de 1º/1/2006. Explicaremos por que julgamos justo que o reajuste seja a partir de 1º de agosto. Primeiro, porque foi apresentado um projeto de lei, encaminhado pelo Presidente Mauri Torres e demais membros - eu, inclusive, como Vice-Presidente -, cuja aprovação deu-se unânime entre os Deputados. Portanto os servidores do Poder Legislativo passaram a ter o mesmo valor, 15%, vigorando a partir de 1º/8/2005. Em relação aos funcionários públicos do Poder Judiciário, o aumento deve ser igual ao que foi no Poder Legislativo. Esse é o primeiro argumento da apresentação desse projeto.

Um segundo argumento é que o Tribunal de Justiça remeteu a esta Casa um projeto em que os Desembargadores e Juízes passarão a ter um reajuste maior que esse, em torno de 66%, retroativo a 1º/1/2005, há quase um ano de reajuste a ser dado. Se o Tribunal de Justiça tem condições de pagar aos Desembargadores e Juízes um reajuste superior ao oferecido aos funcionários, com uma retroatividade tão ampla, é justo que esse dinheiro seja repartido com os funcionários públicos para que eles também tenham o direito ao reajuste.

O objetivo da nossa emenda, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, é exatamente esse: o art. 2º, Emenda nº 2, em que colocamos que essa lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º/8/2005.

Apresentando essa emenda, chamamos a atenção dos Deputados da base de governo no sentido de que não se trata, nesse caso, de nenhuma suplementação orçamentária do governo do Estado. Se o próprio Tribunal de Justiça apresenta, para este ano, um aumento para os Desembargadores e Juízes, é evidente que o Tribunal de Justiça deve ter, do Orçamento já remetido a ele, condições de, sem nova suplementação, poder avaliar um aumento para os seus servidores.

Temos uma opinião, que discutiremos com os demais Deputados. Entendemos que o aumento dos Juízes e dos Desembargadores não deve ser concedido no volume solicitado e muito menos que seja retroativo à data pretendida por eles. Julgamos que não se deve fugir da Lei de

Responsabilidade Fiscal. Então, não deveriam ter enviado nenhum projeto que corresse o risco de sair dos limites estipulados por essa lei. Trata-se do Tribunal de Justiça; logo, não é possível que Desembargadores e Juízes remetam um projeto descumprindo uma lei amplamente discutida e argumentada no Estado de Minas Gerais e no País. Pedimos a aprovação do projeto de lei do Tribunal de Justiça com a emenda que apresentamos, que prevê a retroatividade para agosto.

Farei outro encaminhamento, já que a argumentação é a mesma. Tratarei do projeto do Ministério Público, que também prevê retroatividade para o mês de janeiro. Também fizemos uma emenda, com a mesma argumentação, estipulando a retroatividade para agosto. Fizemos isso porque o Ministério Público enviou a esta Casa projeto idêntico a esse, que concede reajuste de 66%, também retroativo a janeiro. Para os funcionários do Ministério Público, fizemos exatamente a mesma emenda, em que se prevê o mesmo valor de 15% retroativo a 1º de agosto. Esse projeto será votado depois do outro.

Com esse encaminhamento, Sr. Presidente, em nome do Bloco PT-PCdoB, solicito ao conjunto dos Deputados a aprovação dos dois projetos. Todavia, a aprovação deve-se dar com a Emenda nº 2, do Bloco PT-PCdoB, que retroage o reajuste, que seria a partir de 1º de janeiro, para agosto deste ano, tendo em vista os motivos já explicados. Essa é a defesa que faço das emendas apresentadas. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Concordo com o nobre companheiro, Deputado Rogério Correia, que, em nome do bloco, apresentou essa emenda. A pedido dos servidores que estão nas galerias - vários deles são de Betim, onde residem -, gostaria de ler suas solicitações. (- Lê:)

"Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os servidores do Judiciário mineiro contam com seu apoio na aprovação do Projeto de Lei nº 2.854, bem como da emenda que garante a retroatividade do reajuste salarial. É inadmissível que o primeiro escalão - Promotores e Juizes - tenha tratamento privilegiado. Esperamos que nossos representantes façam justiça. Estão presentes nas galerias do Plenário servidores de Carlos Chagas, Ribeirão das Neves, Ervália, Ponte Nova, Viçosa, Jacuí, Águas Formosas, Montes Claros, Galiléia, Santa Luzia, Ferros, Betim, Contagem, Belo Horizonte, Nepomuceno, Barbacena, Ribeirão das Neves, Sabará, Caeté e Pedro Leopoldo".

Cumprimento todos, pois é por meio de mobilização que conquistaremos nossos direitos. Parabéns a vocês, que estão organizando! Obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Weliton Prado - Serei rápido para aproveitarmos o quórum e votarmos o projeto. Não poderia deixar de parabenizar o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais, Serjsumig, que tão bem vem representando a categoria, por exemplo, quando da luta pelo reajuste do vale-alimentação e do atendimento a várias outras reivindicações. Um sindicato forte e atuante se faz na mobilização, na luta.

Solicito aos Deputados que tenham sensibilidade, que votem favoravelmente à emenda que apresentamos, porque a retroatividade para agosto é muito justa. Devemos fazer uma comparação. Aliás, já fizemos um levantamento não só quanto aos servidores do Judiciário, mas também quanto aos servidores da saúde, da educação e da segurança pública. Minas Gerais é um dos Estados que mais desvaloriza os servidores públicos, se comparado a outros da Federação. Além disso, considerando todas as categorias, Minas possui os salários mais defasados e que precisam de reajuste para garantir a dignidade aos servidores.

Só queria deixar claro o posicionamento do Bloco PT-PCdoB, em defesa dos servidores. Continuem com a luta e com a mobilização. Valeu!

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, o Projeto de Lei nº 2.812, que trata do reajuste linear das carreiras da segurança pública, no nosso entendimento, certamente deve ser aprovado. Mas fazemos uma ressalva, Sr. Presidente.

Quanto a esse assunto, temos insistido com nosso Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho. Ontem, na Comissão de Administração Pública, houve apresentação de duas emendas, uma do Deputado George Hilton, que previa a substituição no valor de 10% linear pelo valor de 24% linear; e a outra emenda, do Deputado Weliton Prado, que diz respeito à periculosidade.

Sabemos que as entidades de classe dos servidores da segurança pública, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e dos Agentes de Segurança Penitenciária, que se encontram nas galerias, estão acompanhando o projeto desde o início da sua tramitação. A grande reclamação que os servidores da segurança pública têm - o que não poderíamos deixar de registrar neste momento -, durante o encaminhamento dessa matéria, é que não houve, para fixação desse percentual, um diálogo, um entendimento para que o índice fosse fixado. Isso, certamente, deveria ser precedido de um entendimento com as lideranças sindicais e, obviamente, com este Deputado, que fez parte do acordo assinado com o governo.

Portanto, encaminhamos favoravelmente à votação do projeto, mas é óbvio também com a aprovação das emendas, de uma ou da outra emenda aqui apresentadas. Certamente não teríamos como estar aqui aprovando as duas emendas. Na verdade, a categoria tem definido como prioridade, neste momento, a gratificação de atividade de risco, mesmo porque, por si só, o número de servidores públicos ligados à segurança pública - Agente de Segurança Penitenciária, Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Civis - que morreram em confronto nos últimos três anos, o que já mostra a necessidade de se adotar o adicional de periculosidade.

Desde o primeiro momento, entendemos que se tem procurado travar um diálogo e fazer com que haja entendimento para o governo acenar com a possibilidade de abrir uma discussão e realizar a interlocução política diretamente conosco. Isso poderá levar ao servidor da segurança pública uma resposta positiva no que se refere à gratificação de atividade de risco.

Nos últimos três anos, 102 servidores da segurança pública foram mortos em serviço ou em razão do serviço. Muitas pessoas acham que, estando o policial de folga, ele não morreu exercendo a sua atividade. Recentemente o Cb. Agnaldo Martins, que tinha 33 anos, sendo 17 anos de Polícia Militar, foi enterrado por sua família, pois foi morto ao socorrer uma vítima de assalto.

O Cb. Agnaldo, de folga, ia para casa, quando foi acionado por um casal cujo veículo estava sendo tomado em assalto. Imediatamente, o Cabo socorreu a vítima, mas foi covardemente assassinado por um dos marginais.

Trata-se de atividade em que, a todo instante, há risco na profissão, motivo pelo qual insistimos na aprovação da emenda relativa à gratificação de atividade de risco. Disse ao nosso Líder do Governo que, mesmo que o projeto continue tramitando, espero que S. Exa. insista com o Secretário Danilo de Castro para obtermos sinal verde para aqueles que se arriscam cotidianamente a morrer defendendo a sociedade. Que tenham, por parte do governo do Estado, o reconhecimento de que se trata de atividade de risco. Então, os servidores precisam ser beneficiados com a gratificação de atividade de risco. É preciso que o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, abra imediatamente um canal de negociação com o Secretário Danilo de Castro para que o governo conceda essa gratificação.

Sabemos que as emendas podem ser feitas até a votação em 2º turno, quando há acordo de Líderes. Depositamos esperança no diálogo e no

entendimento para que o Líder do Governo se encontre com o Secretário Danilo de Castro e lhe transmita a informação de que os Deputados da Casa têm defendido essa matéria, para concedermos essa gratificação a todos servidores da segurança pública.

Essa gratificação não dará nenhum tratamento especial aos servidores da segurança; somente atenderá à atividade inerente à única profissão que é ser profissional de segurança pública.

Portanto, encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto, mas também com a aprovação da emenda que se refere à gratificação de atividade de risco. Esse é o entendimento do conjunto dos servidores da segurança pública, que merece essa gratificação. Solicitamos a aprovação da emenda. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, as atividades desempenhadas por Policial Civil, Policial Militar, Bombeiro Militar e Agente de Segurança são típicas profissões de risco, perigosa. Por isso faz jus ao adicional de periculosidade. Nos últimos três anos, faleceram mais de 23 pais de família. Só neste ano, dezenas de policiais morreram em serviço.

A própria Constituição Federal garante o direito para os policiais ao auxílio e ao adicional de periculosidade. Isso está no art. 7º da Constituição Federal. A Carta Maior de Minas Gerais também o garante. Então, esse é um direito deles. Por exemplo, outros Estados, como Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, já reconheceram, de fato e de direito, a gratificação de periculosidade aos profissionais de segurança pública em percentuais que chegam a 230%. Em Minas Gerais, seriam apenas 25%. Apresentamos a possibilidade de ser escalonado, ou seja, começar com 10%, depois ir para 15%, 20%, 25%. Se aumentou a arrecadação do Estado, por que não garantir dignidade que lhes é de direito? Hoje as condições estão muito aquém do que os policiais merecem, pois trabalham sem coletes, sem armamento pesado, sem viaturas, ou seja, sem as mínimas condições.

Durante a greve dos policiais em 2004, foi acordado entre as lideranças do movimento grevista e do governo a concessão de adicional de periculosidade. Não foi? (- Pausa.) Entretanto, não houve aval do governo. Cobraremos aqui o que é de direito dos servidores. Encaminhamos pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, que tratam de um direito constitucional. Não há como alegar a inconstitucionalidade e a antijuridicidade. A emenda é constitucional e legal. Aliás, é previsto o adicional na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Se aumentou a arrecadação e não há déficit, há superávit. Garantiremos o direito justo para os nossos servidores, para as Polícias Militar e Civil e para os Bombeiros Militares.

101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/1/2005

O Deputado Weliton Prado - Boa tarde a todos e a todas. Na noite de ontem, iniciamos a discussão do Orçamento de 2006. Está prevista uma despesa de R\$27.000.000.000,00. Foram apresentadas 1.963 emendas. O prazo final foi o dia 18 de novembro. O relator foi o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Bloco PT-PCdoB tem três críticas em relação ao Orçamento. A primeira refere-se aos gastos do governo com publicidade, que em 2005 foram excessivos. Não se cumpriu a Emenda nº 29 da Constituição Federal, que determina um gasto de 12% da receita do Estado na saúde. E os gastos sociais estão muito aquém do necessário. Para dar um exemplo, o Tribunal de Contas já chamou a atenção do Estado para esses gastos quando analisou a prestação de contas do governo de 2004. Ficou constatado ainda que as despesas com publicidade realizadas pelo Poder Executivo em 2004 ultrapassaram em 106% as realizadas em 2003, que foram de R\$25.000.000,00. No ano de 2004, passaram para R\$52.000.000,00, sem falar nos gastos com publicidade da Cemig, da Copasa, do BDMG e de outras empresas, perfazendo um total de R\$44.000.000,00 em 2004, contra R\$12.000.000,00 em 2003. Portanto, houve um aumento de 263%. Verificamos que há muito recurso para publicidade.

Da tribuna desta Casa, questionamos a divulgação do Projeto de Lei nº 1.991, que reduz o ICMS de vários produtos e parcela o IPVA e as multas de trânsito em 12 vezes, por meio de emenda que apresentamos com os Deputados Antônio Júlio, Célio Moreira e Gil Pereira. Esse projeto importante tem de ser votado hoje, para ser transformado em lei. O Governador, passando por cima do Poder Legislativo, já está divulgando isso nas traseiras dos ônibus, nos "outdoors" e na televisão, mas isso ainda não é realidade. O Promotor Denilson Feitosa tomou conhecimento desse fato e já mandou o governo colocar um adesivo nos ônibus, explicando que isso dependerá da aprovação da Assembléia Legislativa. Alguns Deputados estão rindo desses adesivos colocados nos ônibus para corrigir essa falha grotesca. Como o Governador pôde divulgar algo que ainda não aconteceu? Não podemos admitir isso de maneira nenhuma.

Os gastos do governo com publicidade superaram os gastos com a assistência social, que totalizaram R\$35.000.000,00; com o trabalho, R\$12.000.000,00; com a cultura, R\$33.000.000,00; com os direitos da cidadania, R\$4.000.000,00; com o urbanismo, R\$7.000.000,00; e com o esporte e lazer, que foram apenas R\$9.000.000,00. Dos 31 programas estruturantes do Estado, em 28 deles foram gastos menos recursos do que com a publicidade. Esses programas deveriam ser prioritários, mas, infelizmente, a prioridade para o governo foi a divulgação e a publicidade, que tinha um orçamento previsto para 2005 de R\$10.000.000,00, mas foi suplementado para R\$65.000.000,00. Se formos somar a publicidade com a Cemig, a Copasa e a Codemig, poderemos verificar um aumento de mais de 500%. De quanto será o aumento dos servidores, que lutam por um direito justo? O reajuste concedido pelo governo está muito aquém das suas necessidades. Os servidores reivindicam o reajuste da tabela em 30%, que seria justo, pois a receita do Estado aumentou mais do que isso. Por que não garantir esse mesmo reajuste aos servidores? Causa-nos indignação, nesta Casa, constatarmos que, para algumas áreas, como a publicidade, há muitos recursos. Para as áreas sociais, infelizmente, não há recursos, e o governo anuncia o déficit zero. Gasta-se muito dinheiro com o déficit zero e com o Minas Faz.

No segundo ano do governo Aécio Neves, houve superávit em 8 dos 12 meses do ano. Esse déficit de R\$1.400.000.000,00 foi uma estimativa do governo que nunca chegou a acontecer.

Estamos discutindo vários projetos importantes para os servidores. O que custa garantir a retroatividade para setembro aos servidores do Ipsemg? Nada. É uma questão de prioridade e justiça social. O que custa reconhecer os direitos dos servidores da área da segurança pública, dos policiais militares, dos policiais civis e do Corpo de Bombeiros Militar? O auxílio periculosidade, comum em vários Estados da Federação - Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul -, chega a somar mais de 200% da remuneração. O benefício já está nas Constituições Estadual e Federal. Por que não garantir o reajuste e o auxílio periculosidade?

Os servidores da Defensoria Pública, advogados das pessoas mais sofridas, mais humildes, muitas vezes não têm papel, caneta ou computador para trabalhar. Falta estrutura, e os Defensores recebem salários muito diferentes dos pagos ao Ministério Público. É preciso fazer a equiparação. Infelizmente, às vezes não há sensibilidade para isso.

Os gastos na área social são muito aquém do necessário. No PPAG de 2004 a 2007, a alimentação escolar para os alunos do ensino médio, por exemplo, tinha proposta incluída com previsão de R\$500.000,00, o que é muito pouco, mas daria para atender 36 mil estudantes do ensino noturno das cidades mais pobres de Minas Gerais. Sabem quanto foi autorizado? Zero, nada, nenhum real para a merenda escolar dos alunos

mais pobres de Minas. Sabem quanto foi empenhado? Nada.

Para a publicidade, a previsão era de R\$10.000.000,00, foram autorizados R\$65.000.000,00 e empenhados R\$61.000.000,00. A suplementação é muito acima da prevista. O Minas Sem Fome tinha previsão de R\$50.000.000,00 no Orçamento, destinados ao combate da fome, da miséria e da exclusão. Autorizaram-se R\$59.000.000,00. Sabem quanto foi empenhado? Foram R\$865.000,00, ou apenas, 1,45%.

A Uemg, a Fapemig e a Unimontes não recebem os recursos necessários. A emenda constitucional, já aprovada, garante a aplicação do percentual da arrecadação do Estado para a universidade. Infelizmente o Governador não cumpre a legislação, insistindo em não garantir o repasse desses valores, o que é muito sério.

Durante a campanha eleitoral, o governo prometeu que iria garantir a descentralização da Uemg, com "campi" avançados em todas as regiões do Estado, garantindo o ensino público, gratuito e de qualidade. Essa promessa foi cumprida? Até hoje não. Ele prometeu também valorizar os servidores. Está valorizando? Não da maneira que os servidores merecem. O Deputado Laudelino Augusto fala muito bem: servidor público é servir bem. O servidor público faz isso de uma maneira muito séria, com o coração, com sentimento. Porém não há condições para melhorar o atendimento. Imaginem como está a cabeça do servidor. No final do ano, a maioria tem dívidas e não consegue pagar o aluguel e as contas de luz, água e mensalidades escolares. A situação dos servidores é muito difícil. Há recursos para resolver isso. Não adianta discutir tecnicamente; é preciso discutir com o sentimento.

A prioridade deve ser o ser humano e o bom atendimento ao servidor público. Vocês conhecem a dificuldade, pois já trabalham com número insuficiente, e é justo cobrar o reajuste de forma imediata.

Para a revitalização do Rio São Francisco, a previsão de gasto era de R\$15.000.000,00; foram autorizados R\$16.000.000,00 e empenhados R\$429.000,00 - 2,58%.

Para a habitação - Lares Gerais -, a previsão de gasto era de R\$8.200.000,00; foram autorizados R\$8.200.000,00 e empenhados R\$600.000,00 - 7,28%. Empenham-se R\$600.000,00 na habitação, mais R\$60.000.000,00 na publicidade, fora Comig, Copasa e Codemig, que somam mais de R\$100.000.000,00.

A servidora está dizendo que é por isso que não sobra para eles. É verdade. Precisamos colocar o dedo na ferida e travar esse debate. É fundamental a organização das entidades que representam os servidores - sindicatos dos servidores do Ipsemg, da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Judiciário. É muito importante que haja esse espírito de união, de mobilização e de luta. Vocês estão há vários dias na Assembléia lutando, pela manhã, tarde e noite, sem almoço, às vezes sem água. É assim que se obtém mudanças. Se ficarmos calados em nosso país, infelizmente, os poucos direitos que temos poderão ir por água abaixo.

Sempre digo e repetirei quantas vezes seja necessário: o parlamento do nosso país é igual feijão, funciona sob pressão, por meio da conscientização e da informação. É muito importante que os parlamentares não fiquem apenas trancados no gabinete. Precisamos sair às ruas, praças e escolas para conversar com o povo. Assim, aprendemos muito e temos sensibilidade para fazer e propor o que é mais urgente. É muito importante que vocês ocupem a galeria desta Casa e conversem com os Deputados, mostrando sua indignação e a verdadeira situação pela qual estão passando. Devem continuar fazendo gestões ao governo, para que se sensibilize. No próximo ano haverá eleições, e, certamente, o Governador fará prestação de contas. Ele anunciou uma nota de aprovação elevadíssima de seu governo, mas deveria fazer uma pesquisa, pois gostaria de saber qual seria seu percentual de aprovação entre os servidores públicos. Porém, é preciso que essa pesquisa seja séria, e não maquiada.

Parabenizo, mais uma vez, os servidores por sua luta. Continuem contando com o apoio do Bloco PT-PCdoB. No Orçamento, há muitos recursos, R\$27.000.000.000,00, o suficiente para garantir reajuste digno ao funcionalismo. Por isso, estamos lutando, aprovamos várias emendas e solicitamos o empenho e a sensibilidade do Governador para reconhecer que os servidores do Estado devem ser valorizados. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, pessoal que acompanha os nossos trabalhos das galerias e por meio da TV Assembléia, em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a beatificação do Pe. Eustáquio, no dia 19, fato que deve ter sido divulgado pela imprensa mineira e nacional. O Papa Bento XVI reconheceu o milagre feito por intercessão do Pe. Eustáquio, que trabalhou na evangelização, na nossa Arquidiocese e no Triângulo Mineiro. Ontem, às vésperas do Natal, o Papa Bento XVI deu essa notícia, e a Igreja Católica ganhou o primeiro beato, pode-se dizer, mineiro. Pe. Eustáquio é considerado nosso santo mineiro. Quero deixar registrada essa boa notícia.

Ontem ouvimos várias falas de parlamentares, alguns fazendo menção a providências tomadas por esta Casa, em comissões, que dizem respeito a BRs que cortam o nosso Estado. Como todos sabem, Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do nosso país e passa por momentos difíceis. Gostaria de, mais uma vez, denunciar o descaso do governo federal em relação à BR-135, a "BR da Morte", para não falar da BR-381. Na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, com a participação de representantes do DNIT e do Ministério dos Transportes, fizemos algumas denúncias, inclusive sobre a ponte que passa sobre o Córrego do Leitão. Dissemos da dificuldade que as comunidades dali, como a de São José da Lagoa, em Curvelo, estavam tendo por causa disso. Com as últimas chuvas, essa ponte caiu, trazendo enorme prejuízo às pessoas que trafegam pela BR-135 e são obrigadas a fazer um desvio de cerca de 70km. O Ministro Alfredo, à frente do Ministério, prometeu tomar providências. Falei nessa Comissão e ao Diretor-Geral do DNIT que todos estavam cansados de promessas. Vidas estão sendo ceifadas nessa rodovia, e nenhuma providência foi tomada. Há pouco, nesta tribuna, o Deputado Weliton cobrou do governo do Estado algumas providências e fez denúncias a respeito de publicidade. O governo federal também tem a sua culpa.

Gostaria de deixar bem claro para os servidores que acompanham os nossos trabalhos que não chegaremos a lugar algum com essa emoção, mas dialogando com a Liderança do Governo e com os Líderes partidários. Deixo claro, para os servidores que aqui estão acompanhando os nossos trabalhos, que não é pela emoção que chegaremos a conquistas, e, sim, por meio do diálogo com a Liderança do Governo e com os Líderes dos partidos. Jogar confete e esperar aplausos não resolve. É necessário uma discussão séria para alcançar-se o objetivo. Se quiserem aplaudir, que aplaudam e, se quiserem vaiar, que vaiem. O entendimento e o diálogo são o melhor caminho.

Sabemos da dificuldade do funcionalismo público. Tenho-me relacionado com muitos servidores, principalmente do Ipsemg, e sabemos que eles não recebem o que merecem. O governo tem procurado fazer, dentro do Orçamento, o que é possível. E o possível será feito. Vir aqui e dizer que o governo do Estado não concede aumento e não toma atitudes! Mas o governo federal está pior, pois só promete.

Sr. Presidente, foi aprovado, em 1º turno, um projeto de minha autoria - acredito que a Comissão de Administração Pública fecha os seus trabalhos neste final de ano -, até por sugestão da União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale -, em que se propõe que o dia 22 de setembro se torne o marco regulatório para a prática da ética dos Legislativos Estaduais em todo o País. Então, apresentamos esse projeto para instituir o Dia da Ética na política, que é de grande importância. Os brasileiros estão frustrados e decepcionados com os representantes do País, seja no âmbito federal, municipal ou estadual. Graças a Deus, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais não teve, em momento algum, neste período em que estamos trabalhando - porque este é meu primeiro mandato como Deputado Estadual -, envolvimento com alguns Deputados Estaduais, como estamos vendo no âmbito nacional, com a questão do caixa dois, do decoro, da propina, do "mensalão" e do ducto de dinheiro. Há pessoas que não estão preparadas para lidar com a política sem tirar proveito próprio. Não podemos, de maneira

nenhuma, abdicar. A política é uma oportunidade de se praticar a verdadeira caridade, é a arte do bem comum. Vimos, no âmbito federal, essa "lamança". Espera-se que, após as investigações, as pessoas que tiverem sua culpa verdadeiramente comprovada sejam punidas e alijadas completamente do processo eleitoral e político. Sabemos que existem homens e mulheres honestas, capazes e prontas para trabalhar visando ao bem comum. É necessário que se resgate a política. Não podemos viver sem ela. Deve-se discutir em casa, na comunidade, e tentar lavar essa lama em que se encontra o País. O Brasil foi saqueado nestes últimos anos, mas, no próximo, teremos a oportunidade de tirar as pessoas que foram denunciadas e eleger pessoas que possuem projetos e propostas para trabalhar buscando o bem comum.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tive oportunidade de conversar com vários parlamentares. O PT tem Deputados e Deputadas comprometidos, pessoas responsáveis, mas não podemos admitir, como já disse na semana passada, que alguns parlamentares sejam como aves agoureiras, que fiquem agourando o bom trabalho que está sendo desenvolvido no Estado. Sabemos que há dificuldades. Há, sim, muitas dificuldades; porém, em três anos, o atual governo fez o que os outros não fizeram durante décadas. Precisamos realmente acertar, o que faremos por meio do diálogo. Com um trabalho de responsabilidade, pretendemos atender todas as classes, enfim, toda a sociedade.

Os representantes de sindicatos dos servidores sabem que há, nesta Casa, um diálogo aberto e permanente com todos os parlamentares. Todavia, não podemos admitir o que aconteceu há alguns meses, quando algumas pessoas vieram aqui caluniar, jogar pedras e moedas. Ademais, alguns Deputados chegaram a fazer insinuações para a platéia que não eram verdadeiras. É a tal questão: senta-se no rabo, e fala-se dos outros.

Portanto, temos de medir nossas palavras. Sabemos que, não só em nível municipal e estadual, mas também no âmbito federal, muitos problemas têm de ser resolvidos. Enquanto isso, insiste-se na defesa: "Meu governo federal, meu governo estadual, meu governo municipal liberou tantos milhões, fez isso e aquilo". Se assim agiu, não fez mais que sua obrigação, porque o dinheiro é do povo; logo, a ele tem de ser devolvido.

Cabe a nós, Deputados Estaduais, fiscalizar a aplicação dos recursos em nível estadual. Da mesma forma, cabe aos Deputados Federais promover essa fiscalização em nível federal. Fazer comparações não nos levará a lugar nenhum. Também não adianta simplesmente jogar os fatos para a platéia; não seguiremos essa atitude. Ademais, não será por meio de aplausos e vaias que os parlamentares desta Casa serão orientados. Cada um tem trabalhado com responsabilidade.

Sabemos que o Governador Aécio Neves assumiu o governo com um débito de R\$2.400.000.000,00. O funcionário público trabalhava durante 40 ou 50 dias para receber seu salário; hoje, recebe-o até o quinto dia útil. Como já disse, está recebendo o que é merecido, o que lhe é devido. Entretanto, estamos conversando para chegar a bom termo, a um acordo. Estamos tentando trabalhar dentro da proposta do governo.

O Deputado Weliton Prado - Concede-me um aparte, Deputado?

O Deputado Célio Moreira - Quero terminar primeiro. Se der tempo, depois lhe concedo aparte. V. Exa. já falou muito. Logo, vou concluir e, depois, se for o caso, dou-lhe oportunidade de falar. Sei que V. Exa. gosta de falar muito, mas preciso aproveitar meu tempo.

Portanto, Sr. Presidente, não vou conceder aparte ao Deputado.

Sr. Presidente, vou concluir. Já falei da nossa satisfação, da nossa gratidão e da boa notícia da beatificação de Pe. Eustáquio. Durante estes três anos, mantenho um conselho político que acompanha o meu trabalho. Confesso que, algumas vezes, tive vontade de abandonar a política, de não me candidatar mais. Entretanto, o exemplo de alguns parceiros desta Casa me motivou. Esse fato incentivou o gabinete e o conselho. Tenho a satisfação de trabalhar em uma casa onde os Deputados e Deputadas têm dado ao País exemplo de ética, transparência e responsabilidade.

Às vezes, cometemos algumas falhas; às vezes, aprovamos projetos que não agradam a algumas pessoas. Estamos aqui, e todos têm a responsabilidade de trabalhar para o bem comum. Reafirmo minha satisfação e alegria de trabalhar tanto nas comissões temáticas quanto no Plenário desta Casa. Muitas vezes os ânimos estão exaltados. Não queremos ofender ou magoar quem quer que seja; no entanto, tudo isso faz parte do nosso trabalho, do debate (...)

Só para concluir, Sr. Presidente: encerrando o nosso trabalho, quero dizer-lhes que este foi um ano produtivo. Além disso, esperamos que, no próximo, trabalhemos mais para o povo.

Desejo a todos os Deputados e Deputadas, às suas famílias, ao pessoal que nos acompanha pela tribuna e pela TV Assembléia, um feliz Natal e um ano-novo com muita saúde, paz e prosperidade. Estamos à disposição de todos.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Antes de iniciar a minha fala, concederei aparte ao Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço o aparte da Deputada Maria Tereza Lara. Quero informar-lhes que haverá a beatificação do Pe. Eustáquio, que é do bairro do Deputado Rogério Correia.

O Deputado que me antecedeu falou sobre o décimo terceiro e o pagamento no quinto dia útil. O governo, ao pagar o décimo terceiro em dia e até o quinto dia útil, não está fazendo nada de mais; está cumprindo a obrigação que lhe cabe. Essa é uma obrigação de qualquer governante. Há as verbas retidas. Se não gastou na área social, se sobrou dinheiro em caixa, tem de pagar.

O governo devia também conceder o reajuste que os servidores merecem. Queria agradecer o aparte da Deputada e parabenizá-la pelo brilhante trabalho nesta Casa.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Cumprimento-o, Deputado Weliton Prado, pelo excelente trabalho que está realizando com a juventude. Realmente os jovens conhecem V. Exa. e o amam, como político e companheiro.

Cumprimento também todo o pessoal do Ipsemg, que está nesta Casa há alguns dias. Sou professora, trabalhei por 25 anos em escola pública estadual, conheço e pago ao Ipsemg, como aposentada e também como Deputada desta Casa. Tenho acompanhado, de perto, as reivindicações em várias cidades do interior. As pessoas, de fato, respeitam o trabalho dos profissionais do Ipsemg e têm cobrado a continuação do convênio junto às Prefeituras.

Logicamente, sabemos que é preciso haver condições para isso. É preciso ampliar o quadro de profissionais e conceder um salário justo para a continuação desse trabalho de longos anos, que tem sido feito de maneira respeitosa para com o servidor público. Esses servidores da saúde têm prestado serviço com compromisso, até mesmo independentemente do salário, que, por longas décadas, não tem correspondido ao que

merecem. Há o compromisso com a profissão e com a sociedade mineira. Um abraço a todos e continuem mobilizados, porque é dessa maneira que conquistamos os nossos direitos.

Estava conversando com o Sr. Toninho, Presidente do Sindpol, e com o Sr. Denílson, Vice-Presidente. Nesta Casa, recentemente, foi criada uma Frente Parlamentar pela Segurança Pública, coordenada pelos Deputados Sargento Rodrigues e Edson Rezende, que também coordenaram o referendo. Também somos membro dessa Frente, com outros Deputados e Deputadas desta Casa. E, como tal, temos acompanhado também o trabalho do Sindpol. Seus representantes têm estado nesta Casa, em vigília, durante todos estes dias, visando a conquista dos direitos da categoria, sobretudo dos policiais civis. Também estão nesta Casa em defesa dos membros do Movimento Mineiro pela Segurança Pública.

A propósito, queremos dizer algumas palavras, porque ontem um Deputado da Casa questionou, ou melhor, criticou o governo federal ao dizer que a União não investe nada em segurança pública. E que só o Estado faria isso. Queremos contrapor a essas informações dados concretos. Pela legislação atual, a obrigação com relação à segurança pública é do governo do Estado. Devido à gravidade da situação, sempre defendemos que haja uma parceria entre as três esferas de poder: federal, estadual e municipal.

Não podemos aceitar, de forma alguma, que o Estado de Minas Gerais, que tem recebido apoio e recursos do governo federal, por meio de seus representantes na Casa, diga a inverdade de que o governo federal não estaria investindo de forma alguma.

Queremos mencionar o projeto de modernização das polícias civis brasileiras, que foi capitaneado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça responsável pela integração e interação com os Estados membros e com os Municípios na elaboração e execução das políticas públicas.

Quanto ao comportamento do governo federal, nada é feito sem participação popular. Os movimentos sociais organizados, as Câmaras Municipais, os Executivos Municipais e as categorias sempre manifestam o seu posicionamento e dão a sua contribuição.

Esse projeto foi elaborado após cinco encontros em regiões brasileiras. Na Região Sudeste, o encontro foi sediado em Belo Horizonte, em maio de 2005, no Hotel Grandarrel. O relator do encontro foi o Vice-Presidente do Sindpol, Denílson Martins, que está aqui acompanhando os trabalhos e contou com o apoio permanente do Toninho, Presidente do Sindicato, e ainda de vários outros representantes da Polícia Civil. O debate foi realizado com as bases das Polícias Civil e Militar de Minas Gerais e de outros Estados da Região Sudeste.

Várias propostas da categoria foram incorporadas a esse projeto. Quanto ao controle interno e externo, elogiamos essa iniciativa, porque foi a própria polícia que o propôs. Uma sociedade democrática que se preze, hoje, não pode se eximir de ter controle. Nenhum órgão, mesmo no parlamento, pode ficar sem controle. Defendemos que haja controle e participação popular para isso, inclusive nos meios de comunicação. Deve ser assim no Executivo e no Ministério Público. O controle não é censura. Esse procedimento deve ocorrer por meio dos conselhos, que aferirão os critérios éticos para o funcionamento de todos os órgãos, sejam públicos ou de representação de classe. Outra proposta é a criação do terceiro grau na carreira. Até então, havia apenas o segundo. Integração com as Polícias Civil e Militar, matriz salarial e Lei Orgânica Nacional. O projeto foi apresentado ao Ministério da Justiça, que o encaminhou à Câmara dos Deputados, onde está tramitando.

Tivemos outras ações do governo federal em Minas Gerais. Em 2003, foram liberados R\$30.000.000,00 do Sistema Único de Segurança Pública para aplicação no setor. Em 2004, foram liberados R\$17.000.000,00; em 2005, há vários projetos sendo executados. Muitos são desenvolvidos pelo governo do Estado. Tenho elogiado, por exemplo, o Fica Vivo, um projeto importantíssimo para manter a vida dos adolescentes das famílias vulneráveis. Mas a maioria dos projetos são mantidos e desenvolvidos com recursos federais. Não há argumento contra os fatos. Temos de ser verdadeiros nas nossas avaliações. Há o Projeto Campos de Luz e o Pró-Vita, programa de proteção às vítimas e testemunhas. São projetos de prevenção, que preparam os adolescentes e os jovens para não seguirem o caminho da criminalidade. O compromisso da nossa Frente Parlamentar é agir em dois campos: prevenção e repressão, no caso da correção.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 58, aprovada em julho de 2005, hoje Lei Complementar nº 84, garantiu o repasse de recursos do governo federal ao Estado. Os parlamentares desta Casa também têm dado essa contribuição. Precisamos acompanhar a execução orçamentária, para que possamos ser verdadeiros em nossos pronunciamentos.

Não queremos diminuir o mérito das áreas de governo, quer sejam municipais, quer sejam estaduais. Não podemos aceitar que haja manipulação nas informações que dizem a inverdade de que o governo federal não tem investido em nosso Estado. Minas Gerais tem conseguido recursos não só nessa área, como também em outras. Quando o governo estadual cumpre metas e presta contas, os recursos vêm.

Podemos conferir os projetos em desenvolvimento no "site" da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp. Nesse "site", podemos acompanhar todos os projetos e programas de segurança pública do governo federal que estão sendo desenvolvidos em nosso Estado e em outros Estados. Em alguns aspectos, outros Estados têm conseguido mais recursos porque têm apresentado mais projetos que o Estado de Minas Gerais.

Esses projetos estão sendo bem desenvolvidos. Onde quer que eu vá, tenho elogiado o Projeto Fica Vivo. No PPAG, os movimentos sociais, que apoiamos, apresentaram uma emenda, para que o Fica Vivo seja ampliado em regiões de maior violência no Estado de Minas Gerais. Esse é um programa desenvolvido pelo governo do Estado. Aliás, os projetos estão sendo bem desenvolvidos, mas - devemos ser justos - com grande parte de recursos do governo federal.

O Ministério da Justiça, em convênio com os Estados, implantou o Sistema de Informação Integrada - Infosec - em todo o País e adquiriu equipamentos para exame de DNA em investigações criminais. Abordarei o processo de integração das duas Polícias, que está ocorrendo em nosso país e em vários Estados, sendo que uns estão mais avançados e outros, menos.

Sempre defendi as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais como instituições, desde que realmente cumpram o seu papel, que é a defesa do cidadão. Muitos profissionais cumprem o seu papel com ética e com competência, mas outros não merecem estar nessas instituições, pois a maculam e, infelizmente, seguem o caminho da corrupção, da incompetência e da falta de compromisso. Todavia, não podemos generalizar, pois toda generalização é irresponsável. Precisamos dessas instituições cada vez mais valorizadas, com salários dignos, com formação, com organização, com direito à organização, para que elas possam promover os controles interno e externo.

Creio que os policiais civis e militares querem esse controle, porque desejam valorizar aqueles que merecem o cargo que ocupam. Isso é extremamente importante para a defesa da democracia, dos cidadãos, da sociedade e da vida. Muitos policiais civis e militares têm dado a vida em defesa da população, em defesa dos jovens. Devemos reconhecer isso, mas, ao mesmo tempo, temos de repudiar aqueles que merecem ser expulsos, pois esses profissionais não podem macular instituições tão importantes como essas. Infelizmente existem profissionais que não merecem estar nessas instituições, assim como ocorre em outras profissões, em outros segmentos e até mesmo na política partidária.

Sr. Presidente, nestes dias esta Casa tem promovido uma vigília para votar projetos importantes. O papel do parlamento é exatamente abrir-se para a participação popular e o controle social e colaborar com a executiva e os movimentos sociais, a fim de avançarmos na aquisição dos

direitos da nossa população, do povo de Minas Gerais, dos homens e das mulheres que realmente têm contribuído para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados e caríssimos funcionários em vigília há vários dias, esperamos que, se Deus quiser, a partir de hoje, coloquemos um ponto final nessa reivindicação. Esse não é um favor da Assembléia, mas um direito de todos. Estamos aqui para isso e ficaremos o tempo que for necessário - se possível, até depois do Natal -, para discutirmos exaustivamente o que está ocorrendo.

Imprensa e senhoras e senhores, o Presidente Lula estará em Montes Claros amanhã, quinta-feira. É necessário que apresentemos algumas análises e considerações sobre esse dia importante para o povo de Montes Claros, do Norte mineiro. Nesta Casa, tenho tido uma postura, até mesmo acompanhando a linha ideológica e de atuação do PDT - meu partido -, um dos responsáveis pela ascensão de Lula ao poder, votando com ele no segundo turno das eleições passadas. No primeiro turno, votamos no Ciro Gomes, que estava coligado com o PDT. Acompanhando essa linha de atuação do PDT, não temos procurado mostrar uma política de fazer oposição por fazer, mas sim as dificuldades pelas quais passa o povo brasileiro com um programa administrativo do governo do PT, principalmente nesse último ano.

Ocorreram fatos que é do conhecimento de todos, envolvendo frontal e brutalmente o PT e mostrando claramente o que o PT, na pessoa do Presidente Lula, deseja para o Brasil. Hoje li uma reportagem de um jornal argentino chamando a atenção para os novos governantes sulamericanos, tomando como exemplo o governo brasileiro, ou seja, o governo Lula. Ele solicitava que esses novos governantes não fizessem o que Lula tem feito no Brasil, como esquecer-se das suas propostas, dos seus compromissos e tornar-se um aliado do FMI, pagando em dia as contas e deixando de lado os programas sociais. Essa foi uma análise de um jornal argentino de circulação mundial.

Volto a falar sobre a visita de Lula amanhã a Montes Claros. Diferentemente de outras ocasiões em que apenas procurávamos apresentar as nossas críticas, gostaria de cumprimentar o governo federal, que amanhã estará acompanhado do Sr. Saraiva Felipe, Ministro da Saúde - Deputado Federal do Norte de Minas, Montes Claros - e atenderá a algumas reivindicações extremamente importantes. A primeira é a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - em Montes Claros. Ele tornará disponível cinco ambulâncias para o atendimento de urgência e emergência não somente em Montes Claros, mas também nas cidades vizinhas, principalmente as que estão na fronteira com o Município de Montes Claros.

O Ministro Saraiva anunciará algumas ajudas importantes aos hospitais de Montes Claros, à Santa Casa, com a liberação de recursos para a aquisição de equipamentos de última geração para hemodiálise, para os procedimentos cardiológicos, para os exames que estão sendo feitos na Santa Casa com aparelhagem obsoleta. Amanhã, então, parece que o governo liberará para Montes Claros, para a Santa Casa, esses equipamentos. Também liberará para o Hospital Universitário Haroldo Tourinho equipamentos médicos importantes.

Fugindo da tônica, trago nossos abraços ao Ministro Saraiva e ao Presidente Lula, que estarão em Montes Claros.

Gostaria que o Presidente pudesse esclarecer a questão da usina de biodiesel, porque o companheiro, Deputado Estadual Jéssus Lima, esparramou "outdoors" por Montes Claros anunciando essa usina. Na verdade, isso é uma reivindicação antiga da classe política do Norte de Minas. Vi várias vezes o Deputado Rogério Correia abordar esse assunto, defendendo a instalação dessa usina no Norte do Estado. A imprensa noticiou que a Petrobras não tem nenhuma obra acertada para Montes Claros nesse sentido, pelo menos, e questionou o que foi anunciado pelo Deputado Jéssus. Espero que o Presidente Lula possa anunciar as obras. Trata-se de um investimento de R\$75.000.000,00, que gerará empregos em série, porque, para produzir o biodiesel, é necessário plantar a mamona, e isso incentivará os produtores a fazerem plantações dessa espécie e do pinhão manso. A minha expectativa, Rogério, é que o Presidente anuncie.

Ao fazer o anúncio dessas obras importantes, o Presidente Lula receberá reivindicações, principalmente ligadas ao setor de transporte. Embora não venha de estrada, pois descerá de avião, mas constatará o estado precaríssimo da BR-135, que tem sido a inspiração de tantos aqui nos nossos pronunciamentos. Sair de Belo Horizonte hoje em direção a Montes Claros tornou-se uma aventura. Além de voltas, de buracos, há um desperdício muito grande de tempo. Em um percurso que poderia ser feito em 5 horas, gastam-se 9 horas, sem contar as vidas que estão sendo ceifadas. A situação tornou-se insuportável.

Aguardaremos o pronunciamento do Presidente Lula, principalmente anunciando a recuperação dessa estrada. Caso isso não aconteça, novamente seremos obrigados a apresentar uma denúncia prévia no Ministério Público, tanto estadual quanto federal, responsabilizando, antecipadamente, o governo federal pelos acidentes que, certa e infelizmente, ainda ocorrerão na BR-135. As autoridades mineiras também apresentarão reivindicações em relação à BR-365, que, na semana passada, matou um companheiro médico, o Dr. Hildo Horta, juntamente com uma enfermeira. Davam assistência ao Município de Claro dos Poções. Esse acidente chocou todo o Norte de Minas. Da mesma forma que o Dr. Hildo, companheiro, Diretor-Clínico do Hospital Haroldo Tourinho, um médico dos mais queridos do Norte de Minas, morreu, outras pessoas também estão morrendo.

Por último, cito a BR-251, a Rio-Bahia, considerada a estrada da morte e onde todos os dias morrem pessoas. Essa BR, que liga praticamente todo o Sudeste ao Nordeste e por onde trafegam mais de 8 mil carretas por dia, encontra-se nessa situação lastimável. Estou falando da BR-135, da BR-365 e da BR-251. Amanhã, em Montes Claros, o Lula receberá os elogios, como recebeu deste Deputado, mas receberá também essas reivindicações.

O Deputado Paulo Cesar (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado Carlos Pimenta. Gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e fazer coro com as suas palavras no que diz respeito às estradas federais que cortam Minas Gerais. Estrada da morte não é privilégio apenas dessa estrada do Norte de Minas. A BR-262, que corta todo o Estado de Minas Gerais, entre Pará de Minas, Nova Serrana, Bom Despacho, teve um trecho rompido, e quem sai de Belo Horizonte para ir a Bom Despacho tem que dar uma volta de mais de 100km. A estrada está interrompida, e nos informaram que a recuperação poderá levar até seis meses.

A situação das estradas em Minas Gerais é lastimável, pois causa inúmeros acidentes. Ontem estive na Secretaria de Saúde reivindicando uma UTI móvel para prestar assistência no trecho entre Pará de Minas e Bom Despacho. Toda semana morrem ali duas ou três pessoas vítimas de acidente de automóvel, além de permanecerem na estrada sem socorro. Por isso estamos reivindicando uma UTI móvel.

Aproveito a oportunidade para pedir ao nobre Deputado Carlos Pimenta, que se encontrará amanhã com o Presidente Lula, ajuda na recuperação das nossas estradas, principalmente a BR-262, que está causando muito transtorno a nós do Centro-Oeste, do Triângulo Mineiro. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Companheiro Paulo Cesar, do PDT, muito obrigado pela contribuição ao nosso pronunciamento.

Termino, Sr. Presidente, cumprimentando o Prefeito de Montes Claros, Dr. Athos Avelino, que ontem prestou contas do primeiro ano de sua

administração. Tenho aqui um documento que me foi encaminhado hoje mostrando, de uma maneira muito tranqüila, serena e eficiente, que o Prefeito de Montes Claros, mesmo tendo recebido a Prefeitura com dívida de mais de R\$17.000.000,00 referente a 2004, de R\$32.000.000,00 do INSS, do Instituto dos Servidores, da Previmoc, desmantelada, enfim, mesmo diante dessas dificuldades, conseguiu construir e reformar várias escolas, principalmente a escola do Bairro Independência. Já implantou a Farmácia Popular e o Restaurante Popular e está implantando o Samu 192, com a presença do Lula. Relata as providências do Município para a instalação da usina de biodiesel, a parceria com o governo do Estado para a recuperação da Av. Plínio Riberiro, a ser feita por meio de convênio com a Copasa, um investimento de R\$96.000.000,00 em saneamento e a recuperação de 2.500km de estradas vicinais e rurais. Enfim, a presença do Prefeito Athos, com sua equipe e Secretários, respaldado pela Câmara Municipal de Montes Claros, vem trazer, neste primeiro ano, novas esperanças ao povo daquela cidade.

Quero, neste momento, reafirmar os nossos compromissos com o Prefeito Athos Avelino. Ontem não pude estar presente quando da prestação de contas, pois estava em Plenário cumprindo as minhas obrigações de Deputado votando projetos, mas, certamente, a partir do ano que vem, estaremos aqui representando o Município de Montes Claros junto ao governo do Estado e defendendo projetos fundamentais e estruturantes para o nosso Município.

Termino desejando ao povo mineiro um feliz Natal. Que 2006 seja um ano de muitas realizações e de atendimento às pessoas que verdadeiramente trabalham para construir este Estado. Esperamos que 2006 seja um ano bem melhor que 2005, com menos violência, mais crescimento e realizações. Muito obrigado. Boa tarde.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, inicialmente gostaria de cumprimentar a Mesa. É muito bom estar falando após a leitura do Relatório das Atividades de 2005, feita pelo nosso Secretário Antônio Andrade, pois estamos tendo a oportunidade de cumprimentar a Mesa e toda a Casa pelo trabalho que têm feito em prol de Minas Gerais. Não falaríamos agora sobre o esforço desta Assembléia para transformar Minas Gerais. Entretanto, esse assunto veio a calhar, ainda mais com a intervenção do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Não é à toa que esta Assembléia é a Casa do povo, que daqui saem as decisões mais importantes para Minas Gerais.

Gostaria de aproveitar o embalo para cumprimentar o Governador Aécio Neves. Atualmente, o Brasil vive momentos difíceis. O governo federal passa por uma questão constrangedora; justamente um governo chefiado por pessoas de um partido que, a vida inteira, disse que o principal é a ética e a transparência. Mesmo com todos esses problemas, no final deste terceiro mandato, Minas Gerais consegue caminhar rumo a um destino diferente.

Devo confessar, meu caro Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, que, há alguns anos, dizia desta tribuna o quanto era difícil o nosso Estado sair da situação enlacrada em que se encontrava: dívidas não pagáveis, um déficit orçamentário de R\$2.400.000.000,00 no início do governo Aécio Neves.

Hoje, passados três anos, cumprimento o Governador. Repito: só não vê quem não quer.

Estamos vendo as tabelas dos servidores aprovadas nesta Casa. As pessoas têm liberdade de se expressarem; esta Casa é do povo. As pessoas devem saber que é justamente neste governo que se vêem obras em todo o Estado. Já participei de outros governos e jamais tive oportunidade de ver obras pipocando por todo o Estado. Parabéns, Governador Aécio Neves, pelo trabalho que realiza em prol de Minas Gerais.

Quanto aos nossos servidores, alguns gostam de ouvir; não vou me importar, porque este é um espaço democrático.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Nobre Deputado Leonídio Bouças, a Presidência irá conceder às galerias três minutos de vaia a V. Exa.

O Sr. Presidente - Nobre Deputado Leonídio Bouças, os seus colegas fazem uma profunda homenagem ao seu pronunciamento, inclusive este Presidente.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente. Assisti, no passado, galerias imensas vaiarem Deputados, mas, hoje, essas pessoas apóiam um Presidente e um partido que prometeram reajustes. Todos batiam palmas para este Presidente. E hoje, o que vemos são as universidades federais em greve há 100 dias. Sempre defendemos e fomos a favor dos servidores receberem os salários que merecem, de terem reajustes, porque não fazemos política de demagogia. Lutaremos para que os servidores tenham aumentos, sempre que o Estado estiver no caminho do desenvolvimento. Ouve-se dizer que é isso obrigação do governo - nós também achamos -, mas nem tudo que é obrigação foi cumprido no passado. Temos, realmente, de parabenizar quem está cumprindo com a sua obrigação. Não vamos abrir mão da seriedade. Vocês já aplaudiram Deputados que prometiam aumentos, e viram o governo conceder 1% de aumento para o servidor público. Gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente,...

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Fernando Faria) - Um momento, Deputado. A Presidência solicita às galerias que respeitem o pronunciamento do nobre Deputado Leonídio Bouças. O Presidente que estava em exercício concedeu às galerias um momento para que elas se manifestassem. Portanto, peço agora que respeitem o pronunciamento do nobre colega.

O Deputado Leonídio Bouças* - Sr. Presidente, sou filho de professora, de servidora pública. Não estou entendendo a atitude da platéia, pois, em todas as oportunidades, defendemos os servidores desta Casa. Não será hoje que deixaremos de reconhecer os direitos dos servidores. Isso não acontecerá em hipótese alguma.

Há pouco tempo, quando nos reunimos com todos os Diretores de escolas e com outros servidores, encaminhamos propostas para elevar os salários. Não abrimos mão do reconhecimento do trabalho que executam. Vejo aqui funcionários do Ipsemg. Quantas vezes defendemos os trabalhadores dessa instituição, que presta serviços relevantes ao Estado. Ressalto que estamos acostumados com manifestações, pois temos muitos anos de vida pública. Alguns chamam isso de vaia.

Peço-lhes consciência. Vamos analisar o passado de cada um. Sempre defendemos - e continuaremos agindo assim - os servidores públicos de Minas Gerais. Todavia, conforme garantido por todos, queremos que os servidores que nos acompanham pela TV Assembléia saibam que esta Casa, no apagar das luzes de 2005, está firme para realizar os avanços que Minas Gerais tanto exige.

Caro Governador Aécio Neves, cumprimento-o pelo trabalho que realizou ao colocar Minas outra vez no rumo do desenvolvimento. Graças a esse trabalho, Minas Gerais hoje tem condições de discutir tabelas salariais! Graças a esse empenho, Governador, hoje temos condições de discutir reajuste para o servidor!

Se Minas Gerais não tivesse feito o dever de casa, se não tivesse procurado acabar com seu déficit fiscal, não poderíamos discutir tabela salarial e reajuste para os servidores. Graças a esse ajuste fiscal, este Estado não paga mais o décimo-terceiro em oito parcelas. Graças a esse ajuste, Minas Gerais tem feito obras em todos os Municípios. Caro Governador Aécio Neves, parabeno-o por esse trabalho magnífico em prol do nosso Estado.

Neste final de 2005, desejo a todos - Deputados, Deputadas, servidores que estão nas galerias, no trabalho, em casa, aposentados, enfim, a todas as famílias mineiras - um Natal com muita alegria e um 2006 pleno de realizações. Peço que o povo de Minas faça uma análise de tudo o que está acontecendo em nosso Estado. Pretendemos continuar trabalhando em prol do nosso Estado e das famílias mineiras. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, gostaria, antes de tratar do assunto que me traz a esta tribuna, de deixar uma palavra de conforto e apoio aos servidores do Ipsemg e da segurança pública, que, há muitos dias, acompanham as votações no Plenário desta Assembléia, buscando a aprovação de vários projetos que, no meu entender, chegaram tardiamente a esta Casa. Talvez esse fato explique um pouco a revolta dos servidores para com o governo Aécio Neves. Era esperado que essa tabela salarial já estivesse aprovada no início do governo. Havia um compromisso firmado para que as tabelas salariais relativas aos planos de carreira fossem feitas no início do governo.

Para os servidores da segurança pública, está definido que o novo reajuste vai vigorar apenas a partir de fevereiro. No caso dos demais servidores, em março, indicando que, apenas no fim do governo Aécio, haverá um plano de carreira em funcionamento e uma nova tabela salarial. Por isso é compreensível a insatisfação dos servidores com as propagandas que vêm na televisão a respeito de o pagamento do décimo-terceiro estar em dia, o que é uma obrigação, e sobre outras obrigações do governo, que não cumpre todas.

Quero dizer aos servidores públicos que ainda estamos em processo de discussão dos dois projetos a serem aprovados nesta Casa. Refiro-me tanto ao projeto da segurança pública quanto ao das tabelas das carreiras dos demais servidores. Ainda estamos na busca de um acordo, tentando verificar se é possível algum tipo de avanço entre os Líderes do Governo e os Líderes da Oposição. Os servidores acompanharam os nossos trabalhos de ontem e puderam ver o nosso esforço. Retiramos emendas de 1º turno e estamos tentando uma negociação em 2º turno que abranja o conjunto dos Líderes partidários tanto da Situação quando da Oposição.

Ainda estamos tentando construir esse acordo. Por isso pedimos aos servidores que continuem nos acompanhando. São bem-vindos à Casa, pois, como sempre, estão fazendo um trabalho de conscientização e de pressão junto aos Deputados para haver atendimento das reivindicações.

Parabenizo os sindicatos pela atuação durante esse período, especialmente agora, o Sindipol e o Sisipsemg. Parabenizo todos os sindicatos que vieram a esta Casa nesses dias, como o Serjusmig, o Sindjus e outros cujos representantes acompanharam as votações, fazendo um trabalho relevante.

Os companheiros do Ipsemg já estão aqui há praticamente 15 dias, acompanhando a votação com servidores das demais carreiras. Estou otimista, creio que hoje sairemos daqui com alguma conquista. A reivindicação central é referente à retroatividade da tabela ao mês de setembro. Esperamos que, ainda hoje, haja alguma notícia satisfatória aos servidores.

Sr. Presidente, queria abordar, desta tribuna, outro assunto enquanto esse acordo não for concluído. Antes de esgotar qualquer tentativa de acordo, não é bom entrarmos no processo de votação. Não interessa, pelo menos a nós, da Oposição, marcar posicionamentos ou apresentar emendas, que serão derrotadas, se os servidores não obtiverem qualquer conquista. Interessa-nos fazer um sistema de pressão que leve o governo a negociar melhorias.

Trabalharemos enquanto houver esperança de se fazer um acordo, mesmo que não seja excelente, mas que represente conquistas. É esse o nosso posicionamento em relação aos servidores públicos. Por isso continuaremos discutindo, esperando uma resposta do governo à antecipação da tabela salarial. Se não for para setembro, pelo menos que o governo nos informe a partir de quando; que não seja março.

Começar também a dar um reajuste em março, que só valeria em abril - no caso, último ano do governo -, ficaria praticamente para que o outro governo pague, e não para este. É uma situação de muito desprezo ao servidor público. Esperamos que haja conquista e que vocês saiam daqui pelo menos com algum avanço em relação à situação atual do projeto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o assunto que me traz aqui, hoje, já foi abordado por alguns Deputados, mas quero precisá-lo melhor. Trata-se da visita que o Presidente Lula fará amanhã, mais uma vez, ao Norte de Minas. S. Exa. estará em Montes Claros a convite não apenas do Prefeito Athos Avelino, do PPS, que tem também, na Vice-Prefeitura, um companheiro do PT, o qual já foi Vereador, o Sued.

Trata-se de uma visita muito desejada em todo o Norte de Minas. Os Prefeitos sabem que o Presidente já vem realizando algumas obras, e outras serão anunciadas amanhã. Essas iniciativas têm merecido o apoio de Deputados do PT e de outros partidos, os quais, mesmo sendo de oposição, vieram aqui reconhecer que a ida do Presidente a Montes Claros fará com que o Norte de Minas tenha apresentação de obras e de melhorias que serão importantes para a toda a região junto ao Jequitinhonha, ao Mucuri, regiões mais sofridas do Estado.

Vou muito ao Norte de Minas e considero-me um Deputado da região, onde tive uma votação expressiva. Sou autor de um dos projetos mais importantes para o cerrado mineiro, o Pró-Pequi, que visa à preservação do pequi, do pequi e dos frutos do cerrado. Incentivei sempre a produção de derivados do cerrado. Preserva o meio ambiente e, ao mesmo tempo, faz com que o sertanejo possa viver daquilo que é fruto do cerrado, daquilo com que você convive, vive, e faz com que a família também viva daquilo.

Deputada Elisa Costa, mesmo Deputados da Oposição vieram aqui parabenizar o Presidente Lula, porque é difícil falar mal de um Presidente que anunciará, entre outras coisas, investimentos de R\$13.000.000,00 na área da saúde em Montes Claros. Também anunciará a entrega de cinco viaturas do Serviço de Atendimento Médico de Urgência - Samu -, que tem salvado vidas pelo País afora. Anunciará ainda convênio de R\$3.300.000,00 com hospitais que atendem pelo SUS em Montes Claros, hospitais regionais de hemodiálise e de maternidade, portanto para todo o Norte de Minas.

Autorizará a construção de um restaurante popular. Tivemos essa experiência em Belo Horizonte, na época do Prefeito Patrus Ananias, a qual hoje virou política pública nacional.

Lançará a pedra fundamental de uma usina de biodiesel da Petrobras em Montes Claros. Como disse o Deputado Carlos Pimenta, trata-se de uma obra importantíssima. E a pedra fundamental será lançada amanhã pelo Presidente Lula.

Liberará ainda R\$2.000.000,00 para a construção do Centro de Convenções de Montes Claros, numa aplicação da ordem de R\$75.000.000,00. Esperamos - Deputados da região, do PT e de outros partidos, e Prefeitos - que S. Exa. autorize também a reconstrução da BR-135, com investimentos da ordem de R\$300.000.000,00. A BR está em situação lastimável, e muitos Deputados já a denunciaram. Há uma pendência entre os governos do Estado e o governo federal, do qual realmente é a responsabilidade da obra.

Como todos sabem, no início do mandato do Governador Aécio Neves, o governo federal liberou recursos para o Estado, que serviram para pagar o 13º salário dos funcionários, mas o governo faria a construção de várias estradas.

Isso não foi feito, mas esperamos que o Presidente Lula anuncie amanhã a reconstrução da BR-135, independentemente da pendência entre o governo estadual e o federal, pois a obra é necessária.

Não chegou a hora de fazer um balanço rigoroso acerca do que o Presidente Lula tem feito, além da criação de 38 universidades públicas, obra de maior relevância. Amanhã o Presidente comemorará, em Montes Claros, o investimento em assentamentos do MST na ordem de R\$1.700.000,00. Também anunciará obras a serem inauguradas posteriormente, mas que já estão em fase de conclusão ou já estão concluídas, como a Barragem de Matrona, em Salinas, na ordem de R\$3.000.000,00, que ajudará na irrigação para 4 mil pessoas, além do abastecimento humano. É uma obra importantíssima no combate à seca, na região de Salinas, de um Prefeito do PT. O Denocs ficou responsável por essas obras, tendo à frente o companheiro Paulo Guedes, a quem envio um grande abraço e a quem cumprimento pelo belo trabalho que tem desenvolvido.

Amanhã, o Presidente Lula comemorará os R\$2.200.000,00 entregues a 76 Municípios, que sofreram com a seca, encontrando-se em estado de emergência. O Presidente anunciará a aquisição, pelo Denocs, de três comboios de preparação de postos artesanais, que dobrarão sua capacidade de atendimento na região, no valor de R\$1.400.000,00. O Presidente anunciará a liberação de R\$1.000.000,00 à Prefeitura de São Francisco para a construção e a possibilidade de exploração de piscicultura na região, o que gerará emprego e renda, entre outras atividades que realizou no Norte de Minas. Nenhum governo federal do País ajudou tanto o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri, três regiões pobres do Estado de Minas Gerais, como o Presidente Lula ajudou.

Diversos Deputados comemoram a entrega das universidades públicas em Minas Gerais e no Brasil. Em nosso Estado, foram inauguradas três universidades importantíssimas para o desenvolvimento do País e para a divisão de renda. Não podemos pensar em construir um país melhor se não oferecermos educação infantil e ensino superior. A visita do Presidente Lula a Montes Claros será fundamental para consolidar uma idéia real de seu governo nas regiões mais pobres do Estado.

Apresentei uma denúncia alegando que não era necessária nem correta a convocação extraordinária da Câmara Federal e do Congresso Nacional para a aprovação de projetos no período de recesso, pois significaria um custo muito alto. Entretanto, foi contestado. De fato o parlamento federal está parado e, ao que tudo indica, assim permanecerá. Há pelo menos um projeto importante que já deveria ter sido aprovado. Conforme fizemos na Assembléia Legislativa, bastava prorrogar a votação do orçamento para o final das discussões e aprovar os projetos. Aprovam-se todos os que tiverem de ser aprovados e, posteriormente, aprova-se o orçamento. Com isso, não seria necessária a convocação de sessão extraordinária nem haveria a necessidade de gasto extraordinário com aquilo que temos a obrigação de fazer, e que estamos fazendo.

Se não houver pressão junto aos Deputados Federais e aos Senadores, o Fundeb não chegará sequer a ser votado. O Fundef acaba no ano que vem e, se não houver outro fundo, ficaremos desguarnecidos da obrigação dos Estados, dos Municípios e da União de investir dinheiro na educação fundamental. Portanto, avançar para o Fundeb é fundamental para o País, pois significa que o governo investirá, ao final de quatro anos, R\$4.500.000,00 a mais na educação infantil até o ensino médio.

Esse projeto entrou na pauta do Congresso Nacional mais para justificar uma convocação desnecessária, porque poder-se-ia apressar a votação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb - sem reunião extraordinária. Se nós, Deputados, e, especialmente, o povo brasileiro, não fizermos grande pressão no Congresso Nacional, é perigoso que terminem o mês de janeiro sem votar sequer a criação do Fundeb no Brasil.

Sr. Presidente, com o apoio de todos, pretendo apresentar uma moção da Assembléia Legislativa ao Congresso Nacional, para que vote o Fundeb com a máxima prioridade, a fim de que, no próximo ano, o Brasil tenha verba investida também na educação infantil e no ensino médio.

Retorno rapidamente ao assunto, pois o meu tempo terminou. Apresento esses esclarecimentos sobre a ida do Presidente Lula a Montes Claros, para não somente esclarecer e anunciar à opinião pública o que o governo se viu obrigado a fazer, por meio do seu programa e dos seus compromissos, mas também para prestar contas ao povo do Norte mineiro e para comemorar o que tem feito, muitas vezes em parceria com o governo do Estado. Isso não poderia ser diferente, porque o governo foi eleito democraticamente. Portanto, as parcerias devem ser realizadas. É preciso que fique claro o que é parceria e verba de um e de outro. Os programas não são realizados apenas por um. Porém, infelizmente, isso ocorre aqui. O programa Bolsa-Família atende a 8.500.000 famílias no Brasil, aproximadamente 1 milhão em Minas Gerais. Por exemplo, no nosso Estado, esse programa ganha outro nome: Minas Sem Fome. De repente, ele passa a substituir um programa que é quase exclusivamente do governo federal. Discordamos da maneira como o Governador faz a sua propaganda em relação aos atos do governo do Estado. Muitas vezes, apodera-se de atos que são do governo federal.

O Presidente Lula é muito bem-vindo a Minas Gerais, especialmente no Norte mineiro, que muito precisa de ações governamentais das esferas federal e estadual e das Prefeituras, em razão do sofrimento e das dificuldades por que passa essa região, que merece um carinho especial. Sr. Presidente, muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, gostaria de fazer o encaminhamento desta matéria. Gostaria também de estar um pouco mais otimista e tranquilo, se a nossa luta em defesa dos servidores da segurança pública tivesse avançado um pouco mais. Desde o primeiro momento em que o projeto chegou a esta Casa, viemos lutando todos os dias, continuamente, para que o governo reabrisse as negociações e estabelecesse o diálogo com as categorias da segurança pública, no que diz respeito à gratificação da atividade de risco. Num primeiro momento, o governo acenou com reajuste linear de 10% para Policiais Civis e Militares, Bombeiros Militares, Agentes de Segurança Penitenciária. Entendemos que ainda não seria o bastante. Minas Gerais está aquém do que precisa no que diz respeito ao salário do servidor da segurança pública.

Nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão, fiz uma comparação com o Ministério Público. Temos uma proposta do Ministério Público, que eleva o salário inicial do Promotor de Justiça, não o do Procurador, para cerca de R\$15.600,00. Por outro lado, um Coronel e um Delegado-Geral da Polícia, com 30 anos de serviço, ganham em torno de R\$8.500,00. Esse Oficial da Polícia Militar e esse Delegado fazem vários cursos, várias especializações, durante a sua carreira. E, aos 30 anos de serviço, mesmo obtendo o adicional trintenário, ganham, no final de carreira, o salário bruto de pouco mais de R\$8.000,00.

É uma situação que merece reflexão por parte desta Casa e de todos nós, Deputados, que temos o dever de votar e encaminhar as matérias. Nesta linha de comparação, o piso inicial de um soldado e de um Detetive da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul é em torno de R\$1.600,00. Em Minas Gerais, com o aumento de 10%, o piso inicial chega a R\$1.333,00. Assim, apresentamos ontem uma emenda autorizativa ao parecer de 2º turno, na Comissão de Administração Pública - Comissão esta de que sou membro efetivo -, na tentativa de fazer com que o governo entenda essa necessidade e avance. A emenda não define especificamente uma data para o ano que vem, mas define que poderia ser

concedida a gratificação por atividade de risco em até 25%. Temos defendido os servidores do Estado nas questões que aqui chegam. Não posso deixar de levar em consideração que o servidor da segurança pública é o único que cotidianamente corre o risco de morrer em defesa do outro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, volto a repetir, porque preciso estar, nesta tribuna, todos os dias, vigilante. Nos últimos três anos, já tivemos, em média, uma perda anual de 34 servidores públicos da segurança, que morrem em serviço ou em razão de serem Policial Militar, Bombeiro Militar, Agente de Segurança Penitenciário ou Policial Civil. Já aproximando o final desse ano, este é o saldo. Essa categoria merece, desta Casa, dos Deputados e das Deputadas, um apreço e uma atenção especial. Estamos tentando.

Estivemos, eu, V. Exa. e o Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder de Governo, com o Secretário Danilo de Castro. Fui levar o meu último apelo para que essa matéria pudesse ser aprovada e recebesse emenda do governo, contemplando os servidores da segurança pública com o adicional de periculosidade. Por outro lado, entendemos as dificuldades que o governo apresenta, do ponto de vista da administração pública. Continuo a fazer o apelo. Neste momento, não conseguimos avançar, não recebemos a resposta que gostaríamos de obter do Secretário de Governo, uma resposta definitiva, concreta e objetiva, quanto à concessão do adicional de periculosidade. Discutimos o abono-fardamento, a diferença dos postos de Major e Tenente-Coronel, que precisam ser tratados na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, a definição de uma carga horária de trabalho, porque essa categoria ainda é a única que trabalha 60, 70 ou 80 horas por semana. Muitas vezes o serviço de polícia inicia e não se pode parar, como, por exemplo, quando se está em uma diligência policial. Há necessidade de que seja concedido o chamado abono-fardamento. Não podemos permitir que um soldado da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar retire do seu orçamento um valor para comprar uma peça de fardamento, o que hoje está acontecendo. Fardamento não é vestimenta de passeio, é um acessório de trabalho, como são o cassetete, as algemas, pois o profissional necessita daquela vestimenta para trabalhar. A jornada é de 40 horas de trabalho.

A promoção de Cabos e Sargentos está estrangulada. Sr. Presidente, registramos que, infelizmente, o Comando-Geral da Polícia Militar não tem ajudado nessa questão. Desde o primeiro momento, quando o governo avançou, o Comando-Geral da corporação, na pessoa do Cel. Sócrates Edgar dos Anjos, criou todos os obstáculos possíveis, para que não houvesse promoção, diferentemente do que aconteceu com a Polícia Civil.

A chefia da Polícia Civil ajudou - e muito - no processo do Projeto de Lei Complementar nº 58. Em primeiro e em segundo turnos, sentou, conversou, dialogou com os Deputados e com o relator. Por causa disso, ocorreram avanços. Na Polícia Civil, obtivemos não só a promoção dos Carcereiros, mas também a promoção, em três níveis, dos Agentes de Polícia, que eram chamados de Detetives.

Conseguimos avançar também na oxigenação do topo da carreira da Polícia Civil; todavia isso só foi possível porque contamos com o Chefe da Polícia Civil, que certamente nos ajudou no processo, diferentemente do posicionamento adotado pelo Comandante-Geral da Polícia Militar.

Sr. Presidente, para encerrar minhas palavras, lembro o que disse ontem no Plenarinho, quando infelizmente fomos derrotados, pois não conseguimos aprovar nossas emendas na Comissão. Na oportunidade, eu disse que os servidores da segurança pública estão - e continuarão - mobilizados, até que o governo conceda o adicional de periculosidade. Estamos tentando, a todo o momento, junto ao Líder, ao Presidente desta Casa e ao Secretário de governo, fazer com que se estabeleça um diálogo, para que haja um avanço no que se refere à questão da periculosidade. O que o servidor tem exposto é justo, correto e, acima de tudo, constitui uma retribuição a uma atividade perigosa que exerce. Portanto, nada mais justo que concedermos esse adicional.

Reafirmo o nosso compromisso com o servidor da segurança pública; no entanto, deixo um recado aos colegas parlamentares, às Deputadas e aos Deputados. Farei isso para que, amanhã, não sejam pegos desavisadamente, imaginando que a categoria parou a mobilização. A categoria continua mobilizada; a mobilização será reiniciada no final de janeiro. Com certeza, estaremos cobrando do Governador, do Secretário de Estado e do Líder de Governo avanços para essa questão.

Espero que, ao retomarmos os trabalhos, no dia 15/2/2006, o governo envie a esta Casa uma lei, em que anuncie o "abono fardamento", a carga horária dos policiais e dos bombeiros militares, a promoção dos Cabos e dos Sargentos e obviamente a diferença dos postos de Major e Tenente-Coronel. Hoje, essa diferença é tão insignificante que um Major não deseja ser promovido a Tenente-Coronel. Se a diferença é de R\$103,00, o Major já não quer sua promoção, visto que terá grande responsabilidade ganhando, em contrapartida, uma diferença salarial insignificante.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento lamentando profundamente o fato de não conseguirmos avançar neste momento. No entanto, espero que, até o dia 15/2/2006, o governo acene com um avanço. Se assim ocorrer, poderemos iniciar os trabalhos desta Casa com a leitura de uma mensagem do governo definindo o adicional de periculosidade.

Volto a insistir: os servidores da segurança pública continuarão mobilizados. Com certeza na retomada dos trabalhos desta Casa, a mobilização e a pressão aumentarão. Estou certo de que o governo restabelecerá o diálogo, fará com que haja o entendimento. Assim sendo, encontraremos uma solução para a concessão do adicional de periculosidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Pinto Coelho* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na condição de Líder do Governo, posso afirmar que este é um governo extremamente cômico, no que se refere aos desafios, e com um grau de responsabilidade que impõe ao Executivo do Estado de Minas Gerais.

Nessa tônica e com essa visão, sensibilizado pelo apelo de todos os parlamentares da base governista e da Oposição, foi elaborado um estudo minucioso do governo em relação à data de vigência do aumento configurado para essas importantes categorias de trabalhadores públicos. No seu universo financeiro e nos limites que impõe a LRF, o governo concordou com que a vigência fosse a partir de 1º/1/2006. Essa decisão foi objeto de uma emenda assinada por todo o Colégio de Líderes desta Casa. Esse era o encaminhamento que desejava apresentar preliminarmente.

Cumprimento todos os componentes deste Parlamento e o governo do Estado pela grande sensibilidade em relação a essa matéria, que é da maior importância para todos nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Líder. Como disse da tribuna, o diálogo é essencial.

Quanto à carreira dos 10 cargos que estava em discussão - aliás, para as Diretoras e Secretárias de escolas -, o reajuste foi retroativo a janeiro. O governo acatou isso, e, com grande esforço seu e dos Líderes de todos os partidos, chegou-se a esse consenso. Disse isso ao pessoal

do Ipsemg que tem acompanhado todas as reuniões. Cumprimento todos, que aqui fizeram vigília para acompanhar as reuniões. Esse diálogo foi aberto. Observamos a paciência de todos os Deputados e dos servidores. Logo as Diretoras, as Secretárias de Escolas e os servidores do Estado obterão reajuste retroativo a janeiro.

Cumprimento todos os parlamentares que contribuíram para essa negociação. Não foi o que todos esperavam, mas tudo foi discutido, acertado e acatado. Parabenizo a todos, principalmente os servidores do Ipsemg que participaram atentamente dessa negociação.

O Deputado André Quintão* - Venho aqui em nome do Bloco PT-PCdoB para fazer também um encaminhamento. Em primeiro lugar, parabenizo os servidores públicos do Estado e suas entidades, principalmente aqueles que estiveram na Assembléia durante todo esse período. Se não fosse o esforço, o trabalho, a conversa, a pressão e o diálogo dos servidores, em especial do Ipsemg, hoje não teríamos chegado a essa negociação e emenda.

Sr. Presidente, ontem, ao retirarmos as nossas emendas e possibilitar a votação em 1º turno e em 2º turno hoje, o Bloco PT-PCdoB tomou uma atitude responsável, até porque já havíamos sido derrotados com a não-aprovação das emendas apresentadas pelo Deputado Rogério Correia em nome do Bloco, referentes ao reajuste dos servidores do Ministério Público e do Judiciário.

Portanto, a partir daquele momento, intensificamos um processo de negociação envolvendo também a base do governo. Reconhecemos o esforço do Líder de Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, do Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, e dos demais Líderes que assinaram essa emenda. Evidentemente continuamos com essa posição. Entendemos que um pouco mais de boa-vontade seria possível, sim, para retroagir até o mês de setembro. Todavia, se isso não foi possível, melhor seria a tabela entrar em vigor a partir de janeiro do que um discurso na tribuna e uma derrota em Plenário. Esse tipo de postura caracteriza a Oposição nesta Casa, que vai fundo nos projetos, que ouve, que dialoga, que conversa com os servidores, colocando os limites para obtermos, se não o melhor resultado, pelo menos o possível diante da correlação de força e dos argumentos, pois também não somos donos da verdade.

Sr. Presidente, quero dizer também que fez parte desse acordo, que V. Exa. cumpriu, a não-colocação em pauta do Projeto de Lei Complementar nº 59, que convertia a dívida do Estado com o Ipsemg para o pagamento dos precatórios. Desde o início, o Bloco PT-PCdoB, o PMDB e outros parlamentares disseram que um projeto desta natureza, por vários motivos - ele não está em debate aqui -, não poderia, de maneira alguma, chegar ao Plenário em final de ano, sob pena de comprometer o equilíbrio e o funcionamento do Ipsemg, tão importante para os servidores do Estado de Minas Gerais e para seus familiares.

Então, Sr. Presidente, para concluir e não atrasar mais a votação, mesmo porque todos os servidores estão ansiosos pela votação e outros parlamentares, com certeza, querem se manifestar democraticamente, digo que foi um avanço, pois janeiro é melhor que março. Ficamos distante do que considerávamos justo, chegamos a bom termo não votando o Projeto de Lei Complementar nº 59. Queremos discuti-lo a fundo, com a participação dos servidores, com a discussão dos precatórios, especialmente dos alimentares. É um outro debate que precisa ser feito, pois envolve milhares de pessoas que precisam recebê-los, mas não necessariamente vinculado à dívida do Estado para com o Ipsemg.

Então, Sr. Presidente, tive a honra de assinar essa emenda, em nome do Bloco PT-PCdoB. Agradeço aos Deputados que compõem esse Bloco, pois na hora de firmar posição, de obstruir, como fizemos há alguns dias, tiveram a firmeza de nos apoiar e respaldar. Além disso, tiveram a mesma compreensão e flexibilidade na hora de negociar. Sabemos que uma emenda aprovada é melhor do que uma emenda rejeitada e um bom discurso na tribuna. Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns aos servidores do Ipsemg!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lideranças sindicais, servidores presentes, em breves palavras, digo que a participação dos servidores nesta Casa, sempre de forma respeitosa em todas as comissões, representa um momento histórico no processo democrático. No mês passado, há mais de um mês, em audiência aberta aos servidores com as Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, em que estavam presentes parlamentares de todos os partidos, esse debate aconteceu de uma forma muito franca, muito sincera. Houve uma convergência de propósitos, e não ouvi dissonância de voz.

É claro que pode ter havido um ou outro discurso mais forte, mas havia uma voz uníssona defendendo o que fosse melhor para o servidor, mas sempre com a responsabilidade que é própria do Legislativo mineiro. Essa discussão ganhou força graças ao entendimento que se deu muito em função da postura equilibrada do Líder do Governo, do Líder da Oposição, do Deputado André, que acabou de se manifestar, mas especialmente dos servidores e de suas lideranças. Eles tiveram persistência e lutaram muito. Fizeram uma reivindicação para setembro, o que seria mais apropriado. Não ouvi ninguém dizer que era contra, mas temos de ter a consciência de votar aquilo que será pago, que será executado. Essa é a diferença deste governo, um governo que quer fazer acordos e cumprir. Já naquela ocasião, dizíamos que o decente, o adequado, seria pelo menos janeiro, luta que não foi apenas de um Deputado, mas de todos os Deputados, de todas as lideranças dos servidores. Aí tivemos outros avanços, como, por exemplo, os cargos comissionados da educação, as Diretoras de Escolas, as Secretárias de Escolas, que estavam, de certa forma, discriminadas, uma vez que o projeto da educação não havia contemplado esses profissionais de carreira. Tudo isso está incluso nesse projeto que iremos votar agora. Sr. Presidente, não vou usar nem 50% do nosso tempo. Quero apenas registrar que, desde o primeiro momento, percebi um esforço uníssono. Se em algum momento transpareceu para alguma Liderança que um ou outro Deputado tinha uma posição que não era a mesma do partido de oposição ou da própria Liderança, isso foi provocado pelo calor do debate. Todas as negociações que testemunhei, inclusive hoje, foram entendimentos pelos quais a base do governo e a Oposição, juntas, lutaram, a fim de melhorar o projeto. Do outro lado do governo, percebi uma preocupação em conseguir o máximo, mas o máximo que pudesse ser cumprido com responsabilidade. Esse é um diferencial importante de novos tempos. Isso nos dá a certeza de que iremos continuar avançando, de que outros desafios virão e que iremos procurar, pelo diálogo, pelo entendimento, de forma respeitosa, fazer com que possamos chegar, o mais rápido possível, àquele momento em que o servidor mineiro tenha um salário justo e digno. Não tenho dúvidas de que a melhor maneira de fazer com que o nosso Estado avance como um todo é prestando um bom serviço para a comunidade. Portanto, é essa a nossa posição e também a posição, que senti, da unanimidade dos companheiros do PSDB e dos outros partidos. Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos felizes com os avanços conseguidos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, queria saudar, em primeiro lugar, os servidores do Estado de Minas Gerais presentes aqui, hoje, e que fazem fortalecer a democracia desta Casa e deste Estado. Quero dizer que temos uma tarefa para o ano que vem, que é atender também os aposentados e os apostilados que não tiveram a chance de uma melhoria salarial.

Mas o comentário que gostaria de fazer é em relação à questão do Projeto de Lei Complementar nº 59. Queria que todos nós desta Casa, especialmente os servidores do Estado de Minas Gerais, tivéssemos a atenção voltada para o referido projeto de lei complementar, que, na verdade, quita a dívida do Estado com o Ipsemg por meio de um calote. No momento em que se aprovou a Lei Complementar nº 64/2002, instituiu-se naquele momento o Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores do Estado de Minas Gerais, constituindo-se naquele momento também o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - Funpemp. Esse fundo passou a conter todos os servidores que tiveram provimento em cargo efetivo a partir de 31/12/2001, ou seja, 2002 em diante. E a integralidade desses recursos que vão sendo depositados nesse fundo se dará em 11 anos, com o cálculo atuarial que manda a lei. Juntamente, foi criado um outro fundo, o Funfip, chamado Fundo

Financeiro do Estado de Minas Gerais.

O Funfip é um fundo que manteve mais ou menos as mesmas regras até o dia 31/12/2001, ou seja, é o Tesouro pagando pensão e aposentadoria como fazia até então.

São dois fundos: Funpemp, que cria um novo momento, e o Funfip, que mantém as mesmas regras.

A Lei nº 64/2002, em seu art. 80, estabelece o seguinte: "Ficam quitadas 60% da dívida do Tesouro do Estado decorrente do atraso do recolhimento das contribuições previdenciárias e das consignações facultativas". Ou seja, 60% eram calculados do fundo anterior, porque antes esse recurso não era definido separadamente para o fundo previdenciário ou para a saúde. Então, nesse fundo único, eram depositados 12%.

Com o advento da Lei nº 64, ficou definido que há um fundo para a previdência equivalente a 60% do gasto. Ou seja, 60% da dívida do Estado com o Ipsemg seria quitada. Outros governos anteriores se apropriaram desse recurso, que é dos servidores. Os outros 40% restantes da dívida seriam pagos em até 360 vezes. Esses, sim, são os recursos da saúde.

O Projeto de Lei Complementar nº 59 estabelece que o saldo remanescente da dívida - ou seja, os recursos da saúde -, 40%, fica quitado por meio de pagamento pelo Tesouro Estadual dos precatórios alimentares. Os precatórios alimentares são as pensões.

Estão-se tirando recursos da ordem de R\$4.300.000,00. Temos aqui o relatório apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado, no dia 15 de dezembro, que diz não ter sido repassado o valor de R\$4.300.000,00 para a saúde dos servidores - os 60% que não estão sendo atendidos no interior -, conforme estabelece a lei.

O referido projeto de lei complementar não foi votado neste ano, mas possivelmente ele poderá voltar no ano que vem. Não podemos aceitar que isso aconteça, visto tratar-se de um calote à saúde. Esse recurso está sendo destinado à previdência, mas com recursos que deveriam ser aplicados na saúde.

De acordo com a lei, cabe ao Tesouro acertar o precatório. A lei diz que isso é dever do Tesouro do Estado.

Volto a repetir que neste ano o referido projeto foi segurado, e nem o PT nem o PCdoB e o PMDB concordamos com isso. Devemos estar atentos, porque, no ano que vem, esse projeto tem de seguir. Obrigado.

* - Sem revisão do orador

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, membros da Mesa, faço esse encaminhamento considerando o princípio da precaução ambiental e democrática. Iniciarei pela questão democrática.

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, portanto esta Casa, realizou várias audiências e discussões acerca dos três projetos anexados, que acabamos de votar. Há até um do Governador que trata das mudanças na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foram realizadas audiências públicas, algumas delas para discutir especificamente a mata seca, que faz parte do importante bioma de Minas Gerais, do cerrado, que foi agregado à mata atlântica. Contamos com a presença de autoridades, de representantes de órgãos públicos e de ONGs, inclusive de representantes da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA -, que se preocupa muito com a proteção da biodiversidade.

Agora, chega uma emenda, por meio de um substitutivo, alterando a questão da mata seca. Ou seja, praticamente permite, por algum tempo, como consta na correspondência que acabamos de receber, a derrubada de parte da mata seca. Ficamos preocupados, porque essa emenda veio ontem e passou pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Talvez não se tenha atentado para a questão ambiental, que deveria ser discutida. Ou seja, teria de voltar à Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que discutiu - e vai discutir mais ainda - a questão. Isso, porque a Lei nº 14.309, que dispõe sobre a política florestal de proteção à biodiversidade, deverá sofrer algumas emendas, algumas alterações.

Portanto, questionamos, em primeiro lugar, o fato de uma emenda chegar assim, sem discussão e sem debate. E o que é pior: após várias discussões, aparece uma emenda que derruba tudo, joga tudo por terra. O art. 19, que destacamos, muda a redação do § 3º do art. 30 da Lei nº 14.309, da qual lerei um trecho: "Os remanescentes da mata seca terão sua conceituação e modalidades de uso definidas em lei específica". Só de estar escrito "remanescentes" significa que se trata de algo que está sobrando e precisamos preservar, proteger.

Deixará um vazio por determinado tempo, até que haja uma lei específica. Isso poderá permitir que se derrube alguma parte dela.

Esse assunto tem sido discutido. Tivemos uma audiência sobre os empreendimentos, o desenvolvimento e a sustentabilidade, que deve ser estudada, sim. Estamos preocupados, porque votaremos uma emenda sem a devida discussão.

O IEF, para permitir o corte de qualquer área, precisa observar o Decreto Federal nº 750, de 1993, que diz: "Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médios de regeneração da mata atlântica". Logo abaixo, temos: "Para efeito desse decreto, considera-se mata atlântica as formações florestais e os ecossistemas associados, inseridos no domínio mata atlântica". Aqui entra a mata seca, que foi inserida no domínio mata atlântica. Em seguida, cita: "Floresta estacional semi-decidual, floresta estacional decidual". São as da mata seca.

Seria inócuo, nesse caso, incluir essa emenda no substitutivo, porque colocaram-na até de uma maneira antidemocrática. Já discutimos muito sobre a mata seca. Pior é que essa proposição desmoralizará a Assembléia Legislativa e os Deputados. Poderá, portanto, ser vetada. A Associação de Defesa do Meio Ambiente - Amda - tem uma lista suja e disse que colocará a nossa Assembléia e alguns Deputados nessa lista, porque estamos permitindo a destruição de uma mata tão importante.

Sr. Presidente, lerei uma correspondência da Amda, com o seguinte teor: "Sabedores da emenda apresentada, que facilita a derrubada de mata seca em Minas Gerais, vimos, enquanto Secretário Executivo do Fórum de Ongs de Minas Gerais, que congrega mais de 100 entidades, manifestar nossa grande preocupação quanto à possibilidade de aprovação dessa emenda. Como é do seu conhecimento, originalmente, a mata seca ocupava pouco mais de 3% do território mineiro e, atualmente, acha-se extremamente reduzida e fragmentada. Não é, portanto, por falta de áreas já desmatadas que deixarão de ser desenvolvidos projetos econômicos em sua área de abrangência. Apelamos à sensibilidade dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para intervirem no processo e não permitirem a aprovação dessa emenda. Permitimo-nos afirmar que, se derrubar floresta significasse desenvolvimento, não teríamos o nível de pobreza que enfrentamos. A natureza, fonte única dos recursos que movimentam a economia e garantem a sobrevivência humana, não pode continuar arcando com o ônus de ações desintegradas de outras

políticas, sob pena de estarmos comprometendo até o nosso próprio futuro. Assinado, Maria Dalce Ricas, da Amda."

Encerrando, peço que votemos contra o art. 19. Depois, poderemos elaborar um projeto de lei, para que não fique um vazio. Em nome do princípio da precaução ambiental e democrática, sugerimos a derrubada do artigo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos encerrando mais um ano e tivemos a oportunidade de discutir exaustivamente o Projeto nº 1.991, que começou com uma proposta do governo, por solicitação da Deputada Elisa Costa, para solucionar a situação tributária dos produtores de gemas e pedras semipreciosas do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Esse projeto foi polêmico, pois o governo estadual queria criar uma guerra fiscal no Estado, já que as alíquotas seriam diferentes. Com isso, propiciaria toda a negociata, para que houvesse fraude.

A Deputada Elisa Costa, o Deputado Jayro Lessa e eu tivemos participação efetiva com a Secretaria de Fazenda. Mostramos ao governo e a essa Secretaria que havia um equívoco naquela forma de tributação e que, além disso, se fosse para beneficiar aquela região, não era da maneira como desejavam. Com isso, avançamos. Certamente essa parte ficou bem estruturada.

Esse projeto tramita nesta Casa há anos. Iremos aprová-lo justamente ao apagar das luzes. O governo aproveitou a sua tramitação porque não poderia fazer mudanças no sistema tributário 90 dias antes do recesso. Criou-se um substitutivo em que o governo - que, aliás, já fez muito propaganda - reduzia o ICMS de 150 produtos. Na verdade, se fizermos um apanhado geral, não passam de 20. Vários produtos não tinham incidência alguma de impostos e não traziam dificuldade para o nosso povo. A idéia foi interessante e boa.

O governo quis baixar o custo da cesta básica. Estamos acompanhando a situação para, quando houver outra proposta como essa, verificar se realmente a redução da carga tributária traz benefícios para o consumidor. Na maioria das vezes, beneficia apenas o contribuinte. Precisamos fazer essa análise e essas contas com bastante cautela e definir o que pode ser feito.

Deputados, avançamos com algumas vantagens. Por exemplo, conseguimos que o governo autorizasse o parcelamento das multas de trânsito e do IPVA. Esse foi um grande avanço. Sabemos disso, pois participamos da Comissão Especial dos Pátios do Detran. Percebemos que vários veículos estão apreendidos porque os proprietários não têm como pagar a multa ou o IPVA. Então, o governo está abrindo a possibilidade de as pessoas que têm carros apreendidos ou mesmo não possuem o certificado do licenciamento... Às vezes, o veículo fica na garagem porque o seu dono não tem como pagar o imposto. Todos sabemos que a Polícia Civil e principalmente a Militar têm promovido várias "blitze" para coibir a violência e fazer a fiscalização nos automóveis do nosso Estado. Quem não tiver o certificado não poderá transitar.

Quanto ao IPVA, houve um trabalho muito interessante dos Deputados Célio Moreira, Weliton Prado e Jayro Lessa, que foi o relator, e da Assembléia Legislativa. Esse foi um grande avanço.

Há um outro ponto interessante. Há muito tempo estamos brigando com a Secretaria de Fazenda. Vários Deputados já devem ter tido essa demanda. Os nossos fazendeiros, tão sacrificados, não possuem na sua contabilidade um acerto entre o IMA e a Secretaria de Fazenda. Não acertam com o IMA para efeito da vacinação porque possuem diferença na quantidade de animais. A Secretaria de Fazenda, se assim proceder, deseja cobrar-lhes essa diferença. Deputado Doutor Ronaldo, num trabalho com a Secretaria, conseguimos também promover um grande avanço. Hoje o fazendeiro terá 90 dias, a partir da publicação dessa lei, para ir ao IMA e declarar todos os seus animais. A partir daí, a Secretaria de Fazenda não poderá cobrar multa ou qualquer taxa pelo excedente do que está registrado nesse órgão. É uma anistia; aliás, tão questionada nos últimos dias, em que dizem: "Estamos lutando pela anistia". Estão lutando sim, até para dar condições aos fazendeiros de regularizarem a sua vida. Às vezes, por desorganização e desconhecimento, nasce um animal e morre outro, mas a contabilidade nunca bate. Então, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Fazenda e do IMA, está dando essa oportunidade.

Seria bom que os Deputados que não conheceram ou não tiveram a oportunidade, pelas atribuições de final de ano, analisassem esse projeto. Ele trouxe alguns avanços e alguns melhoramentos e condições de algumas pessoas poderem regularizar a sua vida no que se refere ao IPVA, às multas e ao que chamamos de semoventes.

Fiz críticas contundentes a esse projeto. O governo criou, no final do ano passado, uma taxa de fiscalização de ocupação da faixa de domínio totalmente equivocada, com valores exorbitantes, sem lógica. O Governador Aécio Neves, assim que tomou conhecimento, determinou que fosse cancelada a emissão das guias que já estavam sendo emitidas e que fizéssemos uma reavaliação do projeto, que também foi feito aqui, nesse Projeto nº 1.991.

Para vocês terem uma idéia, um "outdoor", em que o governo queria cobrar uma taxa de R\$380,00, é alugado por R\$180,00. Então, alugava-se por R\$180,00 e pagava-se R\$380,00 de taxa. Foi um equívoco que cometemos. Alertei na época. Isso foi aprovado, sancionado, o DER mandou cobrar, com a consequente cobrança da Secretaria de Fazenda. Foi um rebuliço total. O Governador, assim que tomou conhecimento, determinou que fosse cancelado e que isso não fosse mais cobrado.

Estamos votando também, Sr. Presidente, Deputado Mauri Torres, uma taxa que me preocupa muito. Não avançamos nas negociações, mas queria deixar bem claro o meu posicionamento. Refiro-me à cobrança da ocupação das faixas de domínio da Gasmig, nosso gás natural. O gás, tão defendido pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., ficará inviável no nosso Estado. Não avançamos. O governo cobrará, por 1km de gás natural, praticamente R\$8.000,00 por ano. Isso é muito e inviabiliza o negócio. A empresa que está agora fazendo investimentos ficará sem condições de trabalhar. Fizemos algumas mudanças, mas permaneceu um valor exorbitante, que trará um pouco de dificuldades para o governo do Estado.

Uma outra luta nossa diz respeito ao art. 144. O fiscal vai a sua empresa, Deputado Adelmo, começa um trabalho de fiscalização, encaminha ao Ministério Público para que proceda a um processo criminal contra o contribuinte, sem analisar se ele cometeu infração ou não. Estamos debatendo com a Secretaria há mais tempo. Conseguimos que isso fosse modificado. Foi uma forma de ajudarmos o Governador Aécio, porque ele é que paga a conta dessas dificuldades criadas no sistema de fiscalização. Não é o funcionário da Secretaria nem o Secretário quem paga, como disse, mas sim o Governador. Com isso, avançamos um pouco.

Há, por parte de alguns Deputados, um discurso de que o governo deu uma redução nas multas isoladas. Não estou entendendo dessa forma, porque penso que não está havendo redução. É uma situação que ele diz que iria modificar. São multas exorbitantes, chegando a quase 50% do valor da nota, e não da operação do tributo, o que tem inviabilizado muito as empresas, que são autuadas dessa forma. A multa é isolada, diferentemente do imposto.

Houve, então, esse avanço. Não estou muito confortável para dizer que realmente tivemos uma redução, mas isso foi bastante discutido, e estamos avançando.

Estranhou-me muito hoje, na parte da tarde, quando discutíamos a formatação final do projeto, uma discussão da faixa de domínio, mais uma vez, quer seja a utilizada pelo proprietário, quer por alguns meeiros, quer por sei lá quem, quer mesmo por uma pessoa que more perto da rodovia. O governo, por meio do DER, queria cobrar desse usuário que planta arroz, milho ou feijão lá.

Deputado Dilzon Melo, sabe quanto queriam cobrar da taxa de ocupação? Se eu disser, ninguém vai acreditar. E não têm que acreditar na minha palavra. Vou mostrar a emenda. Logo depois, mudamos a emenda, mas tive a oportunidade de recolhê-la. Realmente não vai cobrar. O DER queria cobrar por hectare de utilização apenas R\$78.000,00. É isso que tenho discutido. Entre tributar e arrecadar, a distância é grande, e as pessoas devem se esquecer de fazer contas. Mas as contas têm que ser feitas. Quando vi aquela emenda, percebi que havia alguma coisa errada. Tentamos transformar isso em um valor acessível, mas não conseguimos, porque o que foi proposto inicialmente era tão exorbitante que não tivemos condições de avançar. Mas conseguimos, com o Deputado Elmiro Nascimento, com o Deputado Jayro Lessa, que foi o relator, o cancelamento e um avanço.

Hoje, o DER pode autorizar as pessoas a plantar na faixa de domínio. Se tiverem uma autorização do DER, não haverá a cobrança. Essa é a nossa discussão. Estamos defendendo o contribuinte e o próprio governo. Faço um desafio. Já pensaram se isso caísse na boca da imprensa e as pessoas tivessem a oportunidade de questionar? São R\$78.000,00 por hectare, 10.000m de faixa de domínio de taxa. Se você for comprar esse hectare, não vale R\$2.000,00. Temos obrigação de analisar essas dificuldades, para que não haja nenhuma dúvida no que estamos votando. Às vezes reclamamos da ação dos Fiscais, mas nós, aprovamos as leis, e criamos dificuldades para o Fiscal, porque ele tem de cumprir o que definimos. Se não for dessa forma, estará prevaricando. Tenho muito cuidado.

A nossa preocupação com essa matéria é termos um linguajar mais simplificado, para que não haja dúvidas no entendimento. O governo anexou a esse projeto, Deputado Sávio Souza Cruz e Deputado Chico Rafael, duas anistias. Não quer falar anistia, mas é anistia. Na verdade, ele está beneficiando os produtores de café do Sul de Minas, cancelando os créditos tributários de 1996 a 2001, quando houve interpretação diferente daquilo que quis escrever por parte de alguns Fiscais, o que gerou várias multas. Hoje o governo está anistiando não apenas as multas, mas também o imposto lançado. O imposto que foi cobrado com as multas está sendo cancelado pelo governo. Acho que, na verdade, é um avanço. Concordamos com que o governo tenha de fazer isso mesmo: resolver sua situação, para que não continuemos com essas dificuldades.

No caso do café, acho que poderíamos ter avançado um pouco mais, porque o governo está exigindo que o proprietário do crédito não tenha nenhuma ação contra o Estado e não cobre honorários por sucumbência. Ele não pode cobrar do Estado os honorários por sucumbência, mas o Estado quer cobrar do proprietário desse crédito os honorários, o que pode viabilizar essa negociação que o governo está querendo fazer.

Analizamos, também com muita cautela, outra proposta do governo, Deputado Luiz Humberto, sobre a questão do leite. Na mesma linha, dá margem a interpretações diferentes. Alguns Fiscais interpretaram a legislação da maneira que queríamos votar, mas acabamos votando por uma redação complicada. Na época, alertei o Deputado Antônio Andrade, que era o Líder do Governador Itamar Franco, para o fato de aquela redação estar equivocada, pois daria dupla interpretação. E não deu outra. Com isso, algumas cooperativas e laticínios estão na justiça contra o Estado, porque querem multar devido à interpretação da lei. E o Estado tem perdido algumas dessas ações. O governo fez essa anistia para as cooperativas, mas mudou o nome, é "fuição". A mudança na denominação foi tão grande, que não consegui guardar ainda.

Na verdade, é uma anistia. Assumo o que faço, por isso digo que o governo não tinha vergonha nenhuma em falar em anistia. É uma coisa lógica que veio beneficiar as cooperativas em relação às suas dificuldades.

A emenda tinha um erro, e o Secretário disse que não foi a Secretaria de Fazenda que errou. Então, o caso era ainda pior. Existia um acordo, e as cooperativas e os laticínios que tivessem alguma demanda contra o Estado seriam obrigadas a pagar as custas processuais e as taxas, além dos honorários dos advogados do Estado, o que inviabilizava qualquer negócio. Não que um advogado não possa ganhar ou receber. Eles estão trabalhando e devem ser pagos por isso, mas não dessa forma, já que inviabilizaria qualquer negociação. Todos nós conhecemos esse tipo de negociação, que realmente é difícil. Destarte, conseguimos que o governo fizesse a mudança nesse artigo, que foi apresentado e que será votado agora, a fim de que essa situação se resolva. Trata-se do art. 12, § 2º desse projeto de lei.

Um outro avanço está relacionado aos "outdoors". O Estado cobrou taxas de algumas pequenas empresas: algo em torno de R\$68.000,00 de uma empresa cujo faturamento era de R\$40.000,00. Quando o Governador tomou conhecimento disso, com muita sabedoria, determinou que houvesse essa negociação, o que foi feito. Com isso, mantivemos a taxa de cobrança dos "outdoors" pela utilização, mas com base em um valor negociado com a empresa.

O Deputado Durval Ângelo está dizendo que eu não falei da arruda. Quando da chegada do projeto dos 150 produtos, disse que aquela proposta tinha casca de banana, visto que incluía alguns produtos que nem conhecíamos, pelo fato de não serem comercializados. Esse é o caso, por exemplo, da guiné. Pelo que conheço, guiné é para tirar mau olhado, assim como a arruda.

Após levantarmos essa bandeira, os 150 produtos caíram para 29 ou 30. A nossa cesta básica tem torre de transmissão, elevador, tijolo e telha. Essa é a cesta básica de alimentação.

Disse a alguns funcionários da Secretaria de Fazenda, apenas para fazer uma ironia, que a guiné e a arruda são altamente tóxicas, por isso não poderiam fazer parte da cesta básica. Elas até poderiam sofrer redução do ICMS, desde que não participassem da cesta básica, porque são produtos que, se alguém se alimentar com ele, terá morte quase instantânea. Foi apenas uma ironia.

Portanto, Deputado Mauri Torres, muito obrigado pela oportunidade de fazer o encaminhamento. Fiz questão de encaminhar a votação desse projeto, porque trabalhamos muito nele. O Deputado Domingos Sávio, que foi Presidente da Comissão, e o Deputado Jayro Lessa participaram de várias horas de reunião. Tanto que hoje, durante todo o dia, tivemos propostas de mudanças do próprio governo para esse projeto. Não conseguimos emplacar uma emenda do Deputado Paulo Cesar, da maior importância para a economia mineira: a redução do ICMS para o varejo no nosso Estado.

Sabemos que há uma guerra fiscal com outros Estados. Mas o governo prometeu estudar e analisar o assunto, e, talvez, no ano que vem, possamos avançar nas negociações.

Essas foram as nossas propostas e os nossos avanços. Mesmo sendo uma matéria complicada e complexa, avançamos. E avançamos em alguns setores bastante importantes, dando ao contribuinte mineiro a oportunidade de resolver a sua vida.

Aproveito a oportunidade para desejar um feliz Natal a todos e um 2006 com muita paz para todos nós.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em nome do Bloco PT-PCdoB e a pedido de nosso Líder, Deputado

André Quintão, faremos o encaminhamento do Projeto nº 1.991. A sua primeira versão é de 2004. Nós a conhecemos na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Inicialmente, o projeto dizia respeito à redução dos impostos na área de gemas e jóias. A proposta foi preparada pelo Sindijóias de Minas Gerais e trazia uma preocupação muito grande das regiões produtoras de gemas e jóias no Mucuri e no Jequitinhonha, especialmente a cidade de Teófilo Ottoni, e no Rio Doce, especialmente a cidade de Governador Valadares. O projeto sugeria uma diferença nos impostos: 3% para toda a região do entorno do aeroporto de Confins, para produzir e provocar um arranjo produtivo regional, e 7% para todo o resto do Estado.

As diversas Lideranças do Estado, sobretudo das regiões produtoras, entenderam que haveria um prejuízo muito grande para as gemas e jóias desse setor produtivo de Minas Gerais. Tivemos uma audiência pública na própria Comissão, a que estiveram presentes representantes dos sindicatos relacionados ao setor produtivo das gemas e jóias, tanto de Governador Valadares quanto de Teófilo Ottoni. Destaco a participação do GEA. Seu Presidente Admilson esteve, com vários Deputados, na Secretaria de Desenvolvimento e na Secretaria de Fazenda, para que houvesse uma avaliação melhor dessa redução.

Por fim, conseguimos construir na Comissão e junto ao governo do Estado e ao segmento produtivo a proposta de um imposto unificado no Estado, com o valor de 5%. Essa proposta atendia a todos os segmentos. Acabamos inserindo no projeto o feldspato, o que beneficiou um setor importante do Estado, o garimpo. Esse é um mercado que se abre para a geração de emprego e renda nas regiões mais empobrecidas de Minas e nas regiões produtoras de gemas e jóias. Esse é um projeto que, até mesmo se relaciona ao nome de nosso Estado.

Após esse consenso, pensamos que o projeto seria votado. Entretanto, acabou tornando-se um projetão, pois, na proposta já acordada, foi introduzido um conjunto de outras atividades e ações de redução de impostos em Minas. Ele se arrasta até hoje. O projeto inicial é do ano passado e, há mais de um ano, está tramitando nesta Casa.

A partir daí, como já disse o Deputado Antônio Júlio, uma série de propostas foram incluídas, tanto com relação ao parcelamento quanto ao aumento de taxas. O projeto acabou tendo uma feição muito diferente da original.

Faço primeiro um destaque quanto à importância da unificação da alíquota do imposto para o setor produtivo de gemas e jóias. Agradeço principalmente ao setor que se manifestou e se fez presente no debate.

Registro ainda uma segunda conquista: a redução dos impostos dos produtos da cesta básica e da área de alimentação, além da redução de impostos no setor de habitação, na parte de construção civil, de materiais de construção. Faço esses dois registros, pois os julgo bastante significativos nesse grande projeto que se tornou o Projeto de Lei nº 1.991.

Reafirmo que, com certeza, essa redução de impostos dos produtos da cesta básica adveio da inspiração do governo federal, que também fez isso.

Deputados Padre João e Laudelino Augusto, hoje podemos constatar, quando vamos a um supermercado, que o arroz de primeira, que custava R\$16,00, custa R\$5,00 ou R\$6,00. É claro que a redução de impostos, além de diminuir o preço da cesta básica, aumenta a produção e fortalece a agricultura familiar, que ajuda também a redução dos preços dos alimentos em Minas Gerais e no País.

Reforço que esse foi um bom exemplo seguido pelo governo de Minas Gerais. Esta Casa aprovará e apoiará esse projeto, para possibilitar que a nossa população pobre e sofrida tenha uma alimentação em quantidade suficiente, a fim de obterem uma nutrição com qualidade, inserindo um grande número de famílias no patamar da cidadania e do direito à alimentação. Esse passo é extremamente importante.

Da mesma forma, é importante a redução dos impostos sobre materiais de construção. Em Minas Gerais e no Brasil, há um déficit habitacional muito elevado. Mais de 6 mil famílias estão sem habitação neste Estado. A redução dos impostos sobre materiais de construção associou-se aos programas federais de habitação, a um valor positivo para esse setor no orçamento do Estado, com um acréscimo interessante, e aos leilões do PSH de que a Cohab tem participado, promovido pelo Ministério das Cidades, com o objetivo de possibilitar a construção de moradias no Estado de Minas Gerais. A redução dos impostos incidentes sobre materiais de construção é um fator importante desse projeto que destacamos, para que a população que recebe até três salários-mínimos tenha acesso à construção de uma moradia mais digna, seguindo-se a linha do direito: alimentar-se bem, morar melhor e dispor de saneamento básico e de outros direitos básicos constitucionais.

Registro essas duas questões importantes na incrementação da geração de trabalho e renda. A construção civil é um elemento importante para a geração de renda no Estado, como também as gemas e jóias do Mucuri, do Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce, que têm como destaque, o incremento nesse setor. Tenho certeza de que a redução desses impostos gerará muito mais emprego.

Em nome do nosso bloco, expresso o nosso apoio ao projeto e o nosso voto favorável.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, estou nesta Casa há praticamente três anos. Em todas as oportunidades que tive de usar a tribuna, disse que a carga tributária no Estado de Minas Gerais é uma das mais altas em relação a todos os Estados da Federação. As empresas não agüentam mais. A carga tributária do nosso país e do nosso Estado parece uma medida confiscatória. Um grande número de empresas saem de Minas Gerais e se instalam em outros Estados devido à guerra fiscal. Disse, por várias vezes, que os produtos da cesta básica sofrem maior carga tributária em nosso Estado, se compararmos com os outros. Fiquei por três anos batendo nessa tecla, martelando e pressionando o governo.

Apresentamos um projeto nesta Casa para a redução do ICMS do arroz e do feijão. Quando o nosso projeto tramitava nesta Casa, o Governador, pressionado por várias empresas e vários setores, principalmente por microempresários e por pequenos empresários, de imediato decidiu enviar o projeto a esta Casa, esperando o próximo ano, que é eleitoral.

Quando ele prestou atenção, do ponto de vista jurídico, o projeto de nossa autoria já tramitava. O governo federal já havia reduzido o ICMS dos produtos da cesta básica. Para pegar carona na divulgação, o Governador, ao invés de enviar o projeto novo, anexou-o ao Projeto de Lei nº 1.991, que já tramita há mais de um ano. Por que fez isso? Para não deixar que a autoria fosse nossa. Isso é usurpação de autoria. O Governador Aécio Neves usurpou a autoria da proposta de redução do ICMS do arroz e do feijão.

Entretanto, pode ficar tranquilo. Não queremos saber quem é "o pai da criança"; queremos votar e aprovar, para que haja diminuição do preço dos produtos da cesta básica. O projeto não é "grandes coisas", pois mais avanços eram necessários. Pelo menos é um sinal. A Deputada Elisa Costa disse que é um grande projeto. Concorde, é um grande "frankensteinzão", abrangendo jóias, gemas, construção civil, rodovias, taxas, parcelamento de IPVA e ICMS. Virou o "Samba do crioulo doido".

Admito que o projeto tem muita coisa boa, mas misturou tudo, é uma grande salada. Parabênizo os Deputados das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Administração Pública, porque corrigiram o projeto do Governador, adaptando-o, melhorando-o. Parabênizo os Deputados Jayro Lessa, Domingos Sávio, Antônio Júlio e Elisa Costa, que representou o Bloco PT-PCdoB. O projeto era uma grande bagunça, e

conseguimos dar nossa contribuição.

Como disse o Deputado Antônio Júlio, o projeto queria cobrar uma taxa exorbitante das empresas de "outdoor". Se ela arrecada R\$100.000,00, queria cobrar R\$250.000,00 pela utilização da faixa de domínio das rodovias, ou seja, uma coisa de louco, totalmente descabida. Quem propôs isso não tinha o menor conhecimento da realidade.

Sr. Presidente, tenho 10 minutos para encaminhar e usei apenas 5 minutos até o momento. A faixa de domínio cobrava das empresas além do que arrecadavam. Eu e o Deputado Antônio Júlio participamos das discussões com o sindicato das empresas e conseguimos fazer a modificação. Agora, o projeto, já em 2º turno, pretende cobrar por hectare R\$78.000,00, isto é, vai cobrar de imposto mais que o hectare. As pessoas nem acreditam que isso seja verdade, mas é, sim. Da mesma maneira ocorreu com o "tarifaço". O Governador queria que se cobrasse para chamar a polícia. Se o policial fosse a pé, eram R\$12,23; se fosse de moto, R\$15,23; e se fosse de Rotam, eram R\$27,27 por policial. Se houvesse quatro na viatura, seriam mais de R\$100,00 devidos ao governo do Estado. As pessoas não acreditaram, mas era verdade. Isso estava no projeto, e conseguimos revogar. O Governador queria cobrar Taxa de Incêndio das indústrias e residências. O Bloco PT-PCdoB e o PMDB pressionaram e conseguiram revogar a Taxa de Incêndio para as residências. Fiquei aqui de manhã, à tarde e à noite... (- Palavra expungida por determinação da Presidência.), ...obstruindo, usando de todos os artifícios regimentais para garantir o fim da taxa. Conseguimos, no caso das residências, e estamos com uma ação no Supremo Tribunal Federal para o comércio e a indústria.

Meu tempo está terminado e gostaria de salientar algumas emendas que apresentamos ao Projeto de Lei nº 1.991. Reconhecemos seu avanço, é um projeto muito importante, embora tardio. O Governador poderia ter feito isso no primeiro ano de governo, mas fará vigorar a partir do último ano, ano eleitoral. O Governador fez o anúncio desse projeto passando por cima de cada Deputado e Deputada desta Casa, do Poder Legislativo. Divulgou, por meio de informações nas traseiras de ônibus, "outdoors" e televisão, que já havia sido aprovado esse projeto, que reduzia o preço dos materiais escolares, dos materiais de construção, do arroz, do feijão. Como foi aprovado, se não foi votado? Vai ser votado hoje, em segunda discussão. E, para vigorar, tem que ser sancionado pelo Governador. O que fez? O Promotor Denilson Feitosa, da Defensoria do Patrimônio Público, ficou sabendo dessa irregularidade, que pode até mesmo ser considerada improbidade administrativa, e acionou o governo. Imediatamente o governo fez uma maquiagem na propaganda, passou um "blush", passou um batom, colocou um adesivo nas traseiras dos ônibus, informando que depende da votação e aprovação da Assembléia Legislativa. Que incompetência! Como o governo anuncia uma coisa como se fosse verdade, antes de o projeto ser votado? É um desrespeito total à Assembléia Legislativa. Imagine se não votarmos esse projeto. E se, agora, houver obstrução por parte de Deputados? O Governador irá devolver o dinheiro que gastou com publicidade? Faça essa pergunta para o Governador e para a população do Estado.

Nós temos bom senso para ajudar no desenvolvimento de Minas Gerais. Como é um projeto que tem muita coisa boa, e o Bloco PT-PCdoB não tem revanchismo, votaremos favoravelmente, contribuindo para o desenvolvimento. Fazemos política com "p" maiúsculo. Pensamos nas pessoas mais simples e pobres que estão em dificuldades, não nas picuinhas e nas questões internas, ideológicas e partidárias. É o exemplo do Bloco.

Finalizando, citarei as emendas que apresentamos: que os documentos furtados sejam isentos de pagamento - se a pessoa teve o documento roubado, não deve pagar a segunda via de outro; os 50% no IPVA, cujo benefício foi concedido às locadoras de veículos - se concedeu para as locadoras de veículos, por que não conceder também para o contribuinte que está tão penalizado?; passar o ICMS, que hoje é de 30%, um dos mais caros do País, para 25% - infelizmente essa emenda não foi acatada.

Apresentamos emenda para revogar a taxa de incêndio do comércio e da indústria. Emendas importantes apresentadas para melhorar o Projeto de Lei nº 1.991. Apresentamos ainda uma emenda que obteve êxito - até parabeno os Deputados Antônio Júlio, Célio Moreira, Gil Pereira - relativa ao parcelamento do IPVA e multas em 12 vezes. Parabeno o governo por ter acatado a nossa emenda, mas deixo a nossa crítica, já que não tirou o juro nem a correção. Ele concedeu esse benefício para as grandes empresas de telefonia. Por que não conceder para o contribuinte?

Agradeço, Sr. Presidente. Vamos votar o projeto, mostrar que o Bloco PT-PCdoB não tem rivalidade. Queremos o melhor para o Estado e estamos ajudando, aprovando um projeto importante para o desenvolvimento do Estado.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, havia preparado um pronunciamento para discutir uma emenda apresentada, por nós, ao Projeto de Lei nº 1.991, já relatada pelo Deputado Antônio Júlio. Gostaríamos que fosse corrigida uma distorção com o setor calçadista, tecidos e confecções. A indústria foi beneficiada com a redução do ICMS de 18 para 12%. O comércio ficou prejudicado, recebendo mercadorias com 12% e vendendo a 18%. A emenda ao Projeto de Lei nº 1.991/2004 recebeu o nº 3, em segundo turno, e foi rejeitada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Não paramos por aí. Participamos de reuniões na Secretaria da Fazenda, com técnicos e lideranças do setor. Estivemos também com o Governador. Tivemos o apoio do Deputado Jayro Lessa.

Tivemos o apoio do Deputado Jayro Lessa, quando discutimos na Fazenda. E estivemos com o Governador para discutir nossa emenda. Esperamos que, no próximo ano, possamos voltar ao assunto e conseguir aprovar a redução do ICMS no setor de calçados, confecções e tecidos, para o comércio varejista.

Conheço o setor de calçados, e para ele a situação está difícil. Não sabemos se, nos próximos anos, terá condições de continuar do jeito que está, recebendo o crédito de 12% e pagando 18%.

Quero falar de uma emenda nossa apresentada ao Orçamento e que entrará em pauta daqui a pouco. Trata-se de uma proposta de emenda de texto que apresentei ao Projeto de Lei nº 2.687/2005, que contém o Orçamento do Estado para 2006 e recebeu o número 132-5. "Dê-se a denominação da Ação nº 4.020 do Programa nº 351 a seguinte redação: "Apoio à organização das cadeias produtivas do queijo-de-minas artesanal, da cachaça artesanal, da batata e das frutas e legumes de Minas Gerais"". Essa emenda se refere à inclusão da cachaça artesanal mineira no rol das cadeias produtivas que recebem apoio do governo de Minas.

A emenda já está com parecer favorável para aprovação. Agradecemos ao relator do Orçamento, Deputado Alberto Pinto Coelho, que deu parecer favorável. Esperamos sua aprovação.

Sr. Presidente, aproveitando que estamos encerrando o ano, que foi muito produtivo para Minas Gerais, quero dizer que todos sabem que nossa cidade de Nova Serrana é a que mais cresce no Estado de Minas Gerais. O IBGE apontou 10,5% de crescimento ao ano. Mas a criminalidade aumenta muito - e até acima desses números. O Governador, atendendo a nossa solicitação, mandou fazer um levantamento na cidade. No dia 27/12/2005, às 15 horas, o Cel. Sócrates, representando o Governador e a Polícia Militar de Minas Gerais, estará em Nova Serrana para a entrega de sete viaturas: duas Blazers, dois Palios Weekend, três motos, coletes, munição e armas pesadas. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Governador o atendimento de nossa solicitação.

Desejamos a todos os Deputados, a todas as Deputadas e a todo o povo de Minas Gerais um feliz Natal e um próspero Ano-Novo. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira* - Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizar o governo pelo envio do Projeto de Lei nº 1.991/2004, que, com toda a certeza, traz um grande benefício para o povo de Minas Gerais. Como já foi aqui discutido por vários Deputados, o Governador, sensível às necessidades do povo mineiro e às dificuldades dos empresários, encaminhou à Casa e, a partir das comissões e do diálogo aberto com a Liderança, acatou várias emendas apresentadas.

Vimos a discussão quando disseram que o governo estaria usurpando, tomando projetos dos Deputados. Temos de analisar - e talvez falte um pouco de conhecimento - a independência de Poderes e a invasão. Há matéria que é da competência do Executivo, e não do Legislativo.

Concordo com o pedido do Deputado João Leite. Nem sei se o Deputado que usou a tribuna tem algum preconceito, quando coloca que esse projeto é um "samba do crioulo doido". Sou solidário à sugestão do Deputado João Leite de retirar da ata estas palavras: "projeto do crioulo doido". Não sei se há algum preconceito. Esse é um projeto responsável e de avanço para Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 2005

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício da competência que lhe confere o inciso III do art. 79 do Regimento Interno, apresenta o Relatório das Atividades desta Casa na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura.

1 - Apresentação

Atenta ao compromisso de orientar as atividades do Poder Legislativo pelos princípios da austeridade, da transparência, da participação e da ética, na 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, a Assembléia consolidou importantes trabalhos e definiu ações que foram firmemente executadas com o propósito de incrementar os trabalhos legislativos e intensificar o relacionamento da Casa com a sociedade e com os Municípios mineiros.

Desse modo, confirmando sua tradição de realizar eventos institucionais de grande porte, a Assembléia Legislativa realizou em 2005 debates sobre temas de grande importância para os mineiros, sempre em parceria com órgãos e entidades do setor público e com movimentos organizados da sociedade civil. Muitas das reuniões de comissões e parte dos eventos, inclusive, foram realizadas em cidades do interior, em todas as regiões do Estado, consolidando o trabalho de interiorização do Legislativo.

O ano foi marcado por ações institucionais vinculadas ao planejamento, em busca de soluções para os principais problemas que afligem a população mineira.

Nessa área, destaca-se o evento Desafios da Gestão Municipal 2005, desenvolvido em forma de encontros regionais em todas as regiões de planejamento do Estado, com o objetivo de discutir assuntos prioritários da agenda municipal e fornecer subsídios para os Prefeitos e Vereadores em início de mandato.

Com relação ao planejamento estadual, o destaque foi a Audiência Pública de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, que constou de exposições, debates e grupos de trabalho, para discutir a aplicação dos recursos públicos com a sociedade e assim legitimar as ações de governo. Ao término dos trabalhos, as propostas dos grupos foram encaminhadas às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia, e muitas delas foram acatadas e transformadas em emendas ao projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - e do Orçamento do Estado para 2006, numa clara demonstração de exercício da democracia.

A preocupação com o meio ambiente motivou um intenso trabalho nesta Casa, com grandes discussões sobre os biocombustíveis, as formas de construção do desenvolvimento sustentável, os problemas urbanísticos relacionados com o lixo, além do problema da utilização e da preservação dos recursos hídricos, com ênfase no projeto de transposição do Rio São Francisco.

Outro segmento que mereceu atenção especial da Assembléia este ano foi o dos direitos humanos, em razão das demandas apresentadas pela sociedade, das carências e desigualdades acumuladas historicamente no Estado e no País e das mobilizações para formulação de políticas públicas voltadas para os setores mais fragilizados da população. Nessa seara, destacam-se os eventos relacionados às políticas de promoção da igualdade racial, aos direitos da criança e do adolescente e das pessoas com deficiência.

Na área da educação e da cultura, merecem relevo o seminário regional sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb - e o fórum técnico "A Educação Superior em Minas Gerais".

Quanto à saúde e à assistência social, destacam-se os debates sobre a política estadual de segurança alimentar e nutricional e o Sistema Único de Assistência Social - Suas.

Atenta às questões da área econômica, a Assembléia promoveu debate sobre a Medida Provisória nº 232, com o intuito de discutir os seus reflexos na elevação de preços de produtos e serviços para a população e também de sensibilizar os Senadores para retirarem do texto em tramitação no Congresso os artigos que prejudicaram os profissionais liberais e os consumidores.

Outro tema objeto de importante discussão na Casa este ano foi o referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição, que, por ser assunto polêmico e da ordem do dia, demandou muitos esclarecimentos.

O ano de 2005 foi marcado também por eventos relacionados à atividade legislativa, como parte das comemorações dos 170 anos da Assembléia de Minas, completados em 31 de janeiro do presente exercício. Entre esses eventos destacam-se o lançamento do "Manual de Redação Parlamentar", o ciclo de debates sobre o Poder Legislativo e a exposição "Os Sentidos da Representação". Para fechar as comemorações, a Assembléia lançou na semana passada o livro "Diálogo com o Tempo - 170 Anos do Legislativo Mineiro", escrito pela historiadora Maria Auxiliadora de Faria e pelo cientista político Otávio Dulci. Todas essas iniciativas se pautam pelo propósito de evidenciar a importância do Parlamento nos diversos contextos históricos e de afirmar o valor da representação popular para a efetivação da democracia.

Relativamente à elaboração legislativa, muitas foram as proposições aprovadas neste Parlamento, depois de amplamente discutidas e aprimoradas pelos Deputados, com base na realidade econômica, social, política e cultural do Estado, num trabalho que envolveu a realização

de 293 reuniões de Plenário, entre ordinárias, extraordinárias, especiais e de debates.

Ao todo, foram enviadas a sanção 477 proposições de lei ordinária; destas, 433 se transformaram em lei. Também foram enviadas a sanção 2 proposições de lei complementar, tendo as duas sido transformadas em lei. Foram ainda promulgadas 5 emendas à Constituição.

Entre as principais proposições aprovadas nesta Casa, podemos citar a que regulamenta o serviço de táxi em região metropolitana; a que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICMS a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência; a que dispõe sobre a revisão do PPAG para o período 2005-2007; a que institui o Fundo Máquinas para o Desenvolvimento - Fundomaq - e a que estende os benefícios estabelecidos no Convênio ICMS 26, de 2003, à aquisição de equipamentos e veículos realizada por Município.

Numa manifestação de que esta Casa reconhece a importância da política de valorização dos servidores estaduais e participa do ideal de munir a máquina pública de condições adequadas de funcionamento, este Parlamento também aprovou as proposições que instituem as carreiras dos grupos de atividades de várias áreas do Executivo e as que estabelecem as tabelas de vencimento básico das carreiras dos grupos de atividades de saúde, de educação superior, de educação básica e de defesa social.

Também nas Comissões os trabalhos foram igualmente intensos e produtivos em 2005. Com a participação de mais de 2 mil convidados, foram realizadas 779 reuniões, entre especiais, ordinárias e extraordinárias, sendo que nestas se incluem 88 audiências públicas nas diversas regiões do Estado. As Comissões realizaram ainda 54 visitas em vários Municípios mineiros e aprovaram 1.324 requerimentos.

No que diz respeito aos aspectos de organização e funcionamento de sua Secretaria, a Assembléia deu continuidade à política de aperfeiçoamento dos seus processos internos de trabalho, procurando, sempre que possível e sem comprometer a qualidade dos serviços prestados, implementar ações de modo a obter o máximo de rendimento com o menor custo, sempre imbuída do propósito de aplicar com eficiência os recursos públicos.

Destaque-se que a Assembléia publica na internet a sua prestação de contas, com informações sobre a gestão fiscal, a execução orçamentária e os gastos com a remuneração e o custeio da atividade parlamentar.

É importante ressaltar que os gastos da Assembléia com pessoal estão bem abaixo do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que demonstra o empenho desta Casa em aplicar de forma criteriosa os seus recursos.

Nesse sentido, no que concerne ao custeio de suas atividades, podemos citar como exemplo a licitação de empresa prestadora de serviços de telefonia, iniciativa pioneira no Estado, que permitiu à Assembléia expandir o número de ramais e implantar o sistema de gestão. Com essa medida, que confirma a vocação vanguardista desta Casa, o valor mensal das faturas foi reduzido em quase 50%.

O Programa de Avaliação Setorial, implementado este ano com o objetivo de contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais e oferecer subsídios para o planejamento das atividades da Assembléia, é uma ação que representa novo enfoque oferecido à medição do desempenho institucional e se inscreve no projeto maior de proporcionar a prestação de serviços públicos com mais qualidade e eficiência.

Com a finalidade de incrementar os seus canais de comunicação com o público, a Assembléia Legislativa, neste segundo semestre, alterou o "layout" de sua página na internet. Entre as principais modificações estão a navegação mais simples e o oferecimento de novos serviços, como o boletim eletrônico e a Rádio Assembléia. Com a reformulação, o internauta poderá se cadastrar para receber, diariamente, uma mensagem eletrônica com a lista de notícias publicadas na página, classificadas por assunto, de acordo com a opção feita no cadastramento.

É com tranquilidade, portanto, que encerramos esta sessão legislativa. Neste momento podemos afirmar que grandes foram as realizações em 2005 e que seguiremos a nossa linha de atuação, com muito empenho e trabalho, para que esta Casa seja continuamente o espaço de interlocução com a sociedade mineira, sempre com o propósito de contribuir para a construção de um estado próspero para todos.

A seguir são detalhadas as atividades de elaboração legislativa e controle externo, as de interlocução com a sociedade, as principais medidas adotadas pela Mesa e destacadas as ações implementadas no âmbito da Secretaria da Assembléia.

2 - Atividades institucionais

2.1 - Elaboração legislativa e controle externo

2.1.1 - Plenário

A crise política nacional e seus desdobramentos e, sobretudo, os problemas do nosso Estado e as demandas da sociedade mineira foram temas recorrentes nos debates e reflexões que marcaram o ano de 2005 nesta Casa. O acompanhamento da execução das políticas públicas estaduais, a distribuição mais justa dos recursos do Estado e a construção de um futuro mais digno para o povo mineiro, por intermédio da discussão e aprovação das leis necessárias à evolução da nossa sociedade e ao progresso de Minas, foram as preocupações centrais dos parlamentares mineiros nesta sessão legislativa.

Balanco das atividades do Plenário, nesta sessão legislativa, registra mais de 180 reuniões deliberativas, 86 reuniões especiais e uma reunião solene.

Entre as proposições de autoria parlamentar ou de outros órgãos que foram submetidas ao exame do Plenário nesta sessão legislativa, destacam-se: Proposta de Emenda à Constituição nº 80/2004, que altera o critério de acesso de Juizes de Direito ao Tribunal de Justiça (Emenda à Constituição nº 71/2005); Proposta de Emenda à Constituição nº 90/2005, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 155 da Constituição do Estado, a qual inclui um membro indicado pelo Defensor Público-Geral entre os membros da Comissão de Compatibilização e Acompanhamento Orçamentário (Emenda à Constituição nº 73/2005); Projeto de Lei Complementar nº 65/2005, que dispõe sobre a instituição e a gestão de regiões metropolitanas e sobre o fundo de desenvolvimento metropolitano; Projeto de Lei Complementar nº 66/2005, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; Projeto de Lei Complementar nº 67/2005, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço; Projeto de Lei Complementar nº 72/2005, que adapta a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, à Emenda à Constituição nº 45, de 8/12/2004; projetos que autorizam financiamento externo ao governo estadual junto ao Banco Mundial - Bird - e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, totalizando US\$290.000.000,00 (cerca de R\$700.000.000,00) para ajuste fiscal, eletrificação rural, indústria mineira e asfaltamento de rodovias; projetos de resolução que ratificam regime especial de tributação a diversas empresas mineiras; projeto de Lei nº 87/2003, que dispõe sobre os direitos dos jurados no Estado de Minas Gerais (Lei nº 15.692, de 2005); Projeto de Lei nº 571/2003, que disciplina as medidas a serem adotadas na prevenção e no combate às inundações e dá outras providências. (Lei nº 15.660, de 2005); Projeto de Lei nº 1.089/2003, que estabelece diretrizes para os programas de

aleitamento materno e bancos de leite humano (Lei nº 15.687, de 2005); Projeto de Lei nº 1.358/2004, que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção de ICMS na aquisição de automóveis para utilização de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda. (Lei nº 15.757, de 2005); Projeto de Lei nº 1.609/2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, pelas farmácias e drogarias, de lista com a relação dos medicamentos genéricos (Lei nº 15.689, de 2005); Projeto de Lei nº 1.736/2004, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso de energia eólica e dá outras providências; Projeto de Lei nº 2.070/2005, que dispõe sobre a política estadual de apoio às ações e aos empreendimentos voltados para a implantação de mecanismos de desenvolvimento limpo; Projeto de Lei nº 2.590/2005, que dispõe sobre a prática de "bungee jump" no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; Projeto de Lei nº 2.254/2005, do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura orgânica da Secretaria desse Tribunal; Projeto de Resolução nº 2.606/2005, da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia - e dá nova redação ao inciso IV do art.1º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2005, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Além dos projetos de estruturação de órgãos do Estado e de concessão de aumentos salariais a diversas categorias do funcionalismo estadual, a Assembléia examinou em 2005, entre outros, os seguintes projetos de autoria do Governador do Estado: Projeto de Lei Complementar nº 52/2004, que altera dispositivos da Lei nº 869, de 5/7/52, e dá outras providências (dispõe sobre os instrumentos que disciplinam o ingresso e o desenvolvimento do servidor público estadual, ocupante de cargo efetivo, nas carreiras dos órgãos e entidades da administração pública estadual); Projeto de Lei Complementar nº 62/2005, que dispõe sobre a estrutura orgânica, incluindo a complementar, da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, conforme o disposto no art. 136 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, e dá outras providências; Projeto de Lei Complementar nº 75/2005, que dispõe sobre a instituição, a gestão e a extinção de fundos estaduais; Projeto de Lei Complementar nº 88/2005, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências (adapta a Constituição do Estado às inovações em matéria de controle de constitucionalidade introduzidas na Constituição Federal); Projeto de Lei nº 1.743/2004, que dispõe sobre o Fundo de Assistência ao Turismo - Fastur- de que trata a Lei nº 11.520, de 13/7/94, e dá outras providências (Lei nº 15.686, de 2005); Projeto de Lei nº 1.951/2004, que reestrutura órgãos ambientais do Estado (dispõe sobre a organização da Feam, do Igam, do Copam e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-Semad); Projeto de Lei nº 1.991/2004, que reduz o ICMS de vários produtos, parcela IPVA e multas do Detran-MG, entre outras medidas; Projeto de Lei nº 2.028/2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Projeto de Lei nº 2.178/2005, que determina que os recursos decorrentes de operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil sejam aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Nordeste - Prodetur - e altera dispositivos referentes à garantia e contragarantia oferecidas (Lei nº 15.674, de 2005); Projeto de Lei nº 2.263/2005, que altera lei que extingue o Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - Prosan -, o Fundo Somma, o Fundo Estadual de Saneamento Básico - Fesb - e o Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundeurb -, além de autorizar a capitalização do BDMG. Determina ainda que, dos recursos oriundos de amortização de financiamentos e encargos financeiros dos fundos extintos - recebidos pelo BDMG e destinados a futuro aumento de capital -, seja reduzido o percentual de 13% para pagamento da dívida com a União e de 1% para o pagamento da contribuição do PIS-Pasep; Projeto de Lei nº 2.264/2005, que altera o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro -; Projeto de Lei nº 2.357/2005, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantias à Cemig e suas subsidiárias na assinatura de contratos de operações de créditos; Projeto de Lei nº 2.416/2005, que concede isenção de ICMS nas operações internas com compra de veículos e máquinas que especifica adquiridos por Municípios do Estado de Minas Gerais - Programa Máquinas para o Desenvolvimento (Lei nº 15.694, de 2005); Projeto de Lei nº 2.417/2005, que cria o fundo contábil Fundomaq para execução do Programa Máquinas para o Desenvolvimento (Lei nº 15.695, de 2005); Projeto de Lei nº 2.684/2005, que altera a Lei nº 15.219, de 2004, que estabelece tratamento diferenciado e simplificado à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao empreendedor autônomo - Simples Minas.

2.1.2 - Comissões

No balanço das atividades das comissões em 2005, constam mais de 770 reuniões, entre ordinárias, extraordinárias e especiais, mais de 50 visitas e a presença de mais de 2 mil convidados. Esses números vêm confirmar o intenso ritmo de trabalho das comissões desta Casa no ano que termina.

O compromisso assumido pelo Parlamento mineiro de incentivar a participação popular no processo de tomada de decisões e de levar o debate dos principais assuntos do Estado aos habitantes das diversas regiões mineiras tem-se revelado exitoso, uma vez que as discussões regionais têm contribuído significativamente para o aperfeiçoamento das leis produzidas por esta Assembléia e têm possibilitado a imprescindível interação entre o Legislativo e o povo mineiro.

As principais atividades das Comissões nesta sessão legislativa são a seguir descritas.

Além de examinar projetos encaminhados pelo Governador do Estado dispendo sobre a estrutura orgânica de órgãos da administração do Estado e sobre o vencimento de diversas categorias do funcionalismo público estadual, a Comissão de Administração Pública discutiu, dentre outros assuntos relevantes: a situação dos moradores do Bairro Santos Dumont, em Pará de Minas, obrigados judicialmente a desocupar áreas próximas ao aeroporto desse Município; a assistência ao idoso no Estado e a aplicação da Lei Federal nº 10.741, de 1º/10/2003 (Estatuto do Idoso); as possibilidades de regulamentação das comunidades terapêuticas e os serviços de atendimento aos dependentes químicos e o seu relacionamento com o poder público.

A discussão com entidades sindicais e trabalhadores do setor metalúrgico sobre a constituição de um comitê de acompanhamento das negociações entre o poder público e a direção da empresa Daimler-Chrysler no Brasil, visando à manutenção das atividades produtivas da empresa em Juiz de Fora; a aplicabilidade e os efeitos do Decreto Estadual nº 44.035, de 2005, que disciplina a autorização para prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas; as obras de infra-estrutura que devem ser realizadas em Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Congonhas, para fazer face ao possível crescimento populacional gerado pela expansão da Gerdau Açominas; os problemas decorrentes da extinção da Empresa Industrial Malvina S.A., localizada em Bocaiúva, foram algumas das atividades da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização em 2005, que promoveu ainda debates públicos no Plenário desta Casa, sobre os temas: "Novo Marco Regulatório das Regiões Metropolitanas", com a presença dos Secretários de Estado de Planejamento e Gestão, Antônio Augusto Junho Anastasia, e de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Manoel da Silva Costa Júnior, além do Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel; as soluções alternativas para o desafogamento do trânsito no anel viário de contorno norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista a implantação do Projeto Linha Verde.

Audiências públicas foram organizadas pela Comissão para debater: em Juiz de Fora, os impactos sociais e econômicos na Zona da Mata que poderiam advir com a desativação da Mercedes Benz e, em outra ocasião, os problemas decorrentes da utilização do espaço denominado "lixão" e a gestão dos resíduos sólidos no Município; em Tombos, a instituição da rota Caminhos da Luz; em Simão Pereira, os problemas enfrentados pela população do Município em razão da instalação de pedágio na entrada da cidade; em Ouro Branco, os benefícios da expansão da Gerdau Açominas e as medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo para enfrentar um possível crescimento populacional no Município em decorrência dessa expansão; e problemas na prestação de serviço da Copasa-MG no Município.

Durante o ano de 2005, os membros da Comissão de Justiça apreciaram, sob os aspectos jurídicos, legais e constitucionais, centenas de proposições.

Os trabalhos da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte focalizaram, especialmente, o aumento das tarifas de energia elétrica pela Cemig; os problemas enfrentados por pensionistas e aposentados devido à contratação de empréstimo bancário com pagamento mediante desconto em contracheque; as consequências da instituição do regime de substituição tributária para a economia do Estado e o setor de

distribuidores de medicamentos; a venda clandestina de gás de cozinha.

Em audiência pública realizada em Caratinga, foi discutido o contrato de concessão firmado entre a Copasa e esse Município, e, em visita ao Procon Assembléia e ao Procon Estadual, os deputados tiveram oportunidade de conhecer de perto o trabalho desenvolvido por essas entidades em defesa dos direitos do consumidor, visando a uma futura integração com as atividades da Comissão.

A defesa dos direitos individuais e coletivos, o combate à discriminação e o exame e a apuração de denúncias de violação desses direitos em todo o Estado consistiram as preocupações fundamentais da Comissão de Direitos Humanos, que se dedicou também à discussão de questões relacionadas com o processo de adoção no Brasil, à apuração da violação de direitos e de irregularidades em processos de desapropriação em diferentes Municípios do Estado.

No interior do Estado, a Comissão realizou diversas audiências públicas para verificação de denúncias de violação de direitos humanos; visitou cadeias públicas em várias cidades, como Ibitiré, Pirapora e Itajubá, para conhecer de perto as condições de detenção nesses estabelecimentos, acompanhou obras de construção ou reforma de presídios; foi a Ouro Preto conhecer o Programa Liberdade e Assistência ao Encarcerado (Prolae), experiência de recuperação de presos que conta com o apoio da sociedade civil, e participou de palestras sobre temas ligados à sua área de atuação em diversas cidades.

Os Projetos de Lei nºs 1.297/2003, do Deputado André Quintão, que autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço social nas escolas da rede pública de ensino do Estado, e 2.590/2005, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a prática do "bungee jump" no Estado; o funcionamento do processo legislativo mineiro, especialmente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, com a presença da assessora legal do Ministério de Educação da Costa Rica, Idania Arteaga Monge; as perspectivas da educação no Sul de Minas e em todo Estado; as "Políticas Públicas de Juventude" e a proposta de criação de uma comissão especial sobre o tema, com a presença do Secretário Nacional de Juventude do Governo Federal; a situação das instituições federais de ensino superior e dos diretores de escolas estaduais foram objeto de debate nas reuniões da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática.

Em audiência pública realizada em Governador Valadares, foi debatida a criação da Universidade Federal do Vale do Rio Doce.

Na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Luiz Antônio Athayde, fez exposição sobre o empréstimo a ser contraído pelo governo com o Bird, e o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Antônio Augusto Junho Anastasia, abordou disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes à demonstração, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado nos quadrimestres de 2004, e foram discutidos, entre outros assuntos: o Projeto de Lei nº 1.991/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária de diversos produtos, e o convênio celebrado entre o CNPQ e a Fapemig para a implementação do Projeto "Pesquisa para o SUS - Gestão Compartilhada em Saúde".

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais analisou vários projetos ligados à área ambiental e os possíveis impactos no meio ambiente em decorrência de obras previstas em diversas regiões do Estado, inclusive na área do Cercadinho, próximo a Belo Horizonte; debateu com lideranças indígenas do Estado a preservação de áreas destinadas a reservas, discutiu o Relatório "O Estado Real das Águas no Brasil - 2003/2004", elaborado por equipe multidisciplinar de profissionais, integrantes e contribuintes das diversas câmaras técnicas da ONG Defensoria da Água; o Programa Minas Ambiente; os projetos estruturadores "Gestão Ambiental MG Século XXI" e "Programa de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco", a Política Estadual de Apoio a Projetos para Geração de Crédito de Carbono, estabelecida nos moldes do Protocolo de Kyoto, que prevê ações destinadas à contenção da emissão de gases prejudiciais à atmosfera; a situação do gás natural veicular no Estado, sua regulamentação, incentivo e fiscalização, o controle da poluição do ar causada por veículos automotores; os critérios de definição e distribuição do ICMS ecológico.

Entre as audiências públicas promovidas pela Comissão, destacam-se as realizadas nos Municípios de Jaíba, para debater o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco; Cambuquira, para discutir os critérios que deverão instruir os processos de licitação para a exploração das águas minerais do Estado, principalmente no que diz respeito ao uso medicinal das águas pelo ramo da medicina conhecido como "Crenologia"; Governador Valadares, para debater as conseqüências da interrupção das obras do novo aterro sanitário desse Município, com a volta do funcionamento do lixão e dos catadores de lixo; Salinas, para discutir os impactos socioambientais decorrentes da construção de barragens no Rio Bananal; Belo Vale, para discutir a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Estadual, os órgãos seccionais de meio ambiente do Estado, a Prefeitura de Belo Vale e a Cia. Vale do Rio Doce - CVRD -, com o objetivo de se reduzirem os impactos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento "Ampliação da Pilha de Estéril Marés"; Caxambu, para debater a inserção dos aspectos ambientais no edital de licitação, a ser publicado pela Codemig, no que se refere à exploração dos recursos naturais das estâncias hidrominerais do Sul de Minas e do Alto Paranaíba; Alfenas, para tratar dos problemas de saneamento decorrentes da falta de tratamento de esgoto, de abastecimento de água e de drenagem pluvial, e da inadequação do serviço de coleta e destinação final do lixo nas cidades do entorno do Lago de Furnas; Barão de Cocais, para debater possível degradação ambiental causada por empresas de extração e beneficiamento mineral nesse Município; Itueta, com a participação de membros da Cipe Rio Doce, para discutir o cumprimento das exigências e dos procedimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés.

Entre os vários deslocamentos da Comissão, incluem-se visita ao aterro sanitário da BR-040; à área da Reserva da Bacia do Cercadinho, para verificar o impacto ambiental decorrente da construção de um condomínio residencial na região; à Estação de Tratamento de Esgoto-ETE Experimental, do Projeto Minas Ambiente no Município de Lavras; a Barão de Cocais, para verificar possível degradação ambiental causada por empresas de extração e beneficiamento no Município.

As questões relacionadas com a qualidade do café produzido no Município de Cristina e a implementação de ações voltadas para o desenvolvimento de tecnologias a serem aplicadas na cafeicultura; o fechamento de escritórios da Emater-MG em diversos Municípios mineiros, as soluções a serem adotadas para evitar prejuízos à atividade de extensão rural prestada nesses Municípios e a situação dos funcionários da empresa que reivindicam isonomia salarial com os funcionários da Epamig; a pesquisa agropecuária e a extensão rural no Estado; a regulamentação da Lei nº 15.456, de 12/1/2005, que institui a Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Álcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar; os problemas enfrentados pela população do Estado com a construção de usinas hidrelétricas sem a devida implantação de programas de reativação econômica; a Reforma Agrária, o Crédito Fundiário e a situação dos remanescentes do Banco Terra; a aplicação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf-2004, e as possibilidades de melhor aplicação desse Programa no Estado em 2005-2006; a aplicação da Instrução Normativa nº 13, de 29/6/2005, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa -, que aprova o regulamento técnico para fixação dos padrões de identidade e qualidade de aguardente de cana, da cachaça e as alternativas para os produtores de cachaça artesanal; a proposta contida no Projeto de Lei nº 2.555/2005, da Deputada Elisa Costa, que dispõe sobre a emissão de notas fiscais do produtor rural em nome da família; a situação dos moradores do assentamento rural do Município de Campo do Meio, no Sul de Minas, que estão na iminência de serem despejados; a piscicultura no Estado, com ênfase na diminuição da carga tributária para o setor, e as perspectivas para o desenvolvimento do potencial produtivo do Estado são algumas das matérias discutidas pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Audiências públicas foram realizadas em diversas cidades, como Pouso Alegre, Diamantina, Paracatu e Juiz de Fora, para discussão do Projeto de Lei nº 2.028, do Governador do Estado, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Ponte Nova e Barão de Cocais, para avaliar os resultados do Pronaf-2004 na Zona da Mata, visando a melhor aplicação dos recursos desse Programa na região, em 2005-2006.

Em visita a Brasília, membros da Comissão discutiram com o Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues, a revisão do zoneamento agrícola do Estado de Minas Gerais no tocante à cultura do feijão safrinha e do café.

Os membros da Comissão de Redação, cumprindo suas atribuições regimentais, emitiram parecer de redação final, durante o ano de 2005, sobre centenas de proposições.

Entre os trabalhos da Comissão de Saúde, destacam-se a discussão do Plano de Gestão da Saúde 2005 na Fhemig, com a privatização e a municipalização de unidades hospitalares previstas, as suas implicações e repercussões no Sistema Único de Saúde - SUS -, o atendimento e a qualidade do serviço prestado à população mineira pelo serviço público de saúde; a incidência de doenças tropicais no Estado; o Projeto de Lei nº 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascido, no âmbito do Estado de Minas Gerais; a Lei Federal nº 4.559/2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; a distribuição de medicamentos destinados à assistência farmacêutica básica para o tratamento da aids; discussão com a Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais do Projeto de Lei 2.328/2005, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2006; a situação dos hospitais universitários da rede pública do Estado; a situação financeira e de gestão dos hospitais filantrópicos em Minas Gerais; os Projetos de Lei nºs 2.265/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei 12.688, de 15/12/97, que autoriza a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e extingue a Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - Cardiominas; 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte, que estabelece diretrizes para as ações do Estado na prevenção e na redução de danos causados à saúde pelo uso constante de substâncias causadoras de dependência química; a situação da residência médica no Estado; a atual política de tratamento da depressão e outras patologias associadas aos distúrbios da mente; a implantação do Programa Saúde Família nos Municípios de Minas Gerais; os recursos aplicados, auditorias, a oferta e a produção de serviços na rede assistencial própria, conveniada ou contratada, da Secretaria de Estado da Saúde, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 8.689, de 27/7/93, com a presença do Secretário de Estado da Saúde, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva; as novas regras editadas pelo Governo Federal para disciplinar a migração nos planos de saúde.

Em visita à Câmara dos Deputados, os membros da Comissão participaram da Mobilização do SUS e do movimento para regulamentação da Emenda à Constituição nº 29.

A clonagem de telefones celulares, as conseqüências desse tipo de crime para o consumidor e as dificuldades enfrentadas pela Telemig Celular para solucionar o problema; o Projeto de Lei nº 1.858/2004, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o transporte de cadáveres e ossadas humanas no Estado; a situação da malha viária no Sul de Minas; o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital no Estado; a regionalização do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o repasse de sua gestão ao consórcio público e a conclusão das obras das linhas 1 e 2 e futuros projetos elaborados para o metrô; a prestação de serviços fretados de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a possibilidade de os taxistas dessa região prestarem serviços no aeroporto de Confins foram algumas das preocupações da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas no ano de 2005.

A Comissão participou de audiência pública em Governador Valadares, para discutir o programa de recuperação das BRs 116, 259 e 381, no Vale do Jequitinhonha; em Alfenas para discutir a situação das estradas do Sul de Minas, e em Carangola, para debater a recuperação das estradas de acesso ao Município.

Na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, merecem destaque as discussões sobre: as conseqüências das importações chinesas para a indústria mineira, especialmente para o setor têxtil e o setor de fabricação de fogos de artifício; o Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.836, de 21/5/98, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., para o fim que menciona; o Projeto de Lei nº 1.456/2004, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a produção industrial na Região Norte e nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri; a situação atual e as perspectivas dos Circuitos Turísticos do Sul de Minas; o processo administrativo da cachaça Havana no INPI; a redução da alíquota do ICMS para o comércio varejista de têxteis, de fiação, de vestuário e de calçados, conforme Lei nº 14.094, de 7/12/2001; o Projeto de Lei nº 2.448/2005, que reconhece a estância climática de Monte Verde, no Município de Camanducaia; as ações de incentivo ao turismo rural, especialmente o desconto na tarifa de fornecimento de energia elétrica aos empreendimentos desse tipo.

A Comissão participou também de audiências públicas em várias cidades do interior do Estado: Buritizeiro, para debater a existência e a exploração de petróleo e de gás natural na Bacia do Rio São Francisco; Pompéu, para debater a produção de cachaça no Alto São Francisco e no Centro-Oeste de Minas; em vários Municípios (Almenara, Nova Lima, Divinópolis, Timóteo, Ponte Nova e Contagem) para discutir a "Proposta da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas", que tramita no Congresso Nacional; em Venda Nova, para debater a implantação do pólo industrial do Município; em visita a Papagaios, a Comissão avaliou as principais demandas da indústria de extração e beneficiamento de ardósia.

Entre os assuntos debatidos na Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, merecem destaque: a proposta de investimentos da Petrobras em Minas Gerais, que prevê a expansão da Refinaria Gabriel Passos em Betim e a construção de um pólo petroquímico em Ibitaré; a criação de políticas governamentais de incentivo à produção de gás natural, visando a evitar possíveis demissões em empresas ligadas ao setor; o papel do Estado na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social; a regulamentação da Lei nº 14.180, de 16/1/2002, que dispõe sobre a habilitação de estabelecimento de produtor artesanal ou de agricultor familiar para produzir ou manipular alimentos para fins de comercialização; a situação dos servidores designados do Estado relativamente à regulamentação do direito à aposentadoria a que se refere o Decreto nº 42.758, de 17/7/2002; a situação dos carvoeiros e donos de carvoarias da região do Serro e cidades vizinhas; as diretrizes gerais que norteiam a Política Estadual de Habitação e a constituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; as condições de trabalho de empregados de várias categorias no Estado; a Medida Provisória nº 258, de 21/7/2005, que dispõe sobre a administração tributária federal e dá outras providências.

No interior do Estado, a Comissão realizou audiências públicas em várias cidades para tratar de assuntos relacionados com as suas atribuições, e, em Belo Horizonte, visitou os Shoppings Populares para conhecer de perto a situação dos empreendedores populares.

A importância da integração operacional, no Estado, de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos ligados às áreas de segurança pública e assistência social, para a prestação de atendimento a menor acusado de infração, e a destinação dos imóveis de propriedade da extinta Febem em Minas Gerais; as condições carcerárias e as questões relacionadas à execução penal na cadeia pública e na unidade da Apac situadas em Itaúna; o documento "Matriz Intersetorial da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes", elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o Projeto de Lei nº 1.847/2004, do Deputado Márcio Kangussu, que estabelece normas de segurança para a carga de valores em estabelecimentos financeiros; a realidade e as perspectivas das experiências de ressocialização de detentos no Sul de Minas; as alternativas de gestão do sistema penal no Estado; a participação e as ações bem sucedidas de Policiais Civis em operações de repressão a roubos de carros-fortes de empresas de transportes de valores no Estado; a construção de penitenciárias no Estado; a superlotação dos estabelecimentos prisionais do Estado de Minas Gerais e a busca de alternativas para minorar a situação, o desativamento de destacamentos de menor porte da PMMG nos Municípios mineiros, foram alguns dos temas de debate na Comissão de Segurança Pública.

A Comissão realizou ainda audiências públicas em regiões de Belo Horizonte e em várias cidades do Estado para debate de problemas relacionados com a violência e a segurança pública e visitou várias penitenciárias no interior de Minas.

Dentre os assuntos discutidos na Comissão de Participação Popular, devem ser registrados: os avanços alcançados no setor de saúde mental e as dificuldades enfrentadas pela coordenação do Fórum Mineiro de Saúde Mental para organização das atividades comemorativas do Dia Nacional da Luta Antimanicomial; os mecanismos de participação popular no Sul de Minas; o fortalecimento da agricultura familiar no Estado, além, é claro, do exame das mais de duzentas propostas de ação legislativa apresentadas quando do processo de revisão do PPAG, conduzido por essa Comissão e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Assim como ocorreu no ano anterior, em 2005 a Assembléia Legislativa promoveu um grande debate com movimentos sociais, entidades organizadas e órgãos de governo, a fim de colher propostas para aprimorar o planejamento do Estado para 2004-2007 e de buscar a redefinição das prioridades dos investimentos governamentais. A Comissão de Participação Popular, incumbida de receber e apreciar proposições de segmentos organizados da sociedade civil, ficou responsável pela realização das audiências públicas de revisão participativa do PPAG, para discussão da proposta do Executivo de revisão do PPAG 2004-2007; pela avaliação da execução do Plano e pelo recebimento de propostas de alteração dos programas estruturadores do PPAG. Como ressaltamos anteriormente, foram recebidas mais de duzentas propostas.

Com o começo de seus trabalhos no final de agosto, a Comissão de Cultura realizou reunião no Campestre Clube Volta Grande, no Município de Volta Grande, para discutir as formas de preservação da casa e do estúdio de Humberto Mauro. Foi também objeto de discussão a criação do Fundo Estadual de Cultura.

Além das reuniões específicas de cada uma das comissões, foram realizadas reuniões conjuntas em Belo Horizonte e no interior do Estado com outras comissões para discussão de temas de interesse comum. Assim, as Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Saúde, por exemplo, se reuniram para discutir o Plano de Assistência à Saúde da Assembléia Legislativa; as Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Participação Popular, para discutir a nova proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica- Fundeb, e de valorização do magistério, especialmente no que se refere ao financiamento da educação infantil (até 6 anos de idade); as Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, de Saúde, de Segurança Pública e de Participação Popular, para debater a prevenção do uso de drogas e a normatização de condutas para o combate ao tráfico de drogas nas escolas do Estado; as Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater os "Desafios e Perspectivas da Agricultura Familiar na Região Sul de Minas"; as Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, para debater os Projetos de Lei nº 2.416 e 2.417/2005, do Governador do Estado, que se referem ao Programa "Máquinas para o Desenvolvimento"; as Comissões de Administração Pública e Segurança Pública, para discutir as políticas públicas existentes para combater o narcotráfico e o tráfico de armas.

Nesta sessão legislativa, além das comissões constituídas para emitir parecer sobre proposições e sobre a indicação de titulares dos cargos previstos na Constituição do Estado, funcionaram na Assembléia as seguintes comissões temporárias:

Comissão Especial do Ipsemg

Início das atividades: 19/3/2005

Término das atividades: 30/8/2005

Depois de analisar a situação econômica, financeira e a prestação de serviços de assistência à saúde do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, essa Comissão apresentou em seu relatório final sugestão para que o instituto envie a esta Assembléia projeto de lei contendo mecanismos que permitam a sua sustentação econômico-financeira. Foi sugerida, ainda, a implantação urgente de rede informatizada de dados e de rigoroso controle de qualidade na instituição, com a constante avaliação dos serviços oferecidos. O relatório foi aprovado pela Comissão no dia 30/8/2005, com voto contrário do Deputado Edson Rezende.

Comissão Especial das Estâncias Hidrominerais

Início das atividades: 20/5/2005

Término das atividades: 30/9/2005

Criada com o objetivo inicial de proceder a estudos sobre a situação das estâncias hidrominerais do Sul de Minas, a Comissão ampliou sua análise para todas as estâncias mineiras e concluiu pela necessidade de adoção de várias medidas, entre elas: a apresentação de um plano diretor de turismo para o Circuito das Águas, a criação de uma entidade regional capaz de promover a gestão integrada do turismo no Estado, a revitalização dos parques de águas minerais e balneários, a restauração das rodovias de acesso ao Circuito das Águas e a Araxá. O documento foi entregue ao Governador Aécio Neves, ao Secretário de Turismo do Estado, Herculano Anghinetti, e ao Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia. Os membros da Comissão ressaltaram a importância da participação dos Prefeitos das cidades envolvidas nas discussões, bem como dos representantes dos órgãos públicos ligados ao turismo.

Comissão Especial do Cooperativismo

Início das atividades: 19/10/2005

Instituída com o objetivo de proceder a estudos e propor políticas públicas para o desenvolvimento do sistema cooperativista de Minas Gerais, essa Comissão deverá ouvir até o final dos seus trabalhos representantes de todos os ramos do cooperativismo para traçar um diagnóstico do setor.

CPI da Mina Capão Xavier

Início das atividades: 3/3/2005

Término das atividades: 1º/9/2005

A Comissão Especial constituída para apurar a regularidade dos processos de licenciamento prévio, instalação e de operação das atividades da MBR no Estado de Minas Gerais, bem como dos recursos dos autos de infração atribuídos a essa mineradora, após ouvir diversas autoridades e especialistas, apresentou seu relatório final no dia 1º/9/2005. Entre outras medidas, o relatório recomenda que a licença para futuro rebaixamento do lençol freático só seja concedida após a realização de estudos técnicos que garantam que os mananciais não serão afetados, que a MBR, a Feam e o Ministério Público busquem um termo de compromisso para o abastecimento público e que o Governo repare os órgãos ambientais.

Cipe São Francisco

Discussão sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco, em Sergipe, promovida pela Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e ato público em defesa da revitalização do rio, em Pirapora, foram as principais atividades dessa Comissão em 2005.

Cipe Rio Doce

Audiências públicas para debater o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Aimorés, promovidas pela Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos Hidrográficos da Bacia do Rio Doce, e o 1º Fórum das Águas do Rio Doce, em Governador Valadares, foram as principais atividades da Cipe Rio Doce, no decorrer desta sessão legislativa.

Comissão do Mercosul

Entre as atividades dessa Comissão em 2005, cabe ressaltar a reunião destinada a promover uma aproximação entre esta Casa e as instituições públicas e da sociedade civil que já possuem programas ligados ao Mercosul, e a participação no Encontro com o Mercosul, promovido pela Câmara de Diretores Lojistas, com o objetivo de ampliar o nível de informação da sociedade brasileira sobre o Mercosul; reforçar os canais de comunicação entre a sociedade civil, governos municipais, estaduais e o governo federal em torno das prioridades da política externa; colher informações, demandas e pesquisar o nível de informação da população nas diversas regiões do País sobre o processo do Mercosul; além de fomentar a participação dos governos locais e estaduais no processo de integração.

2.2 – Atividades de Interlocução com a Sociedade

O Planejamento na ordem do dia

O ano de 2005 foi marcado por ações institucionais vinculadas ao planejamento, nas três esferas de governo. A Assembléia Legislativa esteve atenta a essas ações, estimulando as discussões sobre elas, por meio de eventos diversos, sempre em parceria com instituições do setor público e da sociedade civil.

O primeiro desses eventos, denominado Desafios da Gestão Municipal 2005, teve como objetivo discutir questões relevantes para os Municípios e fornecer subsídios para os novos Prefeitos e Vereadores, em início de mandato. O evento foi desenvolvido em forma de encontros regionais, durante os meses de março e abril, em todas as regiões de planejamento do Estado.

Sediaram os encontros as seguintes cidades-pólo: Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Montes Claros (Norte), Juiz de Fora (Zona da Mata), São Sebastião do Paraíso e Três Corações (Sul), Uberlândia (Triângulo), Patos de Minas (Alto Paranaíba), Paracatu (Noroeste), Teófilo Ottoni (Vale do Mucuri), Belo Horizonte (Regiões Central e Metropolitana), Divinópolis (Centro-Oeste) e Diamantina (Vale do Jequitinhonha).

Durante os encontros, foram debatidas e disponibilizadas informações sobre assuntos prioritários da agenda municipal, como o Plano Plurianual (que deve ser aprovado pelos municípios no primeiro ano de governo e posto em execução a partir do segundo), o Plano Diretor (a ser aprovado até outubro de 2006 pelos Municípios com mais de 20 mil habitantes, por aqueles situados em região metropolitana ou turística e por aqueles em que haja risco para o meio ambiente), a Lei de Responsabilidade Fiscal, as linhas de financiamento para os Municípios, o relacionamento entre o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil e o fortalecimento da participação popular.

Complementando esse trabalho, a Assembléia também promoveu, no decorrer do primeiro semestre, por meio da Escola do Legislativo, uma série de cursos destinados a vereadores e assessores, visando à capacitação de agentes públicos e ao fortalecimento das Câmaras Municipais. Esses cursos, gratuitos, trataram de temas como "Organização e Competência do Legislativo Municipal", "Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal", "Planejamento, Procedimentos Regimentais" e "Técnica Legislativa".

Nos dias 2 e 3/9/2005, a Assembléia participou da II Conferência das Cidades de Minas Gerais, que teve como objetivo básico: identificar os principais problemas que afligem os Municípios mineiros nas áreas de habitação, saneamento básico, meio ambiente, planejamento territorial, política fundiária, telecomunicações, desenvolvimento urbano, trânsito, transporte e mobilidade urbana.

As proposições aprovadas no evento foram encaminhadas para a II Conferência Nacional das Cidades, realizada em Brasília, nos dias 30/11/2005 a 3/12/2005, destinada a colher subsídios para formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Um ponto de destaque das exposições e debates da conferência foi o de que as dificuldades enfrentadas pelas cidades só poderão ser resolvidas por meio de um trabalho conjunto, envolvendo os três níveis da administração pública – a União, os Estados e os Municípios – e todos os segmentos da sociedade, a partir de um amplo diagnóstico das demandas e de um planejamento consistente, capaz de induzir a correção dos problemas e dos desequilíbrios apresentados.

Envolvida na Campanha Estadual para Elaboração do Plano Diretor, juntamente com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, o Crea-MG e as demais entidades que compõem o Núcleo Mobilizador-MG, a Assembléia realizou, no dia 30/9/2005, um curso dirigido aos assessores dos Deputados e a 60 técnicos do governo do Estado, para capacitação no trabalho de auxiliar os Municípios na construção desse importante instrumento de planejamento.

Esse curso foi também realizado, nos meses de setembro a novembro, em todas as regiões de planejamento do Estado, dirigido a representantes das Prefeituras, das Câmaras Municipais e da sociedade civil, buscando contribuir para que o Plano Diretor não seja uma peça pronta, encomendada pelo Município, mas fruto de ampla discussão e das demandas levantadas pelas comunidades locais.

Abordaram-se nos cursos os seguintes temas: processo de crescimento e desenvolvimento das cidades brasileiras; reforma urbana e Estatuto das Cidades; conceituação de Plano Diretor; histórico do planejamento no Brasil; desenvolvimento sustentável, incorporando os aspectos econômico, social e ambiental, assim como a função social da cidade e da propriedade; mobilização e participação popular como instrumento de cidadania e democratização do espaço urbano; plano de manejo, recuperação, preservação e desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas; programas de habitação de interesse social.

Acompanhando também as questões ligadas ao planejamento estadual, a Casa realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, a audiência pública de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental, com os seguintes objetivos: discutir a proposta do Executivo de revisão do PPAG 2004-2007; avaliar a execução do Plano até o momento e as perspectivas para 2006; sugerir alterações e novas propostas.

A audiência constou de exposições, debates e grupos de trabalho, nos quais foram relatados os projetos estruturadores do Governo do Estado e discutidos, entre outros, estes temas: educação, cultura, turismo, saúde, habitação, segurança, inclusão social, desenvolvimento econômico, infra-estrutura, agropecuária, meio ambiente, abastecimento, transporte, planejamento e gestão.

Ao final das atividades dos grupos de trabalho, suas proposições foram apresentadas em sessão plenária final e encaminhadas às Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa. Analisadas pelas referidas Comissões, muitas das proposições foram acatadas e transformadas em emendas ao projeto de revisão do PPAG e do Orçamento do Estado para 2006.

Preocupações com o meio ambiente

As questões relacionadas ao meio ambiente têm recebido atenção especial da Assembléia Legislativa, seja pela atuação específica das comissões vinculadas ao assunto – Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Cipe São Francisco e Cipe Rio Doce, além da Frente Parlamentar Mineira de Defesa e Preservação das Águas –, seja pela realização ou participação em eventos institucionais.

O primeiro desses eventos, em 2005, foi o seminário "Cultura da Paz – 4º Fórum das Águas para o Desenvolvimento de Minas Gerais", realizado nos dias 22 e 23/3/2005, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Voltado para o debate sobre a utilização e preservação dos recursos hídricos, o seminário centrou-se nestes temas: Rio São Francisco: Importância Ambiental, Cultural e Socioeconômica para Minas Gerais; Tendências e Possibilidades para o Fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos; O Papel do Setor Produtivo na Gestão de Recursos Hídricos; Integração entre Água e Terra sob a Ótica das Atividades Humanas nos Espaços Urbano e Rural.

No dia 23/5/2005, a Casa realizou o ciclo de debates "Biocombustíveis: Álcool e Biodiesel", colocando em pauta as perspectivas de produção e de uso dessa fonte energética no Estado e no País.

Mais especificamente, o evento teve como objetivos: discutir as perspectivas para Minas Gerais com o incremento da produção e do uso dos biocombustíveis líquidos; discutir os desafios que se apresentam à sua produção, visando à formulação de políticas públicas para o setor; discutir os instrumentos para promover a inclusão social e a participação da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel em Minas Gerais.

Destacaram-se no evento, como reflexos positivos da utilização de produtos vegetais na composição dos combustíveis, a maior segurança de suprimento de energia; a redução de despesas com importação de derivados do petróleo; a melhoria das condições ambientais, pela redução das substâncias poluentes emitidas pelos derivados fósseis; e a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda para as populações rurais e do incentivo à agricultura familiar.

Na seqüência dos eventos ligados ao meio ambiente, a Assembléia promoveu, no dia 9/6/2005, o ciclo de debates "Agenda 21 em Minas Gerais", com os seguintes objetivos: discutir as perspectivas de implementação da Agenda 21 em Minas Gerais, de forma a construir o desenvolvimento sustentável, em cumprimento ao compromisso internacional firmado na Rio-92 – Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento –; possibilitar a formalização do Fórum Estadual da Agenda 21 em Minas Gerais, com base na experiência em andamento desde 2004; efetivar o cumprimento, em âmbito estadual e municipal, do PPAG 2004-2007, no tocante ao Programa Agenda 21 Brasileira.

As exposições e debates centraram-se nos seguintes eixos temáticos: agricultura sustentável; cidade sustentável; infra-estrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Lembrou-se, durante o evento, que, pela abrangência de seus propósitos, a Agenda 21 enfoca questões ligadas à preservação ambiental, à geração de emprego e renda, à diminuição das disparidades regionais, a mudanças nos padrões de produção e de consumo, à educação e à saúde da população, a uma série de condições e situações associadas à busca de melhoria da qualidade de vida.

No dia 27/6/2005, a Assembléia realizou o ciclo de debates "Transposição do Rio São Francisco", visando a discutir o projeto de integração da bacia do rio com bacias hidrográficas do nordeste setentrional do Brasil, diante da iminência de se colocar em prática o projeto do governo federal, tendo em vista a concessão do licenciamento ambiental prévio, pelo Ibama, e a abertura de licitação para o início das obras.

A Casa já havia realizado dois ciclos de debates sobre o tema. O primeiro, ao qual esteve presente o Vice-Presidente da República, José Alencar Gomes da Silva, aconteceu em 2003, quando o governo anunciou a intenção de começar a execução do projeto. O segundo ocorreu em 2004, quando o assunto voltou a ter grande destaque nos órgãos governamentais, na imprensa e na sociedade.

No ciclo de debates deste ano, assim como nos anteriores, prevaleceu a opinião de que a sociedade brasileira não está devidamente convencida de que o projeto proposto pelo governo irá resolver os problemas do semi-árido brasileiro, tanto do ponto de vista do fornecimento de recursos hídricos quanto de seu desenvolvimento sustentável.

Prevaleceram também as manifestações de que o desvio das águas do rio poderá prejudicar as populações ribeirinhas e o meio ambiente; e de que é preciso analisar a questão em sua totalidade e assegurar que o projeto de transposição não traga conseqüências negativas maiores que seus possíveis benefícios.

Nos dias 21 a 23/11/2005, a Assembléia promoveu o seminário legislativo "Lixo e Cidadania – Políticas Públicas para uma Sociedade Sustentável", tendo em vista os problemas urbanísticos, sociais e econômicos associados à produção e à acumulação de resíduos e a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas para o setor.

Os objetivos específicos do evento foram: levantar subsídios para a formulação de uma política estadual de resíduos sólidos; estabelecer as bases para que as ações relacionadas ao lixo sejam norteadas pelo princípio da sustentabilidade; contribuir para promover a universalização dos serviços com qualidade; e mobilizar a sociedade em torno dos princípios de educação ambiental e de inclusão social.

Para que tivesse mais representatividade das demandas e realidades do Estado com relação aos resíduos sólidos, o seminário contou com encontros preparatórios em todas as regiões de planejamento, realizados nas seguintes cidades-pólo: Betim, Pouso Alegre, Juiz de Fora, Divinópolis, Governador Valadares, Teófilo Otôni, Paracatu, Patos de Minas, Montes Claros, Uberaba e Ituiutaba.

Em todos eles, estiveram em debate temas como: consumo e desperdício; coleta seletiva; organizações de catadores; geração de emprego e renda; erradicação do trabalho infantil; formação e valorização profissional; educação ambiental; participação das escolas; mobilização social;

vetores de doenças; resíduos dos serviços de saúde; resíduos de alto risco de contaminação; deliberações do Conama e da Anvisa.

Também foram discutidos: gestão dos resíduos urbanos e rurais; reutilização e reciclagem; resíduos da construção civil; depósitos clandestinos; aterros sanitários; operação de compostagem e usinas de triagem; resíduos industriais e da agroindústria; normas técnicas; consórcios intermunicipais; recursos financeiros e mecanismos de financiamento.

Políticas para os direitos humanos

Outro segmento que teve atenção especial da Assembléia Legislativa em 2005 foi o dos direitos humanos, em razão das demandas apresentadas pela sociedade, das carências e desigualdades acumuladas na história do Estado e do País e das mobilizações para formulação de políticas públicas voltadas para os setores mais fragilizados da população.

A I Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi o primeiro dos eventos dessa área realizado na Casa, nos dias 30 e 31/5/2005, visando a: propor diretrizes para fundamentação dos Planos Estadual e Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e produzir subsídios para a I Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que ocorreu entre os dias 30/6/2005 e 1º/7/2005, em Brasília.

O evento constou de palestras, debates e grupos de trabalho, nos quais foram discutidos e levantadas propostas sobre estes temas: gestão não racista de políticas públicas: saúde, assistência social, segurança pública e proteção da criança e do adolescente; educação e diversidade cultural; trabalho e distribuição de renda; religiões de matriz africana; comunidade remanescente de quilombos e população indígena; mulher e promoção da igualdade racial; política internacional, refugiados e migrantes.

Nos dias 28 a 30/9/2005, a Assembléia participou, em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes e o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente, da V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em seqüência às conferências municipais e regionais, realizadas em todas as regiões do Estado, e em preparação para a VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o evento produziu discussões sobre as principais questões relacionadas a esse público e propostas para aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas a ele.

Mais especificamente, buscou estimular o envolvimento das instâncias governamentais e da sociedade civil na ampliação e no controle das políticas públicas para a população infanto-juvenil; e contribuir para a consolidação e a expansão das conquistas associadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os painéis que orientaram as palestras e debates centraram-se nestes temas: 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – retrospectiva histórica da participação social, avanços e desafios; o papel do Estado e da sociedade na formulação e fiscalização de uma política para a criança e o adolescente; a participação social na elaboração, no acompanhamento e na fiscalização do orçamento público; a participação social na promoção e valorização da diversidade: gênero, raça, etnia, portador de deficiência, orientação sexual e procedência regional.

O ciclo de debates "Educação em Direitos Humanos", nos dias 10 e 11/11/2005, foi o terceiro evento promovido pela Casa nessa área, com os objetivos de discutir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; propor ações para sua aplicação em Minas Gerais; e fomentar processos de educação formal e não formal em direitos humanos.

Reforçou-se, por meio das palestras e discussões do evento, a compreensão de que os direitos humanos, vistos como garantidores e indutores do desenvolvimento individual e coletivo, constituem um requisito indispensável para a consolidação da democracia e de que sua conquista depende de um processo de tomada de consciência por parte dos cidadãos.

Assim, destacou-se que a educação, direito essencial de cada indivíduo, torna-se instrumento fundamental para a conquista de outros direitos, na medida em que contribui para a formação da cidadania, pois o desenvolvimento social se constrói não apenas com intenções e diretrizes dos poderes públicos, mas principalmente por meio de uma rede de atitudes balizada em deveres e direitos.

A Assembléia participou também, nos dias 12 e 13/12/2005, da I Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que teve como objetivo básico propor diretrizes para fundamentação dos Planos Estadual e Nacional de Políticas de Atenção à Pessoa com Deficiência.

Precedido por conferências municipais e regionais e preparatório para a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o evento foi orientado para a discussão dos seguintes temas: acessibilidade correlacionada com os objetivos do milênio; o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento; condições gerais para acessibilidade; acessibilidade arquitetônica, transportes, via pública e edificações; acessibilidade em comunicação, informação e ajudas técnicas; Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Reflexões sobre o Poder Legislativo

O ano de 2005 foi marcado também, na Assembléia, por eventos relacionados à atividade legislativa, como parte das comemorações dos 170 anos da Casa, e de reflexão sobre as instituições políticas brasileiras, diante da crise que se instalou no Congresso Nacional em decorrência das denúncias de utilização indevida de recursos em campanhas eleitorais.

O ponto central das comemorações foi o ciclo de debates "Poder Legislativo Mineiro e Sociedade – 170 Anos", no dia 22/8/2005, durante o qual estiveram em análise: a evolução da Assembléia no decorrer de sua história; o papel do Parlamento Estadual no sistema democrático; as especificidades da produção legislativa; as relações da Assembléia com os demais poderes públicos e sua inserção na vida política brasileira; e as relações da instituição com a sociedade, sob as perspectivas da representação e da participação.

Lembraram-se, durante o evento, os fatos mais significativos relacionados ao Poder Legislativo mineiro, desde sua instalação, em Ouro Preto, em 1835, quando era dominado por uma elite agrária e por interesses minoritários, até os dias de hoje, nos quais se debatem abertamente todas as questões de interesse público, com a participação efetiva dos setores organizados da população.

Relataram-se, entre as turbulências e evoluções vividas pela Assembléia Legislativa, a suspensão de suas atividades, durante o Estado Novo; a drástica redução de suas prerrogativas e a cassação de mandatos de parlamentares, nas duas décadas do regime militar imposto em 1964; e a retomada gradual de suas atribuições, com a redemocratização do País e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989.

Destacou-se também que a Assembléia de Minas é considerada hoje uma das Casas Legislativas mais eficientes e mais dinâmicas do País, em

razão de seus projetos de vanguarda e do aprimoramento de seu papel constitucional, principalmente pelas iniciativas de aproximação com a sociedade, pela abertura para acolher as demandas populares e pela parceria com os segmentos sociais na discussão dos assuntos relevantes para o Estado.

Paralelamente ao ciclo de debates, a Casa realizou, em seu Espaço Cultural, uma exposição comemorativa dos 170 anos, mostrando a atuação do Parlamento nos diversos contextos históricos, nos diversos cenários de lutas políticas, e abordando o conceito de representação, que evoluiu de uma representação aristocrática, hierarquizada, para uma representação popular, fundada no respeito à diversidade e no exercício da cidadania.

Atenta aos acontecimentos políticos nacionais, especialmente aos desdobramentos das denúncias de uso indevido de recursos públicos envolvendo instituições e parlamentares, a Assembléia realizou, nos dias 16 e 17/9/2005, o fórum técnico "Reforma Política e Eleitoral: como Viabilizá-La".

Discutiram-se no evento os seguintes temas: custo e financiamento de campanha (fontes, limites, fiscalização e controle social); reformas eleitorais e políticas; os rumos da democracia no Brasil; reforma política e comunicação; sistema político-partidário e eleitoral (fidelidade partidária, cláusula de barreira e verticalização); e procedimentos e ilicitude penal eleitoral.

O objetivo central do fórum foi, a partir da identificação das lacunas e distorções do sistema político-partidário brasileiro, levantar subsídios para o fortalecimento das instituições públicas e para a melhoria da convivência entre os Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade, com vistas ao aprimoramento da democracia no País.

Educação e cultura

No campo da educação e da cultura, a Assembléia realizou, em 2005, três eventos institucionais, com participação de instituições públicas e da sociedade civil. O primeiro deles, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, foi o Seminário Regional sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb, no dia 24/6/2005.

O seminário teve os seguintes objetivos: discutir as dificuldades na execução do Fundeb em Minas Gerais; oferecer subsídios para a proposta de projeto de lei de regulamentação do Fundeb; discutir como o Fundeb deve abordar a formação e valorização do magistério.

A expectativa gerada pela criação do Fundeb, em substituição ao Fundef, era de que a mudança poderá significar a destinação de mais recursos para todos os níveis da educação básica, do ensino infantil aos ensinos fundamental e médio, além do aumento do público a ser atendido, passando de 30 milhões para 48 milhões de alunos.

Ao final do evento, as proposições apresentadas pelos participantes foram entregues ao Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, Deputado Federal Paulo Delgado, como contribuição de Minas para o referido projeto de lei.

Nos dias 12 a 14/9/2005, a Casa realizou o fórum técnico "A Educação Superior em Minas Gerais: Conjuntura Atual e Perspectivas", com vistas a discutir a realidade da educação superior e elaborar propostas para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para esse segmento de ensino no Estado.

Estiveram em debate, entre outros, estes temas: autonomia universitária; gestão e estrutura das instituições de educação superior públicas e privadas; expansão e democratização do acesso à educação superior pública e gratuita; financiamento; avaliação da qualidade do ensino; função e interação social da universidade; desenvolvimento científico e tecnológico; educação profissional e tecnológica; impactos da reforma da educação superior; a Uemg, a Unimontes e a proposta do Estado para a educação superior; a atuação do Conselho Estadual de Educação no funcionamento e qualidade dos cursos oferecidos.

O fórum técnico contou com um encontro regional preparatório, realizado em Ituiutaba, em parceria com a Fundação Educacional de Ituiutaba - Feit -, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg.

Nos dias 28 a 30/11/2005, a Assembléia realizou, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura, a I Conferência Estadual de Cultura - Estado e Sociedade Construindo as Políticas Públicas de Cultura.

O evento, precedido por conferências municipais e intermunicipais e preparatório para a I Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, contou com a participação de delegados do poder público e da sociedade civil e centrou-se na discussão destes temas: gestão pública da cultura; cultura é direito e cidadania; economia da cultura; patrimônio cultural; comunicação é cultura.

Ao final do evento, foram aprovadas dezenas de propostas, destinadas a valorizar as potencialidades culturais do Estado e a contribuir para a construção do Plano Estadual de Cultura e do Plano Nacional de Cultura.

Saúde e assistência social

Nas áreas de saúde e assistência social, a Assembléia realizou três eventos em 2005. O primeiro deles foi o Dia Mundial em Defesa da Saúde, no dia 7/4/2005.

Durante as exposições e debates, salientaram-se os avanços conseguidos no País no campo da saúde - como a erradicação de doenças, a redução das taxas de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida -, mas também as deficiências da rede pública de atendimento à população, que colocam o Brasil em situação de inferioridade em relação aos países mais desenvolvidos.

Salientou-se ainda a necessidade de se pensar a questão da saúde dentro de um conceito mais amplo do que o do atendimento hospitalar, abrangendo, entre outros fatores, condições de alimentação, de higiene, de moradia, de saneamento, de informação e de preservação do meio ambiente.

No dia 28/4/2005, a Assembléia realizou o ciclo de debates "Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional", com o objetivo de apresentar e debater a proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (Projeto de Lei nº 2.028/2005), em tramitação na Casa.

Promovido em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, o Fórum Mineiro de Segurança

Alimentar e Nutricional Sustentável e a Rede de Educação Cidadã, o evento reforçou a concepção de que, na discussão do tema, devem ser levados em conta aspectos como a qualidade dos alimentos, os riscos à saúde decorrentes da má alimentação, as condições de produção – como os cuidados com o meio ambiente e a utilização de agrotóxicos –, as relações de trabalho, a distribuição, a comercialização e os preços cobrados dos consumidores.

"Sistema Único de Assistência Social - Suas - Estratégias e Metas de Implantação" foi o ciclo de debates promovido pela Assembléia no dia 7/11/2005, com os seguintes objetivos: contribuir para a consolidação do novo modelo de gestão da assistência social, com a efetiva implantação do Suas em Minas Gerais; debater e esclarecer as competências e atribuições do Estado e dos Municípios na implantação da proteção social básica e da proteção social especial; sensibilizar o Executivo e o Legislativo, nos âmbitos estadual e municipal, com relação a seu papel e à importância de sua contribuição para consolidar o novo modelo; identificar os principais desafios para implantação do Sistema, com destaque para a questão do financiamento e dos recursos humanos; e discutir o papel dos conselhos no controle social do Suas.

Frisou-se, no encontro, o entendimento de que a assistência social é um direito de todo cidadão, a ser cumprido permanentemente; é um dever do Estado, a ser assumido de forma integrada e abrangente; e deve ser gerida de maneira democrática e descentralizada, envolvendo todas as esferas do poder público e as representações da sociedade civil.

Tributos, desarmamento e biotecnologia

Também atenta às questões da área econômica, a Assembléia promoveu, no dia 10/3/2005, o debate "A Medida Provisória nº 232", com os objetivos de: discutir os efeitos da Medida Provisória nº 232 em diversos segmentos da economia brasileira e seus reflexos na elevação dos preços de produtos e serviços para a população; e sensibilizar os Deputados Federais e Senadores para que retirassem do texto, em tramitação no Congresso, os artigos que penalizavam as empresas, os profissionais liberais e os consumidores.

O evento foi motivado pela reação contra a medida provisória por parte de vários segmentos econômicos e sociais, para os quais, a pretexto de compensar a perda de arrecadação decorrente do reajuste da tabela do Imposto de Renda, ela aumentaria a carga tributária para prestadores de serviços, produtores rurais e outros segmentos da economia.

Temia-se, entre esses segmentos, que esse aumento pudesse afetar ou até mesmo inviabilizar grande número de atividades - principalmente de profissionais autônomos e de empresas de pequeno porte -, com reflexos negativos na geração de emprego e renda e elevação de preços de produtos e serviços, penalizando também os consumidores.

Diante da polêmica e da necessidade de esclarecimento sobre o referendo que iria ser realizado pelo governo federal no dia 23/10/2005, a Assembléia promoveu, no dia 3 desse mês, o debate "Referendo Popular: O Comércio de Armas de Fogo e Munição Deve Ser Proibido no Brasil?".

O evento contou com a participação de coordenadores estaduais e federais da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa e da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas, além de representantes da sociedade civil contrários e a favor da proibição.

Antes dos debates, houve uma palestra de esclarecimento sobre a Lei Federal nº 10.826, de 2003, o chamado Estatuto do Desarmamento, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o funcionamento do referendo.

Graças a uma parceria feita com a Secretaria de Estado de Cultura e com a Secretaria de Estado de Educação, montou-se uma estrutura para que as exposições e debates do encontro fossem acompanhados, ao vivo, pela Rede Minas, nas escolas estaduais de todo o Estado. O evento foi transmitido ao vivo também pela TV Assembléia.

No dia 4/11/2005, atendendo a demandas de setores preocupados com o desenvolvimento e a aplicação de pesquisas no campo da biotecnologia, a Casa realizou o debate "Em Defesa da Vida", que teve como objetivo específico: discutir, com representantes da sociedade, os principais aspectos relativos à biotecnologia e à bioética.

O evento contou com exposições de representantes da sociedade, principalmente religiosos, a partir do tema central "Biotecnologia e bioética - o início da vida humana e decorrências éticas".

3 - Mesa da Assembléia Legislativa

A Mesa da Assembléia Legislativa, no exercício das competências que lhe são atribuídas pelo Regimento Interno, imbuída do propósito de realizar a prestação de serviços públicos com qualidade e eficiência, consolidou importantes trabalhos e definiu ações que foram firmemente executadas com o propósito de atingir resultados ainda melhores que nos anos anteriores.

Assim, no que concerne ao custeio das atividades da Casa, foram implementadas medidas de modo a obter o máximo de rendimentos com o menor custo. A título de exemplo, a licitação para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia permitiu à Assembléia expandir o número de ramais e implantar o sistema de gestão, o que resultou na redução em quase 50% do valor mensal das faturas. Outras iniciativas de sucesso com esse fim foram a montagem de laboratório para recarga de cartuchos de tinta HP preta e a terceirização para remanufaturamento de cartuchos de tonalizador para impressoras a "laser" Xerox Docuprint P8ex, que têm gerado economia anual estimada em R\$400.000,00 para a Assembléia.

Relativamente à área do processo licitatório, o pregão foi adotado como modalidade usual na Casa, sendo as demais utilizadas somente em casos específicos, uma vez que ele, além de permitir economia de recursos e mais transparência, tem contribuído para diminuir o tempo médio de duração dos certames. Comparativamente a 2003, ano em que foi implantado o pregão na Assembléia, essa redução chegou, em 2005, a mais de 30%.

Na área de pessoal, a aplicação do subteto salarial e a alteração do plano de carreira dos servidores, ações implementadas em 2004 com vistas a racionalizar o sistema de remuneração na Assembléia Legislativa, possibilitaram este ano a concessão de reajuste salarial a todos os servidores da Casa, medida que evidencia a intenção deste Parlamento de valorizar os seus quadros de pessoal.

É importante ressaltar que os gastos da Assembléia Legislativa com pessoal estão bem abaixo do limite fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 2,2272% da receita corrente líquida do Estado. Conforme se pode verificar no Relatório de Gestão Fiscal sem Dedução de Inativos e Pensionistas, publicado no "Diário do Legislativo" e também na página da Assembléia na internet, a Casa realizou, no período de setembro de 2004 a agosto de 2005, o total de 1,3412%, ou seja, pouco mais da metade do limite que lhe é autorizado.

Com a finalidade de incrementar os canais de comunicação com o público, a administração promoveu, neste segundo semestre, a alteração do "layout" da página da Assembléia na internet. Entre as principais modificações, estão a navegação mais simples e o oferecimento de novos serviços, como o boletim eletrônico e a Rádio Assembléia. Com a reformulação, o internauta poderá se cadastrar para receber, diariamente, uma mensagem eletrônica com a lista de notícias publicadas na página, classificadas por assunto, de acordo com a opção feita no cadastramento.

Consciente dos benefícios que as medidas preventivas na área da saúde proporcionam às pessoas, como a melhoria da qualidade de vida e a proteção contra doenças potencialmente mais graves, a Mesa da Assembléia viabilizou as campanhas de vacinação contra a gripe e a hepatite, que foram levadas a efeito pela Coordenação de Saúde e Assistência.

Outra campanha institucional digna de ser mencionada no rol de realizações da Mesa é a de combate ao envio de "spams", promovida por meio de parceria da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação, da Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas e da Gerência-Geral de Sistemas de Informações, com o objetivo de sensibilizar os usuários do correio eletrônico a fim de que não enviem esse tipo de mensagem, tendo em vista o seu efeito bastante nocivo ao serviço de comunicação.

Com relação à produção de atos normativos internos determinados pela Mesa, destacam-se a Resolução nº 5.239, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia - e as Deliberações nºs 2.360, que dispõe sobre o processo de apuração do resultado setorial na Assembléia Legislativa, e 2.358, que dispõe sobre os procedimentos para a celebração e a gestão de contratos.

Com a regulamentação, o Procon Assembléia passou a ter condições normativas para atuar plenamente como órgão de defesa do consumidor, com o escopo de protegê-lo, defendê-lo e orientá-lo, além de divulgar os seus direitos e promover a educação para o consumo no Estado.

A implementação do Programa de Avaliação Setorial tem o objetivo de contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos organizacionais e oferecer subsídios para o planejamento das atividades da Assembléia, o que estimulará a cooperação intersetorial e entre os colegas de cada setor, contribuindo para elevar a produtividade da Secretaria da Assembléia.

Já a normatização dos procedimentos relativos à celebração e à gestão de contratos, elaborada com o propósito de simplificar, uniformizar e racionalizar as rotinas de trabalho nessa área, trará mais agilidade e segurança aos processos de contratação e gestão dos contratos, com evidente proveito para a Assembléia Legislativa.

4 - Secretaria da Assembléia

No desempenho de sua função de dar apoio às atividades parlamentares, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Mesa, a Secretaria da Assembléia desenvolveu intenso trabalho em 2005, com o objetivo de aprimorar ainda mais a qualidade dos serviços prestados.

Procurou-se investir, de modo especial, na capacitação e no desenvolvimento profissional dos servidores, por meio de cursos, eventos e oficinas que atendessem às demandas dos diversos setores, cargos e atribuições da Casa. Para isso, a Escola do Legislativo - ELE - ofereceu 1.255 horas-aula, com a presença de 2.845 participantes.

Os programas já existentes tiveram prosseguimento, como o de Capacitação em Orçamento Público, os cursos de especialização (Poder Legislativo, Marketing Político e Marketing e Comunicação Corporativa) e o Nepel, que teve mais dois projetos de pesquisa concluídos e outro fascículo dos "Cadernos do Legislativo" publicado. Além disso, no segundo semestre foi realizado o Programa de Atualização em Poder Legislativo e Administração Pública, que constou de 12 palestras, às quais compareceram 1.309 servidores.

O processo de interiorização das ações do Legislativo também foi fortalecido, especialmente por meio do apoio à capacitação de agentes municipais. A Escola ofereceu 15 atividades com esse objetivo, com um total de 531 horas-aula e 2.317 participantes. O Programa de Capacitação de Agentes Públicos Municipais ofereceu nove cursos, e foram estabelecidas cinco novas parcerias com Câmaras Municipais e entidades associativas. A Escola ainda participou do planejamento e da realização de atividades como os encontros regionais do evento Desafios da Agenda Municipal 2005, o programa de qualificação de agentes públicos desenvolvido em parceria com o Instituto Estrada Real, os programas de capacitação para representantes de Prefeituras e Câmaras com vistas à elaboração do PPA e dos Planos Diretores municipais e o Programa Nacional de Formação de Agentes Políticos, coordenado pelo Interlegis. Os professores também estiveram presentes em diversos eventos no interior.

Com relação às atividades da Escola de educação para a cidadania, buscou-se intensificar a interlocução do Legislativo com a sociedade. O Projeto Visitas Orientadas recebeu 97 escolas, levando cerca de 5 mil estudantes a conhecer o sistema de representação política e debater sobre as possibilidades de atuação direta do cidadão. O Parlamento Jovem, realizado em parceria com a PUC Minas, teve mais uma edição neste ano, com cerca de 200 estudantes. A Escola participou ainda, a convite da Secretaria de Educação de Belo Horizonte, do Programa de Formação de Colegiados Escolares, ensinando sobre o direito e o dever de participar, para que haja uma gestão democrática da educação.

Para garantir informações precisas e transparentes para a imprensa e a sociedade, a Gerência-Geral de Informação e Divulgação - GID - editou publicações sobre as atividades do Legislativo para divulgação junto à população, realizou cerca de 2 mil atendimentos à imprensa e produziu aproximadamente 500 matérias relativas à agenda institucional. A GID também construiu e lançou, em parceria com a Gerência-Geral de Sistemas e Informações - GSI -, a nova página da Assembléia na internet, que, além do novo "layout", apresenta outras novidades, como a página da Rádio Assembléia e a possibilidade de cadastramento do internauta para receber notícias por "e-mail".

O ano foi muito produtivo também para a Gerência-Geral de Documentação e Informação - GDI -, que ampliou a divulgação das informações institucionais, por meio da manutenção e atualização dos bancos de dados de proposições, pronunciamentos e legislação estadual na "home page" da Assembléia. A GDI atendeu a demandas de informação de usuários da instituição (3.896) e usuários externos (3.080), sendo 400 atendimentos referentes a pesquisas escolares. As solicitações de pesquisas feitas por correio eletrônico e pelos formulários da intranet e da internet aumentaram em 32%. A medição de satisfação com o atendimento registra a média de 99,71% de usuários satisfeitos.

A Gerência-Geral de Rádio e Televisão - GTV - inaugurou neste ano um novo projeto de cobertura, com prioridade para as reuniões do Legislativo: o Assembléia ao Vivo. O projeto, que visa manter o maior tempo possível de cobertura ao vivo, levou à adaptação de alguns programas e à criação de outros. O "Panorama", por exemplo, passou a abordar temas presentes na Casa. O "Repórter Assembléia Primeira Edição", jornal ao vivo, foi criado para atualizar informações e fazer a transição entre as coberturas da manhã e da tarde. Já o "Trabalho de Base" visa cobrir a agenda dos Deputados na Capital e no interior, mostrando o abrangente trabalho do parlamentar fora da sede do Legislativo.

A TV Assembléia também acompanhou praticamente todas as viagens dos Deputados mineiros ao interior do Estado, em audiências públicas das comissões ou na realização de eventos institucionais. Foram cerca de 120 deslocamentos ao interior.

A GTV produziu seis séries especiais, em 2005, sobre temas de destaque na Assembléia: os direitos e a participação da mulher na sociedade; os direitos do consumidor; os encontros regionais do evento Desafios da Agenda Municipal 2005; o trabalho das comissões; lixo e cidadania; e o referendo sobre a comercialização de armas de fogo.

Quanto à Rádio Assembléia, buscou-se melhorar a qualidade por meio de um trabalho de depuração das rádios que transmitem os boletins, privilegiando aquelas de maior alcance, e realizou-se uma consulta para medir a satisfação dos clientes. Uma inovação é o uso da internet: agora os boletins e as principais notícias estão disponíveis na rede para uso das rádios interessadas. Com relação ao serviço interno, a rádio trouxe, ao longo do ano, música de qualidade e informação ágil para o sistema de som da Casa.

Os eventos institucionais realizados pela Assembléia tiveram o apoio logístico da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio - GMP -, tanto no fornecimento de materiais quanto na contratação de serviços. Graças à possibilidade de solicitação de material de consumo e de manutenção e troca de mobiliário por meio da internet, houve uma sensível melhora no atendimento a todas as demandas da Casa.

A Gerência realizou neste ano 61 pregões eletrônicos, modalidade de licitação, implementada em parceria com o Banco do Brasil, que gera economia, agilidade e transparência, além de proporcionar uma competição saudável entre empresas de todo o País. Em 2005, houve redução ainda maior do tempo médio gasto entre a autorização e a homologação do pregão. Outros fatores que geraram economia foram a terceirização do remanufaturamento de cartuchos e o laboratório de recarga de cartuchos.

Após a conclusão do processo licitatório referente à telefonia, a Gerência-Geral de Manutenção e Serviços - GMS - implantou, em março, o novo sistema, que resultou em economia de cerca de R\$150.000,00 mensais, levando em conta o acréscimo de 300 ramais telefônicos, a liberação de serviços e a implementação do sistema de gestão. Além disso, a cobrança do ICMS foi eliminada, em cumprimento ao Decreto nº 43.080, de 2002. Conforme o contrato, os equipamentos instalados serão incorporados ao patrimônio da Casa após cinco anos.

O estágio probatório de 79 servidores aprovados no último concurso foi acompanhado pela Assessoria de Gestão de Recursos Humanos - ARH -, que também forneceu apoio técnico à Gerência-Geral de Administração de Pessoal - GPE - na operacionalização do sistema de carreira e de avaliação de desempenho dos servidores e ofereceu suporte aos Gerentes na implementação de ações de gestão e desenvolvimento de suas equipes.

A ARH participou do trabalho de desenvolvimento de indicadores para avaliação setorial dos órgãos da Secretaria e acompanhou sua implementação, identificando a necessidade de ajustes ou alterações. O objetivo da avaliação setorial é dar novo enfoque à medição do desempenho institucional, monitorando a produtividade em equipe com instrumentos mais qualificados e desenvolvendo a cooperação intersetorial e entre colegas de setor.

Outra função desempenhada pela Assessoria em 2005 foi a recepção a visitas técnicas de instituições interessadas em conhecer o sistema de trabalho da Assembléia, com destaque para os Legislativos de Santa Catarina e do Espírito Santo, em agosto. Em parceria com a Escola, a ARH atuou ainda na identificação e no atendimento das demandas setoriais, na organização de palestras sobre o novo sistema de telefonia e na realização da IV Semana do Servidor.

A edição deste ano da Semana do Servidor foi realizada de 24/10/2005 a 6/11/2005 e envolveu a participação de vários setores da Casa e de instituições ligadas a esta ou à iniciativa privada. A Rústica e Caminhada, evento que incentiva a prática esportiva e a solidariedade, arrecadou mais de 1.300kg de alimentos não perecíveis, que foram doados à Leuceminas. A programação da Semana contou ainda com apresentações musicais - com destaque para o 1º Encontro de Corais de Órgãos Públicos -, oficinas e exposição de trabalhos manuais, palestras, sessões de cinema e "happy hour" especial.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 20/12/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.

exonerando Tania de Fatima Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando Willian Salvador Martins Chaves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Carla Fernanda Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Carla Valeria Rodrigues Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Tania de Fatima Oliveira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Willian Salvador Martins Chaves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Nos termos do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.198, de 21/5/2001, 5.228, de 22/2/2005, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, a partir de 1º/1/2006, João Franco Filho do cargo em comissão de Diretor-Geral, símbolo S-01, código AL-DAS-3-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

exonerando, a partir de 2/1/2006, Luís Antônio Prazeres Lopes do cargo em comissão de recrutamento limitado de Procurador-Geral, padrão S-02, código AL-DAS-2-02, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

nomeando, a partir de 2/1/2006, Luís Antônio Prazeres Lopes para o cargo em comissão de Diretor-Geral, símbolo S-01, código AL-DAS-3-01,

do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2005

Objeto: fornecimento de combustível de aviação (querosene).

Tendo em vista que nenhuma empresa apresentou proposta para o certame, declara-se deserta a licitação.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2005.

José Geremias Costa.

TERMO DE ADITAMENTO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Lavras. Objeto: cessão de tempo da programação da TVA. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação . Vigência: 1 ano.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável. Objeto: doação de papel inservível. Vigência: 1 ano a partir da sua assinatura.

ERRATA

ATA DA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 20/12/2005

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 28/12/2005, na pág. 55, col. 1, onde se lê:

"EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.010/2005", leia-se:

"EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.010/2004".